



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**LUIZA GLACIETE FREIRE GONÇALVES**

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS/OS: UM  
ESTUDO DE CASO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE ALAGOAS**

**MACEIÓ  
2021**

**LUIZA GLACIETE FREIRE GONÇALVES**

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS/OS: UM  
ESTUDO DE CASO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE ALAGOAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Tânia Mara Cruz, Dra.

Maceió

2021

G62      Gonçalves, Luiza Glaciete Freire, 1982-  
A questão de gênero na formação de bibliotecárias (os) : um  
estudo de caso no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal  
de Alagoas / Luiza Glaciete Freire Gonçalves. – 2021.  
116 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,  
Pós-graduação em Educação.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Tânia Mara Cruz

1. Bibliotecários - formação. 2. Biblioteconomia - formação -  
Currículos. 3. Gênero. I. Cruz, Tânia Mara. II. Universidade do Sul de  
Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 020.92

LUIZA GLACIETE FREIRE GONÇALVES

**A QUESTÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS (OS): UM  
ESTUDO DE CASO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE ALAGOAS**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 16 de julho de 2021.

*Tânia M. Cruz*

---

Professora e Presidenta da Banca Examinadora Tânia Mara Cruz, Dra.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

*Raimunda*

---

Professora Doutora Raimunda Fernanda dos Santos  
Examinadora Externa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Márcia Buss Simão*

---

Professora Doutora Márcia Buss Simão  
Examinadora Externa – Universidade Federal de Santa Catarina

*Chirley Domingues*

---

Professora Doutora Chirley Domingues  
Examinadora Interna – Universidade do Sul de Santa Catarina

*Leonete Luzia Schmidt*

---

Professora Doutora Leonete Luzia Schmidt  
Examinadora Interna – Universidade do Sul de Santa Catarina

Para a minha mãe Vera. Sem ela nada na minha vida seria possível.

Para o meu pai Evaldino e meu irmão Alessandro, sempre.

Para o Allan, por tornar a vida ainda mais especial.

Para Lizzie por deixar meus dias mais leves.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar forças e não me deixar desistir nos vários momentos de descrença e desespero. Por me fazer ter serenidade nesse momento de tantas perdas e angústias.

À minha orientadora Tânia Mara Cruz, pela orientação e profissionalismo. Pelas terapias gratuitas, não desistindo e incentivando. Agradeço a sua generosidade e paciência. Minha eterna Gratidão.

À minha amada mãe, Vera Lúcia, a quem dedico minha vida. A pessoa que mais lutou pela minha educação, minha maior incentivadora nos estudos, na leitura e na vida. Meu exemplo de pessoa humana e honesta. Obrigada por sempre ter acreditado em mim e tornar tudo possível.

Ao meu amado pai, Evaldino. Sempre esteve presente com afeto, carinho e amor.

Ao meu amado irmão “meu maninho”, Alessandro. Meu melhor amigo e companheiro da vida toda. Te Amo.

Ao meu parceiro e namorado, Allan, por ter sido tão paciente e carinhoso. Obrigada pelas conversas, pelas reflexões e por dedicar um tempo valioso da sua vida para ler meu trabalho. Obrigada por entrar na minha vida no meio de todo esse processo e ter deixado tudo mais leve. E como você não poderia estar presente o tempo todo me deu de presente a minha filha Lizzie, minha gatinha, que você resgatou e eu adotei.

À minha amiga Patrícia, por embarcar nessa aventura junto comigo. Obrigada pelo companheirismo, amizade, pela força e por aguentar meus desabafos em vários momentos.

Às amigas e amigos, em especial a Myrtes e Roselane, que estiveram presentes através de mensagens sempre apoiando e incentivando.

Aos colegas da Turma do Mestrado em Educação – Minter, em especial aos colegas da linha de pesquisa que estiveram presentes do início ao fim. Obrigada pela troca de conhecimento, de experiência e pelos maravilhosos lanches depois da aula quando estávamos no presencial. Vocês são incríveis.

Meus sinceros agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação/MINTER.

À Secretaria do Programa, Daniela Leandro. Por todas as informações prestadas, pelo compromisso e competência.

À banca avaliadora: Profa. Dra. Leonete Luzia Schimdt, Profa. Dra. Raimunda Fernanda dos Santos, Profa. Dra. Chirley Domingues, Profa. Dra. Márcia Buss-Simão. Pela disponibilidade e por aceitar participar da banca. Às professoras Leonete Luzia Schimdt e Raimunda Fernanda dos Santos pelas contribuições desde a qualificação.

Ao grupo de professoras/es e alunas que aceitaram através da entrevista participar da pesquisa. Muito obrigada pela boa vontade, gentileza e simpatia de todas/os.

Meu muito obrigada por todos aqueles que estiveram presentes em minha trajetória.

A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura. (ADICHIE,2015, p.48)



## RESUMO

A temática de “Educação Superior, Biblioteconomia e Gênero” é recente nos estudos da área da Ciência da Informação, mas tem crescido em função da demanda apresentada por movimentos sociais, bem como por acadêmicas/os do campo das Ciências Humanas. A presente pesquisa, em nível de mestrado, fundamenta-se na necessidade de refletir sobre a profissão e as questões de gênero na formação profissional nos cursos de graduação, compreendendo e refletindo sobre as transformações curriculares em curso, analisando as lacunas existentes para que se possam, em momentos de debates curriculares, contribuir com bases teóricas e visão crítica para possíveis reformulações. Partiu-se da hipótese de que a temática de gênero interfere de algum modo na formação da profissional de Biblioteconomia, quer seja por sua ausência, já que não levar em conta faz com que se mantenha a visão sexista predominante socialmente no que se convencionou chamar de currículo oculto, quer seja por sua presença e, havendo a presença da temática, como ela se daria nos modos prescrito e praticado. Como objetivo geral, buscou-se analisar se os estudos de gênero são contemplados no currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas UFAL. Definiu-se, como objetivos específicos da pesquisa, identificar se há referência sobre gênero no Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia; averiguar se os discentes da Graduação e o conjunto de docentes consideram necessária a inserção da questão de gênero no currículo do curso e investigar como os docentes dos cursos de graduação de Biblioteconomia da UFAL compreendem as relações de gênero na profissão. A pesquisa qualitativa e de estudo de caso teve como *locus* uma universidade pública e utilizou-se para produção dos dados a pesquisa documental e a história oral temática, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas virtualmente com discentes e docentes da graduação do Curso de Biblioteconomia da UFAL. No universo de discentes, foram entrevistadas duas estudantes integrantes do Centro Acadêmico de Biblioteconomia que participam do colegiado do Curso. Entre os docentes, foram entrevistadas cinco professoras e um professor, titulares da graduação de Biblioteconomia que se dispuseram a participar da pesquisa. Assim, tanto no momento de produção dos dados quanto em suas análises, partiu-se de um enfoque teórico materialista histórico-dialético, que buscou captar o movimento de construção e reconstrução do objeto por meio do roteiro semiestruturado na categorização e análise após os resultados de campo, cotejados com a revisão bibliográfica do campo. Nesta busca do movimento do “*era, é, tende a ser*”, objetivou-se proporcionar um conhecimento crítico que contribua para a transformação social. Entre outras questões, a análise dos dados mostrou que as disciplinas tecnológicas ou tradicionais são ministradas por professores de ambos os sexos. Sobre os conteúdos de gênero, houve um conhecimento comum entre o conjunto de entrevistadas/os, ainda que em graus de conhecimento diferentes. Sobre gênero no currículo do curso, observou-se que, tanto no PPC de 2017 quanto no novo, de 2019, a temática aparece de forma semelhante, constando em algumas ementas e bibliografias de forma transversal. Em se tratando de raça, esta aparece no PPC de 2017 e de 2019, mas é detalhada apenas no último, indicando, inclusive, uma relação bibliográfica da qual devem ser extraídas as obras a serem trabalhadas transversalmente em várias disciplinas. Por fim, a transversalidade defendida por docentes ainda requer um aprofundamento para que gênero seja contemplado de forma mais abrangente na formação de bibliotecárias/os, sobretudo na UFAL.

**Palavras-chave:** Gênero. Biblioteconomia. Currículo. Educação Superior.

## ABSTRACT

The theme of “Higher Education, Librarianship and Gender” is recent in studies in the area of Information Science, but it has grown due to the demand presented by social movements and by academics in the field of Human Sciences. The present research, at the master’s level, is based on the need to reflect on the profession and gender issues in professional training in undergraduate courses, understanding and reflecting on the ongoing curricular transformations, analyzing the existing gaps so that, in moments of curricular debates, contribute with theoretical bases and critical vision for possible reformulations. Started from the hypothesis that the gender theme interferes in some way in the formation of the Librarianship professional, due to its absence, since not taking it into account keeps the prevailing socially sexist view in what is conventionally called hidden curriculum, as for its presence. And, having this presence, how would it occur in the prescribed and practiced ways. The general objective was to analyze whether gender studies are included in the curriculum of the Librarianship Course at the Federal University of Alagoas, UFAL. Specific objectives were to identify if there is a reference on gender in the Pedagogical Political Project of the Librarianship Course; to find out if the undergraduate students and the set of professors consider it necessary to include the gender issue in the course curriculum, and to investigate how the professors of the Librarianship undergraduate courses at UFAL understand gender relations in the profession. It is interesting to consider that this qualitative and case study research had as locus a public university and used, for data production, documentary research and thematic oral history obtained in semi-structured interviews carried out virtually with undergraduate students and teachers of the Librarianship Course of UFAL. Among the interviews, there are two women members of the Academic Library of Librarianship who participate in the course's collegiate body. Among the professors, five women and one man, full members of the Librarianship degree who were willing to participate in the research, were interviewed. Both at the time of data production and analysis, it was based on a historical-dialectical materialist theoretical approach that sought to capture the movement of construction and reconstruction of the object through the semi-structured script in the categorization and analysis after the collated field results with the literature review of the field. In this search for the “it was, it is, it tends to be” movement, the aim was to provide critical knowledge that contributes to social transformation. Among other issues, data analysis showed that technological or traditional subjects are taught by teachers of both sexes. Regarding gender content, there was a common knowledge among the group of interviewees, although with different degrees of knowledge. Regarding gender in the course curriculum, it was observed that, both in the 2017 PPC and in the new one, of 2019, the theme appears in a similar way, appearing in some menus and bibliographies in a transversal way. When it comes to race, this appears in the 2017 and 2019 PPC, but it is detailed only in the last one, including a list of bibliography from which works to be worked transversally in various disciplines should be extracted. Finally, the transversality advocated by professors still requires a deepening so that gender is contemplated in a more comprehensive way in the training of librarians, especially at UFAL.

**Keywords:** Gender. Librarianship. Resume. College education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Presença feminina e masculina dos profissionais bibliotecários 1985 a 2005.....	28
Quadro 2 –	Caracterização das Entrevistadas – Discentes.....	50
Quadro 3 –	Caracterização das/os Entrevistadas/os – Docentes.....	50
Quadro 4 –	Ementa e Bibliografia da Disciplina Análise da Informação 2.....	72
Quadro 5 –	Ementa e Bibliografia da Disciplina Leitura e Biblioteca PPC 2017.....	74
Quadro 6 –	Quadro de Horas do PPC de 2017 e PPC de 2019.....	78
Quadro 7 –	Ementa e Bibliografia da Disciplina Estudos de Usuários da Informação.....	81
Quadro 8 –	Bibliografia sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.....	88
Quadro 9 –	Disciplinas Obrigatórias e Bibliografias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira....	88
Quadro 10 –	Disciplinas Eletivas e Bibliografias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira....	89
Quadro 11 –	Ementa das Disciplinas Formação Social, Econômica e Política do Brasil, História e Cultura de Alagoas e Informação e Cidadania.....	92
Quadro 12 –	Ementa das Disciplinas Biblioteca e Ação Cultural e Contação de Histórias.....	93
Quadro 13 –	Levantamento Preliminar Bibliográfico (Artigos, Dissertações e Teses).....	108
Quadro 14 –	Eixos Temáticos, Objetivos, Disciplinas Obrigatórias e Eletivas PPC 2017.....	110
Quadro 15 –	Eixos Temáticos, Objetivos e Componentes Curriculares PPC 2019.....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
ACE	Atividades Curriculares de Extensão
BDTD	Biblioteca de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação
CA	Centro Acadêmico
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICHCA	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, + Todas as diversas possibilidades de orientação sexual
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAL	Universidade de Alagoas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.2	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	24
<b>2</b>	<b>RELAÇÕES DE GÊNERO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E A BIBLIOTECONOMIA</b> .....	25
2.1	BREVE HISTÓRIA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL A PARTIR DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	25
2.2	AS POLÍTICAS CURRICULARES, GÊNERO E O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA.....	35
2.3	HISTÓRICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NA UFAL.....	43
2.4	PRIMEIRO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO E AJUSTES INICIAIS.....	45
<b>3</b>	<b>GÊNERO E BIBLIOTECONOMIA: CONTEXTUALIZANDO AS NARRATIVAS</b> .....	49
3.1	PROCEDIMENTO DE IDA A CAMPO E APRESENTAÇÃO DE NOSSOS SUJEITOS DE PESQUISA.....	49
3.2	AS NARRATIVAS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	51
3.2.1	<b>Gênero e modos de ser bibliotecária/o</b> .....	51
3.2.2	<b>O papel da/o bibliotecária/o escolar e as relações de gênero</b> .....	59
3.2.3	<b>Presença masculina na Biblioteconomia</b> .....	61
3.2.4	<b>Leituras de gênero e feminismo das/os entrevistadas/os</b> .....	65
<b>4</b>	<b>O CURRÍCULO EM TRANSFORMAÇÃO E AS QUESTÕES DE GÊNERO</b> .....	70
4.1	CURRÍCULO 2017: ALGUNS APONTAMENTOS.....	70
4.2	CURRÍCULO 2019: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	75
4.3	A PRESENÇA DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DE 2019.....	84
4.4	PENSANDO A TRANSDISCIPLINARIDADE NO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFAL.....	91
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	96
	REFERÊNCIAS.....	101
	APÊNDICE A – Quadro do levantamento preliminar bibliográfico.....	108
	APÊNDICE B – Eixos temáticos, objetivos, disciplinas obrigatórias e eletivas.....	110
	APÊNDICE C - Eixos temáticos, objetivos e componentes curriculares PPC 2019.....	112
	APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista.....	114
	APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	116

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a questão de gênero no currículo do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Ela parte da premissa que a profissão concentra um alto número de mulheres, fato que pode contribuir para o não reconhecimento social e para que a mesma não seja bem remunerada, contexto que pode implicar negativamente na formação acadêmica, no perfil da/o profissional bibliotecária/o<sup>1</sup> e no seu protagonismo na sociedade e no mercado de trabalho. Assim, acredita-se que a temática gênero interfere de algum modo na formação da/o profissional bibliotecária/o, podendo se dar por meio do currículo oculto, do currículo prescrito e, ainda, do currículo praticado. Todavia, pode ser que formalmente não haja referência dessa temática no currículo prescrito nem praticado no curso de Biblioteconomia da UFAL.

A Biblioteconomia é uma área que agrega um conjunto de conhecimentos com enfoque no desenvolvimento das técnicas necessárias para a gestão de Bibliotecas e Unidades de Informação. O vocábulo *Biblioteconomia* é derivado do vocábulo biblioteca que é formado pelos termos biblio (livro) e theke (caixa). Tais termos refletem bem a concepção da biblioteca como depositária de livros para utilização ou preservação futura (ZAHER, 1974). Ampliando-se esta definição de biblioteca, Fonseca (1992, p. 50) afirma: “O conceito que venho propondo é o de biblioteca menos como *coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados* do que como *assembleia de usuários da informação*”. Complementando esse conceito, ele cita os diferentes tipos de bibliotecas e de usuários, evidenciando que compete a/o bibliotecária/o mais ênfase no usuário e na informação que na classificação e catalogação.

É importante ressaltar, porém, que a Biblioteconomia é tão antiga quanto as bibliotecas e seu conceito não é uma unanimidade entre os autores da área.

A compreensão da Biblioteconomia assume múltiplas faces; longe de ser um conceito fechado e unânime, os autores demonstram múltiplos olhares que podem ou não se entrecruzar, convocando os mesmos conceitos ou não à composição do que é a Biblioteconomia (TANUS, 2016, p.142).

Em 1911 já existiam bibliotecas no Brasil, a exemplo da Biblioteca Nacional cujo concurso para a vaga exigia diploma acadêmico como de Bacharel em Letras ou Ciências, além

---

<sup>1</sup> Optamos pela utilização prioritária de agora em diante no feminino bibliotecária(o) ou genericamente como gênero feminino bibliotecária, devido ao fato de haver mais mulheres na profissão.

de conhecimento em outras línguas. (FONSECA, 1992) A profissão de bibliotecária/o nessa época ainda não havia sido regulamentada, o que só veio ocorrer em 1962 com a Lei nº 4.084 tendo suscitado a necessidade de criação de órgãos fiscalizadores bem como a obrigatoriedade do diploma de Biblioteconomia. No início do século XX, a biblioteca era frequentada apenas por homens brancos, intelectuais e da classe dominante. Homens da classe trabalhadora e mulheres de quaisquer classes não alcançavam o posto de funcionários da biblioteca e apenas eventualmente conseguiam ser leitores, tendo em vista a baixa taxa de alfabetização entre a população. Vale lembrar que os bibliotecários dessa época possuíam um perfil erudito, aristocrático e com forte influência dos intelectuais humanistas franceses, sendo as bibliotecas consideradas um local de preservação e guarda do conhecimento (SOUSA, 2014).

O tecnicismo passa a imperar na Biblioteconomia a partir de 1950, tendo como característica a preocupação com a formação voltada para a padronização em disciplinas de catalogação, classificação, referências e organização dos acervos. Algumas décadas depois, nos anos 1970, identifica-se a criação dos cursos de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* na Biblioteconomia. Foi nessa época que começaram as produções científicas da área e o fortalecimento dos debates ligados às questões curriculares, debates estes que evidenciaram a necessidade de novas atitudes e novos conhecimentos devido às demandas informacionais e do mercado. A partir desses debates, no início dos anos 1980 foi apresentada uma proposta de reformulação do primeiro currículo mínimo e, em 1982, o segundo currículo mínimo foi aprovado. Ambos os currículos não agradaram as escolas de Biblioteconomia por não atenderem satisfatoriamente às necessidades da área, seja pelo seu caráter técnico ou humanístico.

Depois, os avanços se constituíram em novas áreas, novas definições e o que se vê até o momento da escrita dessa dissertação é a Biblioteconomia se alternando ora como documentação, voltada para o tratamento documentário e técnico, ora como ciência da informação, que por seu caráter interdisciplinar perpassa outras áreas. Acredita-se que por isso acabou incorporando-se a Biblioteconomia a outras ciências mais próximas como a Ciência da Administração (PADILHA NETO, 2020). Nesse sentido, o diálogo necessário com as Ciências Humanas contribui para que as/os profissionais possam desenvolver uma postura crítica e reflexiva, visto que a atuação da/o Bibliotecária/o vai muito além das atividades técnicas ao se estender para a relação com os usuários.



[...]sendo a Biblioteconomia, a atividade mais antiga de organização de documentos, encontra na Ciência da Informação a possibilidade de construção de referenciais teóricos e de conquista de status científico, enquanto esta encontra naquela parte da história e das práticas que compõem aquilo que vem elaborando a partir de diversas disciplinas e aplicações. Já a Documentação, considerada em separado da Biblioteconomia, desenvolveu princípios e técnicas voltadas à organização e recuperação da informação, independente dos suportes e tipos documentais e com base nos contextos de aplicação e tipos de informação (ORTEGA, 2004, n. p).

Muito se discute sobre o perfil da/o profissional bibliotecária/o, sinalizando que tal perfil deve contemplar o conhecimento das necessidades dos usuários porque é parte fundamental em sua função como agente social. Porém, profissionais com formação tecnicista dificilmente conseguirão perceber os problemas que afligem a sociedade e as reais necessidades dos usuários, menos ainda conseguirão perceber o seu papel no âmbito da profissão. Em termos gerais, esse tecnicismo tem formado profissionais sem consciência crítica, sem consciência de categoria e de classe e sem autonomia para atuar nos processos de luta para melhoria e reconhecimento profissional, tendo como consequência a formação de profissionais neutros e invisíveis às questões da categoria e até mesmo da sociedade.

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) já nasceu influenciado por outras áreas, como Administração e a Ciência da Computação, o que fez com que disciplinas de outros cursos fossem incluídas no programa. O curso foi criado no ano de 1998 e contou com esforços de profissionais bibliotecários da Universidade Federal de Alagoas, da Associação dos bibliotecários do Estado e dos participantes do Curso de Especialização em Administração e Gerência de Serviços de Informação (PIRES, 2016). Outro dado da pesquisa de Pires (2016) que merece ser destacado trata-se da feminização do curso Biblioteconomia ofertado pela UFAL. Com relação ao ingresso de homens no curso de Biblioteconomia desta universidade Pires (2016) afirma que desde os primeiros anos do curso, mesmo a profissão sendo considerada socialmente como feminina, os homens representam 35,5% dos ingressantes, todavia representam apenas 20% dos concluintes, o que contribui para manter a profissão com predominância de mulheres.

A Biblioteconomia, no século XXI, continua sendo uma profissão majoritariamente feminina, porém nem sempre foi assim, como já assinalado em parágrafos anteriores. Nota-se que a feminização da profissão se deu no início do século XX, quando houve um aumento na quantidade de bibliotecas e, conseqüentemente, mais acesso aos livros, sendo que nesse mesmo período a profissão perde seu caráter humanístico e passa a ter atribuições mais técnicas de organização, catalogação e documentação (FERREIRA, 2019).

Sobre esse processo de feminização, Chamon (2006) o relaciona ao número expressivo de mulheres que passam a exercer uma atividade e estas passam progressivamente de trabalho masculino para trabalho feminino como exemplo da Docência e da Biblioteconomia. Nesse sentido, o processo de feminilização diz respeito à apresentação de características reconhecidas tradicionalmente como femininas. E no caso da Biblioteconomia ele passa pelos requisitos requeridos para o exercício da profissão, ou seja, uma profissional educada, que tenha bons costumes, seja dócil, cuide, zele e seja ordeira, dentre outros atributos considerados femininos. Dessa forma, a profissão passou a atrair mais mulheres e, em contrapartida, os homens passaram a abandonar a profissão, nas palavras de Mueller (1984), por acreditarem que ela perdeu seu caráter mais nobre para se tornar uma Biblioteconomia mais pragmática (MUELLER, 1984). Tradicionalmente, além das profissões tidas como femininas possuírem como características atividades que são uma extensão das atividades domésticas, destacam-se também por permitirem algum tipo de conciliação com trabalho despendido com a casa, filhos e marido.

A discussão sobre feminização, presença do sexo feminino em maior escala ou feminilização, características de feminilidade impressas no modo de agir da profissão, está ancorada numa determinada conceituação de gênero, aqui adotada no decorrer da dissertação. Cruz (2014, p. 23) afirma que gênero “Além da ideia de masculinidades e feminilidades, expressa relações de poder tanto quanto outros marcadores sociais e com eles se combina”. A autora também afirma que não se pode utilizar mulheres e homens como sinônimo para gênero, pois isso dificulta a compreensão. Sendo assim, pode-se inferir que gênero se refere às questões sociais marcadas por hierarquias e relações de poder com base no sexo da pessoa.

O conceito de gênero, por sua vez, está associado a um conceito bem mais antigo que ele, a divisão sexual de trabalho, o que está atrelado às questões de poder presentes na sociedade patriarcal e capitalista. A divisão sexual do trabalho incide na participação das mulheres em ocupar cargos de poder, porém percebe-se um abismo ainda maior em relação a raça e a classe, ou seja, mulheres negras e de classe baixa geralmente ocupam posições desprivilegiadas e trabalhos que são mal remunerados. “Assim, o acesso ao trabalho remunerado se dá de forma diferenciada não apenas entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres” (BIROLI, 2018, p. 32).

Na sociedade ocidental capitalista de caráter urbano, por muito tempo a participação das mulheres foi limitada ao ambiente privado, e quando elas começaram a se inserirem no mercado de trabalho o permitido e a conquista se deu em atividades com essas características (FERREIRA, 2003).

Este imaginário foi se tornando público ao ser internalizado por vários setores da sociedade e particular quando passa a ser internalizado pelas próprias mulheres. A força desse imaginário assume que a missão feminina na esfera pública não passa de uma extensão de suas habilidades “naturais”: cuidado, disciplina, ensino, paciência, afeto, ordem, etc. (CHAMON, 2006, p. 13).

Apesar do estudo de Chamon tratar da profissionalização das mulheres em relação à educação e à função da professora, é possível estabelecer alguns diálogos com o campo da Biblioteconomia. Outros aspectos também precisam ser levados em conta se pensarmos a divisão sexual do trabalho e a predominância de mulheres na Biblioteconomia. Sousa (2014) destaca na sua pesquisa que em se tratando das atividades técnicas da Biblioteconomia, até pouco tempo essas estavam voltadas para o processamento técnico e para organização do acervo. À medida que o papel principal de cuidar da família é atribuído à mulher, menos tempo ela tem para se dedicar a carreira profissional, ocasionando uma busca por atividades técnicas simplificadas. Por isso, muitas mulheres procuraram por profissões que não necessitassem passar várias horas do dia estudando e se aperfeiçoando.

Ainda que mudanças nas configurações de gênero ocorram de modo frequente, destacamos que a partir dos anos 2000 houve uma mudança significativa nas relações de gênero na Biblioteconomia, quando essas atividades passaram a se tornar mais complexas, englobando outras atividades de produção, extração, análise e gestão das informações nos mais variados setores de uma organização, atividades que tenderam a ser masculinizadas: “Aos bibliotecários homens cabem operações consideradas mais complexas como o uso das máquinas e tecnologias, aquisição de materiais e trabalho que exige força física” (SOUSA, 2014, p. 236).

Mudança semelhante, mas com hierarquia ao contrário, ocorreu em outros setores como nas engenharias e na medicina: apesar do aumento da participação de mulheres em setores considerados masculinos, elas enfrentaram problemas quando entraram nesses setores. Chies (2010) em seu estudo sobre identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho, observa que mesmo quando as mulheres se inserem em profissões tidas como masculinas, esse acesso, na maioria dos casos, as direciona para áreas ou especialidades específicas, em áreas com ênfase para o cuidado como é o caso da pediatria, na Medicina, ou trabalhos internos na produção de projetos em escritórios, como nas engenharias, ambas expressando menor prestígio ou *status*. Para a autora “o gradativo acesso das mulheres ocorreu com a ocupação de especialidades específicas” (CHIES, 2010, p. 509). O que faz com que essas

profissões permaneçam redutos masculinos e de prestígio, já que apenas algumas especialidades consideradas menos importantes são ocupadas pelas mulheres.

Nesse sentido, o movimento de feminização da Biblioteconomia observado no início do século XX e as conseqüentes feminilizações nas atribuições da profissão têm sido questionados, porque este início de século XXI tem sido marcado pela entrada de homens na profissão, direcionando-os aos cargos mais qualificados, o que poderá vir a traduzir futuramente em maiores salários para eles e com conseqüente mudança na hierarquia interna da profissão. No caso da Biblioteconomia, estudos como o de Sousa (2014) apontam que a desvalorização e o baixo prestígio que ainda perdura na profissão pode estar associado ao fato de a maioria ser feminina, questão ainda pouco percebida entre as profissionais bibliotecárias e que pode explicar, quem sabe, a pouca discussão sobre o tema na universidade e, conseqüentemente, as poucas pesquisas sobre Gênero e Biblioteconomia.

O exemplo da Biblioteconomia é um entre tantos, porque ao falar em relações de gênero fala-se também em relações de poder e supremacia do homem em relação a mulher em todas as esferas da sociedade, e essa desigualdade interfere nas relações sociais e de trabalho. Para Ferreira:

O gênero, como categoria analítica, é um modo de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Ele busca explicações para a discriminação da mulher, sujeita aos papéis que as inferiorizam baseando-se em sua função reprodutiva ou na força física do sexo masculino. Por ser relacional, a categoria gênero rejeita conceitos que separam os sexos entre si. A partir da visão de gênero, os estudos deixam de ser estudos isolados para serem estudos de relações entre homens e mulheres (FERREIRA, 2003, p. 191).

Em outras áreas como Educação e Ciências Sociais surgiram muitos debates, estudos e conceitos de gênero, principalmente a partir da década de 1970. Para Louro (1994, p. 35) “quando falamos em gênero estamos nos referindo a uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos, então é imprescindível entender que há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade” ou seja, ao discutir gênero não se deve desconsiderar o contexto histórico e nem tampouco as questões sociais, de raça, religião etc., havendo, portanto, uma multiplicidade de experiências e configurações de gênero em cada época e lugar.

Gênero é um campo de silêncio na Biblioteconomia e sua presença ainda é incipiente. Esse silêncio evidencia a necessidade de aprofundamento sobre conceitos e teorias para que as bibliotecárias possam compreender a natureza da sua área de atuação, resultando em diferentes

de pensar, discutir e trabalhar com vista em uma mudança na profissão que seja favorável às mulheres e leve em conta as proposições dos movimentos feministas nas últimas décadas.

Esses estudos estão se multiplicando abrangendo várias áreas do conhecimento e trazem uma grande contribuição para a sociedade à medida que informam e problematizam as relações de poder entre homens e mulheres, em diferentes contextos sociais. Ademais, essa interlocução de saberes constitui novos campos de conhecimentos. Portanto, estudar a Biblioteconomia na perspectiva de gênero é procurar entender como os problemas da profissão estão relacionados com a predominância feminina na área, compreender também, como se dá a relação entre mulheres e homens, no contexto profissional (SOUSA, 2014, p. 79).

As poucas pesquisas encontradas, como a de Pena (2007), Pires (2016), Sousa (2014) e Souza (2013), que tratam sobre a questão de gênero na Biblioteconomia, reforçam a necessidade de aprofundar esse debate em uma área predominantemente feminina, em que as profissionais pouco discutem essa temática. Além disso, demonstram a necessidade de mais estudos e que esses conteúdos sejam incorporados e problematizados nos Currículos dos Cursos de Biblioteconomia, de modo que a realidade seja melhor entendida e transformada.

Apesar do currículo de Biblioteconomia ter evoluído com o passar dos anos, ainda é necessária atenção especial, pois existem muitas demandas das mulheres que precisam ser levadas em conta e para isso os currículos devem estar em sintonia com tais demandas. Sendo uma área com maioria feminina, as funções pouco visíveis e com menor prestígio como as atividades de caráter técnico, de atendimento ao público e cultural ainda são executadas na maioria dos casos por mulheres. Já as funções de planejamento, tecnologia e liderança, são em muitos casos funções ocupadas pelos homens.

Ressalte-se que o aumento de homens na Biblioteconomia, apesar do viés tecnicista ainda persistir nos cursos, pode se relacionar com o aumento nos postos de trabalho no setor público e privado e com as mudanças que as novas tecnologias trouxeram para as bibliotecas, principalmente nas universidades. Quando são os homens que se inserem em profissões tidas como femininas, estes acabam ocupando posições com maior reconhecimento, como é o caso das funções de gestão. Assim, muitas vezes as áreas onde os homens estão inseridos se tornam mais valorizadas e com melhor remuneração. Mas, a falta de qualificação não é fator determinante para essas assimetrias salariais e desvalorização profissional, pois as mulheres estão cada vez mais preparadas e qualificadas.

Em função dessa problemática, cabe refletir sobre as demandas da profissão com vista numa qualidade articulada às questões de gênero na formação profissional, isto é, nos cursos de

graduação. Por meio desta reflexão torna-se possível analisar as lacunas existentes neste campo de atuação, de modo que em momentos de debates curriculares se possa oferecer bases teóricas e visão crítica para possíveis reformulações. Nesse contexto, a presente pesquisa pautou-se nas seguintes questões norteadoras: O que professoras/es e estudantes do curso de Biblioteconomia da UFAL pensam sobre a questão de gênero? O curso de Biblioteconomia da UFAL contempla os estudos de gênero em seus componentes curriculares? A partir destas inquietações, destacamos que a escolha pelo curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas como ambiente da pesquisa se deu pelo fato de a pesquisadora ser alagoana e morar em Maceió, cidade onde é ofertado o Curso de Biblioteconomia da UFAL.

Diante da problemática e dos questionamentos levantados, a pesquisa aqui apresentada teve como **objetivo geral** analisar se os estudos de gênero são contemplados no currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E no intuito de aprofundar a análise, definiu-se como **objetivos específicos** da pesquisa: i) identificar se há referência sobre gênero no Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia; ii) averiguar se os discentes da graduação e o conjunto de docentes consideram necessária a inserção da questão de gênero no currículo do curso; iii) e investigar como os docentes dos cursos de graduação de Biblioteconomia da UFAL compreendem as relações de gênero na profissão.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa buscou refletir e compreender uma realidade em movimento, intencionando analisar o seu processo e contribuir com a produção de conhecimento crítico para a transformação da realidade. A mesma teve como enfoque teórico o materialismo histórico-dialético, tendo “como premissa central a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados, tais quais eles verdadeiramente são na prática” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 225). Com isso, o método foi utilizado em todos os momentos de ida a campo e de análise dos dados produzidos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de um estudo de caso, que teve como *locus* uma universidade pública. Para a produção dos dados, o mesmo utilizou-se da pesquisa documental e da história oral temática, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas virtualmente com discentes da graduação do Curso de Biblioteconomia da UFAL e docentes da graduação do Curso de Biblioteconomia da UFAL.

A história oral temática permite o pesquisador utilizar instrumentos de fontes orais, como as entrevistas e conversas. Permite, também, “captar o movimento de construção e reconstrução de um determinado objeto”, conforme afirmado por Sousa (2014, p. 36). Sobre este mesmo assunto, Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 8) enfatizam que “a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano”.

Destacamos que, para Ventura, algumas características são consideradas fundamentais para os estudos de caso com abordagem qualitativa:

[...]são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo (VENTURA, 2007, p. 384).

Ainda de acordo com a pesquisa de Ventura (2007), é possível delimitar o estudo de caso em quatro fases. A primeira fase é a delimitação da unidade; a segunda, a coleta de dados e aqui se incluem o levantamento bibliográfico, documental e também as entrevistas; a terceira fase consiste na análise e interpretação dos dados; e, por fim, a elaboração de relatórios. No que se refere à análise dos dados, é importante destacar que esta fase ocorre de forma conjunta com a interpretação dos dados e com a seleção dos dados. Segundo Gomes (1994, p. 78), “Neste momento, procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos”. Quanto a categorização, a mesma foi realizada cruzando objetivos e temas que pudessem ser correlacionados a eles, no sentido inclusive de buscar pistas para a análise junto à bibliografia levantada. E no que se refere à elaboração do roteiro semiestruturado, optamos por inserir questões relativas às visões de mundo das docentes entrevistadas. Afinal, suas falas nos possibilitaram contextualizar o perfil de docentes do curso de Biblioteconomia da UFAL, a partir de um referencial de gênero, inserindo-o como categoria para tratar desse perfil.

Em função da COVID-19 as entrevistas foram realizadas virtualmente, entre setembro de 2020 e fevereiro de 2021, com discentes e docentes titulares da graduação do curso de Biblioteconomia da UFAL. No universo das discentes de Biblioteconomia foram selecionadas para a entrevista estudantes pertencentes ao Centro Acadêmico de Biblioteconomia e as representantes titular e suplente do colegiado do curso. Apenas duas discentes, que coincidentemente participam em ambos os espaços, se disponibilizaram a

participar da pesquisa. O curso tem um total de 12 (doze) docentes, sendo 6 (seis) professoras e 6 (seis) professores. Das 6 (seis) professoras contatadas 5 (cinco) se disponibilizaram a participar da pesquisa, já os professores apenas um se disponibilizou a participar, o que significou um total de 6 docentes. Destas, ressalte-se que apenas uma das professoras não possui formação em Biblioteconomia.

Para a construção de roteiros semiestruturados de entrevista e entendimento teórico do campo de pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica (APÊNDICE A) que “é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71). Além disso, vale destacar que o levantamento bibliográfico foi feito em conjunto com outra pesquisadora mestranda do MINTER que realizou uma pesquisa similar e ao mesmo tempo, porém em outra instituição pública. Contudo, o levantamento bibliográfico nos mostrou que as pesquisas sobre gênero na Biblioteconomia são em número bastante limitado.

Realizamos um levantamento do que foi publicado sobre a temática, até o ano de 2020, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Os descritores utilizados foram: Gênero e Bibliotecário; Gênero e Biblioteconomia; Mulher e Biblioteconomia; e Gênero e Profissional da Informação. Todo o levantamento bibliográfico foi realizado em Busca avançada, sendo que na BDTD não foi delimitado ano de defesa e na BRAPCI foi mantido o recorte temporal automático que consta na base que é de 1972 até o ano vigente. Diante dos resultados obtidos, foram lidos todos os resumos e no caso das dissertações e teses lidos também os sumários. Para o presente estudo, por ter relação direta com a temática, selecionamos 12 artigos na BRAPCI e 4 produções na BDTD, com quem dialogaremos durante o trabalho e cujo quadro está inserido no Apêndice A. Foi realizada, ainda, uma pesquisa documental no site oficial da instituição, por meio da qual foram recuperados os três Projetos Pedagógicos do Curso, que permitiram a correlação com as entrevistas.

Para a entrevista com as professoras/es e discentes do Curso de Biblioteconomia da UFAL foi produzido um roteiro semiestruturado com 14 questões voltadas para as/os discentes e 18 para as/os docentes (Apêndice D). Sobre o roteiro de entrevista das/os discentes, o mesmo é composto de (14) questões objetivas e subjetivas, e está organizado em duas partes: a primeira com questões referentes à identificação da/o entrevistada/o, com perguntas quanto ao sexo,



faixa etária, moradia, trabalho e renda; e a segunda parte é composta por questões sobre gênero, o currículo do curso e sobre a participação de estudantes no curso. Quanto ao roteiro de entrevistas das/os docentes, este é composto de (18) questões objetivas e subjetivas organizadas em três partes. A primeira, são 3 perguntas referentes à identificação, com perguntas relativas à faixa etária, formação acadêmica, tempo de conclusão do curso de Biblioteconomia e o tempo que exerce o cargo de professor/a; a segunda parte compõe-se de 7 perguntas relacionadas à profissão; e, para finalizar, a terceira parte possui 8 questões sobre gênero e currículo.

Antes de ser levado a campo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNISUL. Após a aprovação do projeto, entrou-se em contato com as professoras e discentes do curso de Biblioteconomia, e, em seguida, foi-lhes encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a carta-convite para assinatura aceitando a participação como sujeitos da pesquisa (APÊNDICE E).

## 1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A fim de apresentar a pesquisa realizada, o presente texto está estruturado em quatro capítulos, além desta Introdução. O Capítulo 2 trata sobre relações de gênero, educação superior e a Biblioteconomia, apresentando uma breve história do curso de Biblioteconomia no Brasil, a partir de políticas de educação superior. O mesmo trata ainda das políticas curriculares, gênero e o curso de Biblioteconomia, de um histórico do curso de Biblioteconomia da UFAL, trazendo o primeiro Projeto Político Pedagógico do Curso. O Capítulo 3 trata dos procedimentos de ida a campo e apresentação de nossos sujeitos de pesquisa, bem como contextualiza sobre gênero e Biblioteconomia na compreensão das pessoas entrevistadas. No Capítulo 4 discute-se sobre o currículo em transformação e as questões de gênero, analisando os currículos de 2017 e de 2019. O último capítulo traz as considerações finais sobre a pesquisa.

## **2 RELAÇÕES DE GÊNERO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E A BIBLIOTECONOMIA**

Este capítulo apresenta, no primeiro momento, uma breve história do curso de Biblioteconomia a partir das políticas de educação superior. Aqui discorreremos sobre o surgimento dos primeiros cursos de Biblioteconomia e o seu aumento gradativo em todo Brasil. Por estar inserida entre as profissões consideradas femininas, discorreremos sobre a presença masculina e feminina na área, mas também traremos dados referentes ao acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil. Em seguida, tratamos sobre currículo, que no caso da Biblioteconomia na UFAL é abordado desde a criação do primeiro currículo mínimo até as diretrizes curriculares, e de que modo, por sua flexibilidade, permite à universidade pesquisada que se trabalhe na perspectiva de gênero.

### **2.1 BREVE HISTÓRIA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA A PARTIR DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Na sociedade capitalista, a questão de gênero está presente na configuração de todas as profissões. As mulheres foram excluídas não só do mercado de trabalho, mas também de ter acesso à educação e isso é decorrente de um longo processo histórico e social. O surgimento do capitalismo contribuiu para inserir a força de trabalho de mulheres em fábricas, porém com condições precárias e longas jornadas de trabalho. Apesar das péssimas condições a que as mulheres eram submetidas, elas viam nesses trabalhos executados fora de casa uma oportunidade de uma possível emancipação, visto que, além ampliarem suas relações sociais, o trabalho também contribuiria para dirimir a dependência financeira à qual estavam submetidas.

Para as mulheres brancas dos setores dominantes, a educação e o acesso à vida profissional eram formas de proporcionar relações menos desiguais nos espaços de poder em que circulavam. Desde a Revolução Francesa o mundo ocidental, incluindo aí o Brasil, acompanhou a luta das mulheres e dos movimentos feministas por direito ao trabalho e à educação em todos os níveis, o que ocorria em paralelo com a participação feminina na luta contra a escravidão e pelo direito ao voto. No Brasil, apenas em 1879 as mulheres tiveram direito de frequentar escolas de ensino superior, mesmo tendo sido criadas em 1808 após a chegada da Família Real. Nessa época, a maioria das mulheres eram analfabetas e não tinham acesso à educação formal, e o ensino superior ainda continuou sendo predominantemente frequentado por homens.

Quando os primeiros cursos superiores foram criados no Brasil, estes foram pensados para atender as demandas da Corte. Em função disso, a descentralização do ensino superior só ocorreu com a Proclamação da República, que permitiu a criação do ensino superior privado. De acordo com Sampaio (2011, p. 28), a trajetória do ensino superior privado no Brasil “é marcada por duas Constituições – a da República, de 1891, que lhe facultou a possibilidade de existência, e a Constituição de 1988 que, reafirmando o princípio liberal, manteve o ensino superior livre à iniciativa privada”. Tal trajetória conferiu ao ensino superior brasileiro a criação de novas instituições, fossem elas públicas ou privadas, contudo, o crescimento acelerado se deu nas instituições de iniciativa privada.

No Brasil, o primeiro Curso de Biblioteconomia foi criado pela Biblioteca Nacional em 1911, mas só começou a funcionar em 1915, sendo seu principal objetivo sanar as dificuldades vividas pela própria Biblioteca Nacional. O primeiro registro de mulher na Biblioteconomia no Brasil foi em 1929, com a vinda da bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, cujo objetivo era orientar na organização da Biblioteca do Mackenzie College. Ela também substituiu a diretora da referida biblioteca, Adelpha Figueiredo, para que esta fosse cursar Biblioteconomia nos EUA, e se tornasse a primeira bibliotecária brasileira com formação na área (SOUSA, 2014). Adelpha Figueiredo tinha formação em Odontologia e cursou música no conservatório de música na Suíça, tendo sido professora por 10 anos no Mackenzie, até receber o convite para organizar a biblioteca. Como não tinha conhecimento técnico, o Mackenzie, que era de origem norte-americana, enviou uma Bibliotecária dos EUA para preparar Adelpha quanto aos ensinamentos básicos e substituí-la durante o período de um ano para a realização de um curso nos EUA, para o qual lhe deram uma bolsa (MULIN, 2011).

Quando retorna ao Brasil, Adelpha assume a direção da Biblioteca e do curso de Biblioteconomia, que na época tinha sido criado no Mackenzie College sob orientação de Dorothy Muriel Gedds Gropp. Em 1936, o curso realizado no Mackenzie College foi encerrado e instalado no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Porém, por questões políticas, as atividades do curso na Prefeitura de São Paulo foram canceladas em 1939, mas em 1940 o curso foi reinstalado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (CASTRO, 2000).

Na década de 1930 começam a surgir mais bibliotecas sob forte influência das escolas de Biblioteconomia norte-americanas que tinham enfoque mais tecnicista e menos erudito, principalmente ligadas às escolas e universidades; e com isso suas atividades se tornaram uma

extensão da sala de aula. Esse perfil de bibliotecário/a educador/a e mais técnico passa a atrair mais mulheres para a Biblioteconomia, justamente pelo perfil das mulheres da época serem consideradas educadoras por natureza. Além disso, existe o fato de a Biblioteconomia mais técnica e prática estar mais ligada a atributos considerados femininos, tais como: organização, guarda e arrumação e ações que seriam uma extensão das atividades domésticas, tradicionalmente executadas pelas mulheres. Vale lembrar, como já dito anteriormente, que a inserção da mulher no mercado de trabalho se constituiu historicamente por trabalhos que se caracterizavam como uma extensão daqueles executados no âmbito privado (PENA, 2007).

Outros cursos de Biblioteconomia foram surgindo no Brasil, e na década de 1940 já havia seis cursos. Na década de 1950 continuaram surgindo novos cursos e no final da década chegou-se a 10 cursos de Biblioteconomia no país (ALMEIDA, 2012). Em 1962 a profissão de Bibliotecária foi regularizada e, nesse mesmo ano, o currículo mínimo foi estabelecido. Nele, “havia a determinação de que o curso deveria ter a duração de três anos letivos e a intencionalidade de integração entre as perspectivas humanista e técnica do ensino de Biblioteconomia” (SOUZA, 2018, p. 204).

Quando a ditadura militar foi instaurada em 1964, houve uma forte censura em relação aos conteúdos estudados e os currículos passaram a ser controlados pelo Estado. Nesse período, apesar da criação de Universidades Públicas, foram as instituições de ensino superior privado que tiveram um crescimento significativo. Houve, ainda, intensas lutas dos movimentos estudantis contra o regime. Com a reforma do ensino superior de 1968 algumas reivindicações dos movimentos estudantis foram incorporadas à reforma, conforme cita Martins (2014, p. 60): “Apesar da polêmica, a reforma organizou o sistema de ensino federal em universidades e promoveu a pesquisa, como desejavam os estudantes e como constava também no ideário modernizador desde a década de 30”. A autora também acrescenta que nesse período foram criadas muitas instituições de ensino superior, porém instituições que não tinham caráter universitário e cujo foco era voltado apenas para o ensino e não para a pesquisa. Nas suas palavras, estas instituições “eram, em sua imensa maioria, privadas e atuavam no sentido de atender a uma demanda emergente por formação superior” (MARTINS, 2014, p. 61). Essa demanda era composta massivamente pela nova classe média que prosperou durante o regime militar.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação ganhou um lugar de destaque, ao ser tratada como um direito de todos. Este fato contribuiu para a expansão do ensino universitário, ampliando o número de cursos e vagas, transformando um cenário que

vinha passando por uma grande estagnação desde o início dos anos 1980, marcado tanto pelos vestígios da ditadura como pela forte crise econômica. Porém, é importante salientar que esse aumento só ocorreu, de fato, a partir dos anos 1990 com a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996. Nota-se que naquele contexto, durante a primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve uma maior intensificação e presença das instituições privadas no país, enquanto o ensino público ficou praticamente estagnado.

Com relação a área da Biblioteconomia, poucos cursos foram criados entre as décadas de 1980 e 1990 e só nos anos seguintes houve um avanço no número de cursos chegando a duplicar em número se compararmos o ano 2000 com o ano de 2005 (PENA, 2007). Nesse mesmo período, a quantidade de cursos mais que duplicou. Além disso, houve um aumento da procura masculina pelo curso, como é observado nos dados obtidos na pesquisa de Pena (2007), na qual o autor analisa o número de profissionais bibliotecários/os divididos quanto a presença feminina e masculina durante 21 anos.

Quadro 1 – Presença feminina e masculina dos profissionais bibliotecários 1985 a 2005

ANO	MASCULINO	FEMININO	RAZÃO
1985	1.102	8.070	7,32
1986	1.716	9.915	5,78
1987	1.638	9.659	5,90
1988	1.772	9.954	5,62
1989	1.801	10.249	5,69
1990	1.876	9.859	5,26
1991	1.834	9.907	5,40
1992	1.435	9.282	6,47
1993	1.397	9.558	6,84
1994	1.273	8.508	6,68
1995	1.902	9.223	4,85
1996	1.295	8.712	6,73
1997	1.475	8.565	5,81
1998	1.688	8.715	5,16
1999	1.425	8.058	5,65
2000	1.655	8.365	5,05
2001	1.657	8.555	5,16
2002	2.008	9.044	4,50
2003	3.528	9.236	2,62
2004	2.891	9.222	3,19
2005	3.680	10.261	2,79

FONTE: RAIS/MTE citado por Pena (2007, p.93)

Logo, pode-se observar que, no período de 1985 a 2005, o número de mulheres na Biblioteconomia continua superior ao de homens. E apesar do aumento do percentual de homens na profissão nos anos de 2003 a 2005, as mulheres ainda permanecem sendo a grande maioria.

Provavelmente o aumento nos cursos de Biblioteconomia se deu durante o governo do presidente Lula, tendo em vista o aumento da oferta do ensino superior no Brasil. Conforme

citado por Dourado (2019), trata-se de um período que houve muitos avanços na educação, entre os quais destacamos a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que teve como consequência o estabelecimento do Piso Salarial Profissional por meio da Lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008) para os docentes da educação básica no Brasil.

Acentuamos que, no referido período, foram desenvolvidas políticas de expansão e duplicação na rede pública federal com vista na expansão do ensino superior. Todavia, esta expansão se deu mantendo acordos com os setores privados, por meio da criação de políticas para atender esse setor, visando a reestruturação e expansão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que passa a conceder bolsas de estudo em instituições privadas para alunos egressos de escolas da rede pública de ensino. Esse incentivo ao mercado privado da educação provocou acirrada polêmica junto aos movimentos sociais e acadêmicos do campo da educação, conforme se vê na literatura sobre o período (FREITAS, 2016).

Dourado (2019) também cita a continuidade desse processo no governo da presidente Dilma Rousseff, principalmente no primeiro mandato (2011-2014), com destaque para a aprovação pelo Congresso Nacional do Plano Nacional da Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece diretrizes e metas para a Educação; e com a aprovação da Lei nº 12.711/2012, que institui cotas nas universidades públicas federais e nos institutos federais. No segundo mandato (que restringe-se ao ano de 2015 e parte do ano de 2016) a presidente manteve as políticas sociais, mas com menores recursos.

Assim, com o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff<sup>2</sup> e com a chegada de Michel Temer à Presidência da República inicia-se o desmonte das políticas educacionais anteriores, iniciando pelo congelamento de verbas e já sinalizando a reforma polêmica do ensino médio. Desse modo, a política adotada pelo presente Temer vem resultar na redução de verbas para a educação, algo que se consagra com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que “Na prática, significa o congelamento das despesas primárias, acarretando grande impacto para

---

<sup>2</sup> Algumas pesquisas constataam que o *impeachment*, pela forma que se deu, tratou-se de um Golpe Político de Estado.

MELO, Arthur Alves Almeida Soares de. et al. Transição política, golpe jurídico ou midiático parlamentar? Algumas considerações acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Humanidades & Tecnologia em Revista (FINOM)**, [Uberlândia], v. 23, abr./jul.2020.

as políticas sociais e, neste contexto, para a educação e o cumprimento do PNE” (DOURADO, 2019, p. 11).

O governo Bolsonaro inicia dando continuidade às políticas do governo Temer, embora se note uma atuação mais contundente no que se refere à redução de recursos para políticas sociais e o fortalecimento das política de privatizações. Na sequência, o governo acumula ataques à educação com a defesa do ensino a distância, adesão ao modelo de escolas cívico-militares nos sistemas de ensino, o congelamento de projetos de pesquisa e de futuras bolsas de pesquisa e cortes de verbas para toda a educação. O período também se caracteriza pelo crescimento de proposições ligadas ao Projeto Escola sem Partido e a um desmonte da autonomia dos professores em quaisquer níveis da educação.

O governo também se propõe a combater o “marxismo cultural” e sua “doutrinação política” e isso inclui desde a negação da história do Brasil (como acontece com o golpe de 1964 e a ditadura militar) até a supressão das ideias de Paulo Freire, um dos educadores de maior reconhecimento no mundo (NACIF; SILVA FILHO, 2019, p. 238, grifos de quem?).

Defendemos que um dos papéis da escola é ser inclusiva, produzir conhecimento e proporcionar a formação de cidadãos críticos, capazes de participar dos processos decisórios da sociedade. Porém, no projeto de Brasil defendido por Bolsonaro, o fundamentalismo religioso e o avanço do discurso de ódio disseminado por políticos conservadores ganham força, disseminando-se por meio de *Fakenews* nas redes sociais. E esta é uma realidade que vem se gestando desde a derrubada da presidenta Dilma, por meio de uma narrativa que defende o retorno à escola autoritária e moralizante. Narrativa esta que ganha cada vez mais apoio da sociedade e do congresso, resultando em denúncias de doutrinação marxista e ideologia de gênero. “A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais” (MIGUEL, 2016, p. 601).

Segundo a concepção apresentada por Miguel (2016), não cabe à escola, professoras e professores, o papel de educar. Esta função deve ser da família. Às professoras e professores cabe sim a função de reprodução de conteúdo. Na prática, a proposição é de desrespeito às diferenças, às vezes apresentada como indiferença (BARROS, 2018). Ou seja, as crianças deixam de ter acesso ao livre aprendizado do conhecimento científico, mas ficam à mercê da visão de mundo e valores presentes no ambiente doméstico que também pode ser um ambiente de opressão e violência, esta afirmação também é corroborada por Miguel.

A família é também um lugar de opressão e de violência. A defesa de uma concepção plural de família não pode colocar em segundo plano a ideia de que é necessário proteger, sempre, os direitos individuais dos seus integrantes. E entre estes direitos está o de ter acesso a uma pluralidade de visões de mundo, a fim de ampliar a possibilidade de produção autônoma de suas próprias ideias (MIGUEL, 2016, p. 605).

É importante destacarmos que o Movimento Escola Sem Partido abrange todos os níveis de ensino e busca impedir que professoras e professores exerçam a profissão de modo pleno, silenciando ainda mais as questões quanto a igualdade de gênero e de respeito à diversidade sexual, além de excluir do debate assuntos referentes a política, cultura e social, assegurando assim um currículo mínimo e pouco crítico.

No que concerne a formação universitária, é importante salientar que o acelerado aumento das instituições privadas de ensino não significa acesso a um ensino de qualidade, visto que muitas dessas instituições são criadas para atender às necessidades do mercado sem se preocuparem com pesquisa, ensino e extensão e, menos ainda, as condições de trabalho dos docentes. De acordo com o censo do IBGE de 2017 o Brasil possui 2.448 (duas mil quatrocentos e quarenta e oito) Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que destes apenas 296 (duzentas e noventa e seis) são instituições públicas e 2.152 (duas mil cento e cinquenta e duas) privadas.

Quanto à caracterização destas IES, 199 (cento e noventa e nove) caracterizam-se como universidades, sendo 106 (cento e seis) públicas e 93 (noventa e três) privadas. Destas, 189 (cento e oitenta e nove) são caracterizadas como centro universitário, sendo que 8 são instituições públicas e 181 (cento e oitenta e uma) privadas. Quanto à categoria de faculdade, o total é de 2.020 (duas mil e vinte) instituições, divididas em 142 (cento e quarenta e duas) públicas e 1.878 (mil oitocentas e setenta e oito) privadas (IBGE, 2017). Os Institutos Federais (IF) somam 40 (quarenta) no total e todos são públicos.

Para além das relações de gênero, o conjunto de dados são relevantes para analisarmos que, apesar da expansão do ensino superior, o acesso não ocorre de forma equilibrada para toda sociedade, principalmente para os setores que não compõem a classe dominante branca. A população, de modo geral, com mais intensidade para pessoas negras e pobres, oriundas da classe trabalhadora e que não residem nos centros urbanos, este ensino superior não contribui para a redução das desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Já as camadas mais pobres da população que precisam trabalhar e estudar à noite, o que está ao seu alcance são cursos com menor prestígio e remuneração, já que os cursos considerados de maior *status* geralmente funcionam de forma integral, inviabilizando o acesso de estudantes que trabalham.



Apesar da expansão do ensino superior e do aumento de vagas, como também do significativo acesso de mulheres aos cursos superiores, que passou a ser numericamente superior ao de homens, (exceção feita às mulheres negras), isso não significou que as mulheres passaram a ser mais reconhecidas e que tenham conseguido se igualar aos homens em termos de salários, cargos e áreas de atuação. A dinâmica das mulheres tem sido a cada dia se esforçarem por reconhecimento intelectual e profissional, e ainda assim permanecerem como responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado no lar. Quando essa atividade doméstica e de cuidado com os filhos vira atribuição externa e remunerada de outra pessoa, que não a esposa/mãe, a mesma passa a ser ocupada por um número expressivo de mulheres, em sua maioria negras, pobres e com baixa escolarização. Tal fenômeno tem levado mulheres brancas de classe média e alta a vivenciarem o que têm sido designados nos estudos feministas como maternidade transferida (CRUZ, 2014), uma vez que ela atribui a outra mulher, de classe econômica inferior, o cuidado da casa e, sobretudo, dos filhos. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 6,2 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, 92% são mulheres e destes 6,2 milhões de trabalhadores domésticos 3,9 milhões são de mulheres negras (IBGE, 2018). Um aspecto que merece atenção é o modo como se dá a dupla jornada de trabalho dessas mulheres, que compreende o trabalho doméstico remunerado e o não remunerado, ou seja, o acúmulo de jornada do mesmo tipo de trabalho fora e dentro de casa,

Outro estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma o aumento da escolaridade das mulheres em relação aos homens. Entretanto, o estudo comprova uma evidente desigualdade entre mulheres por cor/raça, e uma grande diferença entre mulheres brancas em relação aos homens pretos ou pardos. Em suma, os resultados mostram que em uma população de 25 (vinte e cinco) anos ou mais com ensino superior completo 20,7% são homens brancos, 23,5% mulheres brancas, 7,0% homens pretos ou pardos e 10,4% mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2018). Os dados mostram valores próximos entre homens e mulheres brancas e uma discrepância que confirma a desvantagem educacional por cor/raça. Porém, de acordo com o mesmo estudo, apesar de as mulheres apresentarem melhores resultados educacionais elas ainda não alcançaram resultados compatíveis com a sua qualificação, recebendo 3/4 do que os homens recebem. Por isso, Dourado e Oliveira (2009, p. 206) sinalizam que “Tais considerações ratificam a necessária priorização da educação como política pública”.

Nota-se, portanto, que a divisão sexual do trabalho está presente no âmbito privado e profissional, como bem lembrou Birolli ao afirmar que:

Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas consequências dessas classificações. As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2018, p. 20).

É importante destacar que há uma relação entre a divisão sexual do trabalho e a educação de mulheres, principalmente porque a crescente escolarização de mulheres ocorre em áreas específicas. O Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realizado no ano de 2017, lista o quantitativo de matrículas nos 20 (vinte) cursos de graduação mais numerosos do país. Ao analisar os dados do mesmo, observou-se a predominância de mulheres em 14 (quatorze) desses cursos, mas muitos deles permanecem ligados ao cuidado e tradicionalmente tidos como femininos. Os cursos com predominância masculina continuam sendo aqueles tidos social e tradicionalmente como cursos para homens. Os dados mostram que os cursos com predominância feminina mantêm a tradição em alguns aspectos e inovam em outros, sendo eles: Pedagogia (92,5%), Serviço Social (90,1%), Nutrição (85,2%), Enfermagem (84,0%), Psicologia (80,5%), Odontologia (72,2%), Farmácia (71,9%), Fisioterapia (79,0%), Gestão de Pessoal/recursos humanos (78,0%), Arquitetura e Urbanismo (66,6%), Medicina (58,2%), Ciências Contábeis (57,0%), Direito (55,3%) e Administração (54,9%). Observa-se ganhos femininos na Medicina, em Direito e Administração. Já os cursos com predominância masculina são: Engenharia Mecânica (89,7%), Engenharia Civil (69,5%), Engenharia de Produção (65,0%), Educação Física (65,0%), Formação de Professor de Educação Física (59,8%) e Empreendedorismo (52,4%). Nas engenharias a discussão tem sido em relação ao teto de 30%, que não se consegue ultrapassar, e à subdivisão na profissão, uma vez que foram criadas várias áreas femininas de menor prestígio. Dentre os cursos citados, a maioria são ofertados pela UFAL com exceção dos cursos de Fisioterapia, Gestão de Pessoal/recursos humanos, Engenharia Mecânica e Empreendedorismo. Quanto ao curso de Biblioteconomia da UFAL. Segundo Pires (2016, p. 76),

Apesar do número expressivo de ingressantes de ambos os sexos, o curso da UFAL apresenta uma expressiva taxa de evasão, haja vista que dos 606 (seiscentos e seis) ingressantes no curso de Biblioteconomia ao longo dos 16 (dezesesseis) anos de curso, somente 215 (duzentos e quinze) se tornaram bibliotecários.

Como é possível notar, além das questões já elencadas quanto às condições de trabalho e discrepâncias na remuneração, o curso de Biblioteconomia da UFAL conta ainda com um alto índice de evasão, que ocorre tanto com homens quanto mulheres. Conforme essa mesma pesquisa (PIRES, 2016), o número de mulheres que ingressaram no curso Biblioteconomia da UFAL, no período de 1998 a 2014, corresponde ao quantitativo de 397 (trezentos e noventa e sete); já os homens correspondem a um total de 209 (duzentos e nove), o que demonstra um número alto de homens ingressantes, ou seja 35% de entrada masculina. Todavia, ao observarmos o número de concluintes notamos que a presença feminina chega a 79,53%, enquanto que a masculina é de 20%. Em estudo mais recente Müller e Martins (2019) corroboram estes dados afirmando que o percentual de predominância feminina na Biblioteconomia continua alto e corresponde a 82%<sup>3</sup>.

Poderíamos aplicar sobre as políticas curriculares e a questão de gênero a argumentação de Apple:

Ao definir o conhecimento de certos grupos como legítimo para a produção e distribuição enquanto o conhecimento e tradições de outros grupos são considerados impróprios como conhecimento escolar, as escolas contribuem não apenas para a produção de conhecimento técnico/administrativo útil, mas para a reprodução da cultura e das formas ideológicas dos grupos dominantes (APPLE, 1989, p. 49).

Daí a luta antiga e não vitoriosa sobre a necessidade de diretrizes de gênero para a educação em todos os níveis, temática quase ausente nos documentos educacionais aprovados na década de 2010, mesmo sendo incluída na pauta como Direitos Humanos na tentativa de sobreviver ao conservadorismo. É nesse sentido que – através do decreto n. 7.177/2010 (BRASIL, 2010) que estabelece diretrizes para a temática – a educação em Direitos Humanos promove “o reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, étnico-racial, religiosa, com educação igualitária, não discriminatória e democrática” (CURY, 2014, p. 1058).

O mais recente Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014) determina diretrizes, metas e estratégias para educação, mas a temática de gênero está quase ausente nele. No que concerne ao Estado de Alagoas “a questão de gênero aparece de forma genérica na menção aos direitos humanos ou com pautas de direitos específicos para as

---

<sup>3</sup> Os dados dos ingressantes da última década na Biblioteconomia da UFAL não foram encontrados, mesmo sendo solicitados à todas as instâncias do curso e da universidade de modo geral.

mulheres” (VIANNA; BORTOLINI, 2020, p. 12). O PNE estabelece 20 (vinte) metas para a educação no Brasil, e no que se refere à educação superior o Plano apresenta a Meta 13 (treze), cujo objetivo é elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício. É importante que haja esforços para o cumprimento de todas as metas, de modo que a educação superior não atenda apenas algumas demandas, deixando lacunas como o não comprometimento da qualidade do ensino e a formação de um cidadão ético e crítico, o que inclui a discussão de gênero, conforme sugerido por Stromquist (2007).

Reiteramos, neste estudo, que a Constituição Federal de 1988 respalda a luta por uma educação que seja capaz de contemplar as questões de gênero, afinal ela prevê que a educação é um direito de todos e que é dever da União e dos Estados garantirem um padrão mínimo de qualidade, ante as desigualdades que assolam o Brasil. Em suma, concluímos que os avanços ainda são poucos em termos de acesso, permanência e qualidade.

Estamos diante de um cenário de retrocessos da agenda de políticas sociais, pautado por um discurso privatista, excludente e preconceituoso. O governo Bolsonaro está totalmente distante das pautas sociais e suas ações são voltadas para combater o que considera como “ideologia de gênero” e “doutrinação da esquerda nas escolas”, sendo que seu conservadorismo tem forçado um recuo nas pautas de gênero e direitos das mulheres e demais setores oprimidos socialmente.

Tal discurso tem se aprofundado na educação conforme cita Freitas (2016, p. 140): “O modelo de gestão considerado eficaz é o da iniciativa privada, cujo centro está baseado em controle e responsabilização”. A noção de escola boa e ensino de qualidade passa a ser medida por boas notas e pelos testes, fazendo com que as escolas e universidades foquem o seu ensino de acordo com o que se cobra nos testes, limitando o ensino e estreitando os seus currículos. Enfim, ao ancorar-se em testes e no conhecimento meramente técnico, voltado para o mercado, a educação perde seu potencial crítico, favorecendo ainda mais as desigualdades.

## 2.2 AS POLÍTICAS CURRICULARES, GÊNERO E O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A palavra currículo não tem um único sentido e não há um consenso quanto ao seu conceito, sendo abordado e compreendido de diferentes maneiras, segundo a concepção teórica que o fundamenta. De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009, p. 587), uma das definições de currículo é “programação total ou parcial de um curso ou de matéria a

ser examinada”. Já o dicionário Aurélio da língua portuguesa (2010, p. 628) define-o como “As matérias constantes de um curso”. Porém, a definição de currículo é uma construção complexa, pois envolve o seu contexto histórico, social, cultural e político. Para Apple:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 1994, p. 59).

Currículo é poder, em todos os níveis em que é discutido e implementado. A forma como os currículos são planejados e construídos na educação brasileira não leva em conta as diferenças e diversidades sejam elas regionais ou de classe, e tampouco as histórias e os problemas com que alunos, professores e escolas se deparam. Isso porque é interessante para a classe dominante que seus interesses sejam mantidos. Dessa forma, irá prevalecer o modelo hegemônico, e se este for modificado será para atender melhor as mudanças que o contexto do capital e interesses das classes dominantes demandem.

É preciso que fique evidente, conforme apresentado por Giroux e McLaren (2002, p. 142) que “as escolas são instituições históricas e culturais que sempre incorporam interesses ideológicos e políticos”. E ainda complementam afirmando que as escolas são terrenos ideológicos onde a cultura dominante fabricam suas certezas hegemônicas. Sendo assim, não é por acaso que o conteúdo curricular é selecionado e organizado de forma desigual para os diversos grupos de alunos e os diferentes espaços escolares. Segundo afirma Apple (2008, p. 49) “podemos pensar sobre o conhecimento como algo distribuído de maneira desigual entre as classes sociais e econômicas, grupos profissionais, diferentes grupos etários e grupos com diferentes poderes”. Apesar disso, o que se tem feito é medir a aprendizagem dos alunos através de avaliações externas, isto é, são as mesmas provas para alunos de escolas públicas e privadas. Provas que consideram apenas duas disciplinas como português e matemática, negligenciando as disciplinas do campo das artes e humanidades. O bom desempenho dos alunos apenas nestes conteúdos – português e matemática – e expresso no resultado destes testes indica se a escola é de boa qualidade. Contudo, se o desempenho for ruim a escola é considerada de baixa qualidade e a responsabilidade recai sobre ela e sobre os professores, tendo ainda como punição, paradoxalmente, o repasse de menos verbas públicas.

Por outro lado, mesmo que os resultados desses testes sejam bons “eles estariam refletindo um conceito estreito de educação, voltado exclusivamente para o ensino de

habilidades de leitura e matemática, e não para a educação multilateral de seus jovens” (FREITAS, 2016, p. 145). Isso certamente terá como resultado uma educação restrita às exigências do mercado e aos conteúdos mínimos cobrados nos exames, resultante de políticas que se contrapõem ao compromisso histórico de luta dos movimentos sociais populares, que é de construir uma escola que forme o sujeito integral, que conheça a sua realidade, reflita sobre a sua condição de desigualdade e seja capaz de contribuir com a transformação social.

Para a área de gênero e, de modo mais amplo, de toda a diversidade e Direitos Humanos, a preocupação com disciplinas advindas das artes e humanidades, que despertam o pensamento crítico e permitem que as pessoas pensem, questionem e conheçam a sua realidade social, vai de encontro aos interesses da classe dominante, sendo este um dos motivos para não priorizá-las. Logo, a “guerra cultural” implementada pelos conservadores na política visa capacitar as classes subordinadas para que estas reproduzam sua cultura, que tenham conhecimento mínimo e habilidades técnicas que não vão além das exigências do capital. Então, incluindo apenas duas disciplinas como português e matemática nos exames faz com que as escolas centrem seus esforços apenas nessas duas disciplinas, mantendo e legitimando o *status quo* (GIROUX; MCLAREN, 2002).

O desafio para os gestores públicos críticos seria repensar a educação e os currículos, de forma que o objetivo não se restrinja a formar trabalhadores e sim cidadãos e cidadãs, o que só é possível a partir de um currículo com enfoque na formação integral do ser humano. Todavia, considerando que a educação está inserida numa sociedade capitalista, o que segue em vigor no Brasil ainda é relativamente tradicional perante o desenvolvimento das teorias educativas, em especial das teorias tradicionais do currículo.

[...] o sistema oficial de educação básica e os currículos da IES no Brasil, com raríssimas e honrosas exceções, não foram reformulados pelas diferentes teorias curriculares emergentes. Permanece fortemente arraigada em nossas escolas e universidades a teoria curricular tradicional que dá ênfase à área do conhecimento fragmentado pelas disciplinas e áreas científicas, justapostas em grade curricular, privilegiando a transmissão dos conteúdos e dos aspectos tecnológicos e exatos que valorizam a dimensão tradicional e permanente do conhecimento. O currículo é sinônimo de conteúdos ou de programas de várias disciplinas. O papel do professor continua ocupando o centro do processo do ensino (MASETTO, 2005, p. 2).

Apple (1989) já dizia que o currículo não é neutro. Essa noção de neutralidade do currículo encobre as relações de poder existentes na sociedade e é por isso que não há consenso quanto à sua definição, porque currículo vai muito além do que está escrito no Programa do curso, ou seja, o currículo prescrito. O autor ainda argumenta que “o currículo não existe como

um fato isolado. Ao invés, ele adquire formas sociais particulares que corporificam certos interesses que são eles próprios resultados de lutas contínuas dentro e entre os grupos dominantes e subordinados” (APPLE, 1989, p. 47). Toledo e Ramos (2021), ao tratarem do “currículo formal”, afirmam que o mesmo está estruturado pelas normativas prescritas pela instituição. Fazendo um paralelo entre o “formal” e o “real”, os autores destacam que o currículo real é a parte prática do currículo formal, é tudo aquilo que é ensinado pelo professor para os alunos. Porém, é no âmbito do currículo real que encontramos o currículo oculto, isto é, o que não está explícito no currículo formal, e está presente no conjunto das relações sociais dentro da escola, porém contribui no processo de aprendizagem.

O ambiente de ensino em si não é neutro, mas um espaço de múltiplas culturas, experiências, de diferentes grupos sociais, o que significa que o currículo não é só o que está exposto nos programas e disciplinas, mas sim tudo que é transmitido por todos que vivenciam o ambiente e que não está exposto, ou seja, o currículo oculto. Além disso, há o currículo praticado intencionalmente que também pode ser diferente do currículo prescrito, sendo mais avançado ou atrasado do que ele. Este, por sua vez, se configura nos espaços de autonomia que professores e instituições constroem no desenvolvimento de suas práticas, e decorre das micro relações de poder vivenciadas no cotidiano educativo, inclusive na educação superior.

Partindo dessa compreensão de que o currículo se constrói dentro das relações de poder, é possível entender a histórica resistência do Brasil em se investir na educação. Em um país extremamente desigual o investimento na verdade é na reprodução de um currículo cujo conhecimento é fragmentado, padronizado e tecnicista, por meio do qual a classe dominante consegue manter o seu poder e reproduzir suas ideologias e culturas (APPLE, 1989).

No caso do currículo de Biblioteconomia, o que tivemos no período de montagem dos cursos, no início do século XX, expressava um jogo de influências internacionais que ora pendia para o sistema francês, ora para o norte-americano. Em virtude disso, nota-se que o ensino de Biblioteconomia ofertado pela Biblioteca Nacional tinha um perfil humanístico, influenciado pelas escolas francesas; ao passo que a Biblioteconomia ensinada no Mackenzie College expressava uma abordagem tecnicista, por influência das escolas norte-americanas.

Tais diferenças persistiram por alguns anos, mas em 1944, devido às exigências do mercado, a Biblioteca Nacional passou a adotar uma vertente tecnicista, incluindo disciplinas técnicas no currículo do curso (ALMEIDA, 2012). O curso, que antes se limitava a formar profissionais para atender as suas demandas internas, passa a formar bibliotecários aptos a atuar em qualquer tipo de biblioteca, conforme necessidades da sociedade naquele momento. Com o

passar dos anos, o número de escolas de Biblioteconomia aumentou e conseqüentemente o número de bibliotecários formados, sendo que “O Instituto Nacional do Livro, criado em 1937, também contribuiu muito para a difusão das técnicas de Biblioteconomia, promovendo cursos regulares e avulso, alguns dos quais também se transformaram em cursos permanentes” (MUELLER, 1985, p. 5).

Apesar de ser uma profissão tão antiga, apenas em 1962 os bibliotecários conquistaram o reconhecimento da profissão, através da Lei n. 4.084/1962 que dispunha sobre a profissão e regulava o seu exercício. Data do mesmo ano a criação de Currículo Mínimo, pensando a partir das necessidades dos bibliotecários formados, já que o exercício da profissão só poderia ocorrer após o registro do diploma na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. A partir daquele contexto, “para o provimento de cargo de bibliotecário era obrigatório a apresentação do diploma, e esse só tinha valor legal se registrado pelo Ministério da Educação e Cultura que exigia das escolas de Biblioteconomia o cumprimento do Currículo Mínimo para validar o diploma” (ALMEIDA, 2012, p. 57).

O Currículo Mínimo de 1962 prescrevia a duração mínima do curso em 3 anos. E quanto às disciplinas era possível separar em dois grupos: um técnico e o outro cultural. Sobre este assunto, Almeida afirma que:

O CM de 1962 era igualmente dividido em disciplinas humanísticas e técnicas, formado por cinco disciplinas humanísticas e por 5 técnicas. As de caráter cultural eram História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte e Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, enquanto as técnicas eram Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia (ALMEIDA, 2012, p. 64).

A insatisfação das escolas de Biblioteconomia com o currículo mínimo de 1962 fez com que estas, com o intuito de atualização, começassem a incluir disciplinas nos programas dos cursos, mas isso acarretou o inchaço dos seus programas, levando muitas universidades a pleitearem a reformulação do Currículo Mínimo (MUELLER, 1988). Como resultado desta insatisfação e das mudanças na área, em 1967 foi criada a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)<sup>4</sup>, conforme citam Barros, Cunha e Café (2018). Trata-se de uma entidade formada por professores/es dos cursos de Biblioteconomia, criada devido a necessidade de atualização e também por insatisfação com o conteúdo dos cursos ,

---

<sup>4</sup> A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) teve seus trabalhos encerrados e substituídos em 2001 pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).



sobretudo porque consideravam excessiva a quantidade de disciplinas de cunho cultural. Após a criação da ABEBD, professoras/es elaboraram propostas curriculares e conseguiram que o segundo currículo mínimo fosse criado através Resolução n. 08/1982, do Conselho Federal de Educação (SANTOS, 1998). Assim, o novo Currículo Mínimo foi aprovado e nele estabeleceu-se a duração mínima de 4 anos letivos, ou seja, houve uma expansão em relação a duração mínima exigida no currículo anterior que era de 3 anos. Também foram fixados os conteúdos mínimos que passaram a ser divididos em três grupos: Matérias de Fundamentação Geral, Matérias Instrumentais e de Formação Profissional.

Ainda assim os docentes expressaram muito descontentamento com o currículo mínimo e com os conteúdos com os quais eram obrigados a trabalhar, o que resultou em muitas críticas a ele “atribuindo-lhe a responsabilidade pela má formação e desempenho de nossos profissionais” (SANTOS, 1998, p. 6). De acordo com este autor, a noção de currículo mínimo só foi substituída em 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394), porque nela não se mencionava a obrigatoriedade de os cursos superiores estabelecerem um currículo mínimo. Sendo assim, surgiu a possibilidade para que “as Instituições de Ensino Superior reorganizassem seu ensino a partir de outras propostas, abandonando o chamado “freio” imposto pelos currículos mínimos obrigatórios” (SANTOS, 1998, p. 9).

Em 1996, ano de promulgação da LDBEN, por iniciativa da ABEBD foi realizado o I encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul, em Porto Alegre – RS, e o “O principal resultado deste encontro foi a proposta de harmonização dos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul” (BARROS; CUNHA; CAFÉ, 2018, p. 293). O segundo encontro foi realizado no ano seguinte em Buenos Aires, na Argentina, onde foram definidas seis áreas temáticas para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul (Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Organização e Tratamento da Informação, Gestão de Unidades de Informação, Recursos e Serviços de Informação, Tecnologias da Informação e Pesquisa). Outros encontros aconteceram com o intuito de harmonizar os currículos para que estes atendessem as diferentes demandas sociais. Para Almeida:

Na prática, as Diretrizes Curriculares ofereceram às instituições de ensino a liberdade de trabalhar dentro das competências específicas e gerais, necessárias ao bibliotecário, e a inclusão de disciplinas pertinentes e adequadas à realidade local de cada instituição. Tal liberdade, possibilitou a inserção de ideias de padronização de conteúdos entre as escolas de Biblioteconomia de países da América do Sul, advindas do Encontro de Dirigentes de Escolas Universitárias de Biblioteconomia do Mercosul (ALMEIDA, 2012, p. 78).

Em 2001 as Diretrizes Curriculares Específicas para o Curso de Biblioteconomia foram elaboradas e homologadas. Com isso, as diretrizes objetivam que

[...] Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados (BRASIL, 2001, p.32).

Desde então, os cursos de Biblioteconomia têm flexibilidade para reformular seus currículos e, caso queiram, incluir conteúdos com a preocupação em se ter estudantes e profissionais que percebam as necessidades do seu entorno social e possam agir criticamente. A pesquisa de Barros, Cunha e Café (2018, p. 305) revela que “é possível estabelecer uma grade curricular para o curso de Biblioteconomia de forma bastante específica. [...]” ou seja, muitos cursos acabam dando ênfase apenas em um viés temático nas reformulações dos currículos, seja mais técnico ou mais tecnológico, o que vai depender do olhar docente para as demandas sociais e/ou do mercado propriamente dito. Barros, Cunha e Café (2018, p. 305) ao discutir sobre este contexto, reiteram “a relevância de se estar atento a não pensar o currículo de forma demasiado individualizada”, pois muitos cursos no momento de reformular seus currículos só analisam a realidade local, não analisando o geral e tampouco dialogando com os demais cursos do Brasil.

Com o intuito de nortear os currículos dos Cursos, o parecer das Diretrizes Curriculares para o curso de Biblioteconomia de 2001 enumerou as competências e habilidades dos graduados do curso, dividindo-as em competências gerais e específicas.

[...]Competências gerais: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; utilizar racionalmente os recursos disponíveis; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.[...]Competências específicas: Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação (BRASIL, 2001, p. 32-33).

De acordo com as DCN's, os conteúdos dos cursos deveriam ser distribuídos em formação geral e formação específica. Além disso, elas permitiam que as instituições de ensino superior tivessem mais flexibilidade na formação dos seus currículos e, com isso, recomendavam que os projetos acadêmicos adotassem uma perspectiva humanística na formulação dos seus currículos, de modo que os cursos formassem bibliotecários com aptidões técnicas, mas também conscientes do seu papel na sociedade (BRASIL, 2001).

Conforme citado anteriormente, os currículos são formulados a partir de interesses ideológicos e políticos que objetivam formar sujeitos que não conheçam a sua realidade, como também não a questione, mas que reproduzam e mantenham as ideologias e interesses da classe dominante. Diante dessa perspectiva, é possível entender as dificuldades encontradas pelas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, principalmente em áreas tidas como masculinas, bem como a dificuldade em ocupar cargos de poder e direção, mesmo que tenham qualificação igual ou superior à dos homens. Ressalte-se que estes processos ou situações nas quais as mulheres são inferiorizadas, onde há disparidades se comparadas com os homens, são também conhecidos como segregação profissional horizontal e vertical, respectivamente.

A questão da educação superior e as mulheres ainda não está resolvida e essa dissertação faz parte de um esforço em contribuir com esse processo. Considerando que na Biblioteconomia o número de mulheres é maior que o de homens em todo Brasil, vale destacar que apesar das mulheres serem maioria na profissão, é desproporcional a atuação destas em cargos de poder, pois observa-se que muitos destes cargos estão ocupados por homens, o que evidencia que as mulheres não têm as mesmas oportunidades de crescimento e igualdade de condições em competir com os homens, mesmo atuando em uma profissão de predominância feminina, o que demonstra a ocorrência de segregação horizontal e vertical na área devido às questões de gênero.

A Biblioteconomia, além de ser uma profissão com predominância feminina, conforme já destacamos, é também uma área com viés muito técnico. Em relação a isto, Müller e Martins (2019, p. 97) advertem que “a formação da bibliotecária tem privilegiado uma formação orientada para processos técnicos em detrimento de processos políticos”. E isso, certamente, pode ser fator que contribui para a baixa atuação política dessas profissionais, bem como a baixa ocupação em cargos de poder e de representação de classe.

Os cursos de Biblioteconomia têm liberdade e flexibilidade para estruturar seus currículos de acordo com as demandas locais, formando profissionais que sejam capazes não somente de agir e modificar realidade local, mas também que sejam capazes de atuar em

realidades e culturas diferentes. Apesar dessa flexibilidade, alguns temas ainda são pouco discutidos e muitas vezes nem são percebidos como relevantes, como é o caso da questão de gênero. Essas questões, se percebidas e discutidas, poderão contribuir significativamente para o papel e a atuação da/o profissional seja em busca de reconhecimento e melhorias salariais como também na sua ação social mais qualificada.

Por isso, se faz necessário trazer à luz a questão de gênero na Biblioteconomia hoje, pois apesar das mudanças na área e do aumento do número de cursos e da oferta de vagas, ainda é uma temática pouco discutida na profissão e, por conseguinte, pouco consolidada. Enfim, uma temática que é bastante heterogênea e que se encontra estreitamente relacionada com outras variáveis e problemáticas, tais como as questões de classe e raça, dentre outros.

### 2.3 HISTÓRICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NA UFAL

Criada em 1961 pela Lei n. 3.867/61, a UFAL foi a primeira Universidade Pública do Estado de Alagoas. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional de UFAL (PDI) 2019, de início a UFAL foi denominada Universidade de Alagoas com a sigla UAL, só mudando cinco anos depois através do decreto-lei n. 53 de 18 de novembro de 1966, quando assumiu a nomenclatura vigente. Em seu processo de evolução, a década de 1980 é marcada pela criação de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo seu primeiro curso de Mestrado na área de Letras. Destaque-se que no período de 1961 a 2006 o funcionamento da UFAL era apenas na cidade de Maceió, quando, então, se expandiu ao criar o Campus Arapiraca, três unidades educacionais nas Cidades de Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, além de Polos de Educação à distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2010 a UFAL amplia ainda mais seu processo de interiorização com o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), criando o Campus do Sertão, localizado na Cidade de Delmiro Gouveia e a sua unidade educacional na Cidade de Santana do Ipanema. No momento da escrita dessa dissertação a UFAL oferta em seus diferentes *campi* e unidades educacionais, 100 (cem) cursos graduação, 6 (seis) cursos de pós-graduação *lato sensu* e 55 (cinquenta e cinco) cursos de pós-graduação *stricto sensu*, entre os quais o curso de graduação em Biblioteconomia e o curso de Pós-graduação em Ciência da Informação (Mestrado) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019).

O Curso de Biblioteconomia da UFAL fica localizado no Campus A.C. Simões, em Maceió, e funciona no Prédio Sede do Curso. A implantação do curso em 1998 se deu a partir dos esforços de um conjunto de bibliotecárias da Biblioteca Central da UFAL, da Associação

Alagoana de Profissionais em Biblioteconomia e docentes do Curso de Especialização em Administração e Gerência de Serviços de Informação. A necessidade surgiu após a construção do novo prédio da Biblioteca Central da UFAL que com suas novas instalações e serviços precisava de profissionais habilitados, sendo que à época os profissionais com formação em Biblioteconomia tinham sua formação em outros estados brasileiros. A partir dessa demanda e tendo em vista a demanda social existente, a Associação Alagoana de Profissionais em Biblioteconomia apresentou um Projeto de criação do Curso para a Universidade Federal de Alagoas que foi aprovado, tendo sido criado através da Resolução n. 20/98-CEPE, de 11 de maio de 1998, com seu reconhecimento através da Portaria n. 828, de 11 de março de 2005 (SANTOS; LIMA, 2014).

Na pesquisa de Santos e Lima (2014) é citado também que em 2003 o curso contava apenas com dois professores efetivos, sendo os demais professores substitutos ou professores efetivos de outros cursos como História, Filosofia, Ciências da Computação e Letras. No ano de 2004, quando recebeu a visita da Comissão de Avaliação do Ministério da Educação (MEC), o curso contava com quatro professores efetivos, com professores substitutos e professores efetivos lotados em outros departamentos. Antes de conseguir se instalar em prédio próprio, o curso funcionava em um espaço cedido no subsolo da Biblioteca Central e também onde estava instalado o Centro de Ciências da Saúde, que passou a ser posteriormente a Escola de Enfermagem e Farmácia. Em 2020 o Curso de Biblioteconomia possui sede própria, servidores técnico-administrativos e um corpo docente formado por 12 professores efetivos lotados no departamento, além de professores efetivos de outras unidades acadêmicas e professores substitutos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019).

O Curso de Biblioteconomia da UFAL é oferecido na habilitação Bacharelado, desde a sua criação em 1998, e funciona de forma presencial no período da noite, com duração mínima de 4 (quatro) anos e máxima de 7(sete) anos, possuindo carga horária total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas/aula. Quanto a carga horária, ela “está distribuída entre a parte fixa, que corresponde a disciplinas obrigatórias e estágio supervisionado, e a parte flexível, com disciplinas eletivas e atividades extracurriculares” (SANTOS; LIMA, 2014, p. 72). Anualmente, o curso recebe 25 (vinte e cinco) alunos por semestre e possui seu vínculo com o Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA). Além disso, conta com o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI/ MESTRADO, instituído em 2018 através da Resolução n. 24/2018-CONSUNI/UFAL, cuja criação evidencia ainda mais a

necessidade de se investir na formação de bibliotecárias/os e de estudantes de Biblioteconomia, através do incentivo dessas/es alunas/os nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PPGCI tem como área de concentração “Informação, Tecnologia e Inovação” e conta com duas linhas de pesquisa: “Produção, Mediação e Gestão da Informação” e “Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos”. Com esta estrutura, o PPGCI objetiva:

Proporcionar o aprimoramento no campo da informação, visando oferecer ao discente elevado padrão técnico, científico e profissional; desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento em informação, tecnologia e inovação, a partir da integração entre ensino pesquisa e extensão; formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior, da profissionalização e da pesquisa em informação, tecnologia e inovação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2018, p. 3)

Já o objetivo do curso de graduação consiste em “Formar profissionais competentes para atuarem de forma ética, crítica e inovadora no ciclo informacional, em espaços multirreferenciais de informação presentes na sociedade, considerando os direitos e deveres dos cidadãos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 48).

Em suma, é possível considerar que houve grandes avanços na trajetória do Curso de Biblioteconomia da UFAL, tanto em termos de infraestrutura quanto de ensino. A criação do mestrado foi vital para esse desenvolvimento e representa uma evolução para o curso. Por fim, é necessário mencionar que, das várias mudanças ocorridas no Curso de Biblioteconomia da UFAL, além do Projeto inicial, ocorreram reestruturações no Currículo para o alcance dos objetivos do curso. Na próxima subseção falaremos sobre uma mudança ocorrida em 2000, sendo que as demais serão tratadas no capítulo posterior.<sup>5</sup>

## 2.4 PRIMEIRO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO E AJUSTES INICIAIS

O Curso de Biblioteconomia da UFAL, já em seu primeiro ano de funcionamento, em 1998, passou por mudanças referentes ao seu currículo, com vista no atendimento das novas diretrizes curriculares do MEC, vindo reajustá-lo, depois, em 2007.

---

<sup>5</sup> A segunda mudança curricular ocorreu em 2017 e está em fase de encerramento; e a terceira, que se encontra em fase de implantação em 2021, ocorreu em 2019.

Com as diretrizes curriculares as instituições de ensino superior passaram a ter liberdade para reorganizar seus currículos sem a necessidade de cumprir com o currículo mínimo. Conforme citado no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da UFAL (PPC)

Tais diretrizes visaram orientar e dar uma direção ao currículo, por isso, trazendo componentes de flexibilização, que permitiram a cada curso adaptação à sua filosofia. Para atender a essas mudanças, o Curso passou no ano de 2000, por algumas atualizações que objetivaram, primordialmente, ajustar o projeto inicial às diretrizes curriculares do MEC e alterar a denominação do curso para Ciência da Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 7).

Segundo o histórico presente dentro do PPC do curso, mesmo antes dele ser atualizado havia uma preocupação quanto à formação da/o bibliotecária/o, para que esta rompesse com o tradicionalismo dos demais cursos de Biblioteconomia do país, ainda que atendesse as exigências do currículo mínimo. Nesse sentido e com o intuito de abarcar mais áreas como arquivologia, museologia, dentre outras, o currículo foi ajustado em 2000 e a denominação do curso passou a ser Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia, sendo avaliado pelo INEP/MEC em 2004 e reconhecido através da Portaria n. 828, de 11 de março de 2005. Porém a comissão de avaliação indicou alterações: que o curso mudasse sua nomenclatura para Biblioteconomia e que todos os cursos alterassem seus Projetos para o regime semestral. Dessa forma, o curso de Biblioteconomia e todos os demais da UFAL alteraram seus Projetos Pedagógicos em 2006 para atender às exigências do MEC.

Como perfil de bibliotecária/o em seu Projeto, o curso citava como finalidade “formar um profissional capacitado para atuar na organização e disseminação da informação e na gestão de acervos utilizando, para tanto, técnicas modernas e novas tecnologias de informação” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 8), e com isso previa que a atuação da(o) profissional bibliotecária(o) deveria ser compreendida a partir de uma

[...] atuação compreendida a partir de uma reflexão crítica do valor social, econômico, político e cultural do ambiente de geração e disseminação do conhecimento, objetivando a democratização do acesso aos recursos de informação como meio de assegurar o exercício da cidadania (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 8).

Ou seja, o curso deveria formar profissionais capacitados nas questões técnicas, mas também capazes de produzir conhecimento e contribuir com o desenvolvimento social. Segundo o PPC havia aproximadamente 25 profissionais habilitadas/os atuando no estado de Alagoas, no ano 2000, sendo a maioria vinda de outros estados. Grande parte das instituições

de ensino superior do estado não contava com o serviço da profissional bibliotecária mesmo tendo biblioteca, ou possuía em seu quadro um quantitativo de profissionais insuficientes para atender cada universidade, o que comprometia os serviços ou a inexistência deles. Essa era apenas uma possibilidade de atuação da bibliotecária e a ausência dela, seja nesses ambientes tradicionais ou em outros espaços, provavelmente revelaria padrões muito baixos nos serviços oferecidos, no tratamento e na qualidade do acesso à informação.

Quando o curso foi implantado na UFAL, em 1998, ele ofertava 30 vagas, com duração mínima de 04 anos (08 semestres) e máxima de 6 anos (12 semestres). Sua carga horária era de 2.900h/a, distribuídas em 2.760h/a na parte fixa e 140h/a em atividades complementares. No que se refere a estrutura curricular, a mesma era formada por 31(trinta e uma) disciplinas obrigatórias, 08 (oito) eletivas e mais o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A proposta do curso consistia, portanto, em possibilitar a formação de bibliotecárias/os com perfil comum e perfil específico. De acordo o PPC do curso,

O Perfil Comum define que um profissional com espírito crítico, domínio das práticas essenciais de produção e difusão do conhecimento, suprir demandas relativas ao seu campo de atuação, trabalhando em unidades de informação como espaços onde se praticam a reflexão, a pesquisa e a produção do conhecimento. Enquanto que o Perfil Específico define ser o bibliotecário um profissional qualificado para interagir com o processo de transferência da informação, da geração ao uso, e dos registros do conhecimento, participando da interpretação crítica da realidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 18)

De acordo com a leitura do currículo foi possível observar que do primeiro ao terceiro período o curso oferecia disciplinas específicas da área (Introdução à Biblioteconomia, Representação temática e Representação descritiva) e disciplinas de fundamentação geral (Língua Portuguesa, Inglês Instrumental e Introdução à Informática). Observou-se, também, que o mesmo contava com disciplinas que na nossa análise colaboram para o processo de compreensão da sociedade e do conhecimento científico, como a disciplina de História da Cultura e dos Registros do Conhecimento e a de História do Pensamento Científico. A partir do quarto período verificou-se a presença de disciplinas voltadas diretamente para o exercício da profissão(Prática Bibliotecária) e de administração (Gestão e Planejamento de Unidades de Informação), complementadas pelas disciplinas obrigatórias Estágio I e II e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Diante do exposto, é possível verificar que o currículo dava maior ênfase às disciplinas específicas da área e que não havia a devida importância para as questões sociais, que inclusive eram trazidas de forma superficial em algumas disciplinas. Assim, depreende-se que não havia



nenhuma menção quanto a questão de gênero, com apenas uma ressalva na disciplina eletiva Leitura e Biblioteca que mencionava a temática em sua ementa, mas não tendo sido ofertada.

### 3 GÊNERO E BIBLIOTECONOMIA: CONTEXTUALIZANDO AS NARRATIVAS

Neste capítulo vamos apresentar os *Procedimentos de nossa ida a campo e a apresentação de nossos sujeitos de pesquisa*, no primeiro item, seguindo-se de uma contextualização a partir das questões de gênero em relação ao curso de Biblioteconomia, pautada na visão de mundo apresentada por docentes e estudantes entrevistadas/os. Este segundo item foi intitulado *As narrativas: uma primeira aproximação*, sendo composto pelos subitens: *Gênero e modos de ser bibliotecária/o; O papel da/o bibliotecária/o escolar e as relações de gênero; Presença masculina na Biblioteconomia; Leituras de gênero e feminismo de entrevistadas/os do curso de graduação de Biblioteconomia da UFAL*.

#### 3.1 PROCEDIMENTOS DE IDA A CAMPO E APRESENTAÇÃO DE NOSSOS SUJEITOS DE PESQUISA

A entrevista envolveu docentes e discentes do Curso de Biblioteconomia da UFAL. Foram entrevistadas cinco professoras, um professor e duas discentes, sendo que apenas uma professora não é graduada na área. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, e em função da COVID-19 foram realizadas virtualmente e gravadas. As/os entrevistadas/os foram contatadas/os através de correio eletrônico, e após o aceite a entrevista foi agendada para uma data e horário de acordo com a disponibilidade da/o entrevistada/o, como também a escolha da plataforma para entrevista ficou a critério da/o entrevistada/o. Vale salientar que as entrevistas foram analisadas individualmente e que o sigilo e anonimato foram mantidos e garantidos mediante a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E) fornecido para as/os entrevistadas/os, anteriormente submetido ao Comitê de Ética da UNISUL. Por conta disso, e para preservar o anonimato e sigilo as/o entrevistadas/os, foram atribuídos nomes fictícios, que receberam novamente as transcrições das entrevistas para darem seus aceites finais.

O roteiro semiestruturado para as discentes, foi composto por quatorze perguntas que versavam sobre: identificação; motivos que levaram a escolha pelo curso; a questão de gênero; e a estrutura curricular do curso. Para as/os docentes foram apresentadas dezoito perguntas sobre: profissão, gênero e currículo (APÊNDICE D). No mês de fevereiro de 2021, em função de algumas falas, foi incluída a variável raça para todas as pessoas entrevistadas, que foram solicitadas a responder duas perguntas enviadas através de correio eletrônico, que tratavam da

auto atribuição de raça e da inserção de relações étnico-raciais no currículo. Esse retorno só foi obtido junto a três docentes e uma discente.

Para se entender o perfil profissional das/dos entrevistadas/os organizamos os seguintes quadros e breves contextualizações.

**Quadro 2 – Caracterização das Entrevistadas – Discentes**

Identificação	Sexo	Faixa etária	Trabalha	Moradia	Renda Bruta Familiar	Instituição
Ana	F	Até 25 anos	Não	Mora com os avós	1 a 3 salários	UFAL
Lúcia	F	Até 25 anos	Não	Mora com a prima	1 a 3 salários	UFAL

Fonte: Elaboração da Autora (2021)

O perfil das entrevistadas é bem parecido, sendo bem jovens, com renda familiar similar e morando com familiares. Ana é militante, tem leituras do movimento feminista e atua no movimento estudantil, sendo a Presidente do Centro Acadêmico (CA), que segundo ela já existia, mas ficou um tempo desativado, só voltando a funcionar a partir dos esforços da Presidente que o reorganizou<sup>6</sup>. A outra entrevistada é a suplente da Presidente no CA e suplente do colegiado. É bem comprometida e engajada nas mudanças do curso. Cabe esclarecer que as solicitações para entrevistas só foram aceitas por estas integrantes do CA.

**Quadro 3 – Caracterização das/os Entrevistadas/os – Docentes**

Identificação	Sexo	Form. Acadêmica	Faixa etária	Instituição
Beatriz	F	Mestrado	Acima de 45	UFAL
Carla	F	Doutorado	Acima de 45	UFAL
Fabiana	F	Mestrado	De 35 a 45 anos	UFAL
Sandra	F	Doutorado	De 35 a 45 anos	UFAL
Suely	F	Doutorado	Até 35 anos	UFAL
João	M	Doutorado	Acima de 45 anos	UFAL

Fonte: Elaboração da Autora (2021)

A idade da maioria das/os entrevistadas/os está na faixa acima de 35 anos, sendo que apenas uma está na faixa até 35 anos. Quanto à formação acadêmica, a maioria tem doutorado.

---

<sup>6</sup> Apesar de ter sido solicitado por nós acesso aos documentos sobre o histórico do CA nos foi informado que não havia.

Apesar do corpo docente da UFAL ser bem homogêneo 6 (seis) professoras e 6 (seis) professores, apenas uma professora mulher não se disponibilizou para a entrevista, ao contrário de cinco professores homens que também não aceitaram. Em função da COVID-19 e da ausência da coordenação por doença, todos os contatos foram realizados através de e-mail pelo currículo lattes, o que pode ter sido o motivo da não participação de outras/os docentes, visto que um dos entrevistados informou que o e-mail tinha ido para a caixa de *spam* e por isso teria demorado a responder.

### 3.2 AS NARRATIVAS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

A contextualização que se segue é decorrente de algumas preocupações manifestadas durante as entrevistas, preocupações estas que compõem um pano de fundo da visão de professoras/es e estudantes sobre o currículo e as questões de gênero, assunto que será abordado posteriormente, permitindo o acesso ao universo docente e suas preocupações de base. Por outro lado, tais inquietações também permitem uma problematização de nosso tema de pesquisa e de possíveis questões relevantes para uma mudança curricular. Portanto, algumas problematizações apontadas são correlatas às questões da profissão na atualidade e não estão descoladas da bibliografia estudada sobre a Biblioteconomia.

#### 3.2.1 Gênero e modos de ser bibliotecária/o

São poucas as pesquisas na área sobre gênero e, principalmente, que associem a questão de gênero à profissão. Mesmo a profissão sendo definida como feminina, pouco se é questionado e refletido sobre o assunto. Ao investigarmos como as/os participantes percebem e lidam com essas questões na Biblioteconomia, buscamos compreender as relações de gênero e modos de ser bibliotecária e suas possíveis interferências na universidade.

Analisando as narrativas chamou nossa atenção o fato de que apenas uma entrevistada revelou que já tinha intenção de cursar Biblioteconomia e que esta era uma das opções de curso, pois a sua vontade sempre foi de trabalhar com informação. Todavia, a maioria destacou a intenção de ingressar em outros cursos também tidos como femininos, a exemplo de Serviço Social, Letras e Psicologia. De modo geral, afirmaram que não tinham conhecimento sobre o que tratava o curso de Biblioteconomia e que só passaram a conhecê-lo devido à indicação de terceiros ou de pesquisas das grades dos cursos que a Universidade ofertava.

Apesar desse desconhecimento sobre a área, houve identificação com o curso e com a profissão, permanecendo no campo de atuação após a entrada na universidade. Esse quase unânime desconhecimento da profissão, mas ao mesmo tempo a procura por cursos considerados femininos, expressa que no senso comum a Biblioteconomia é considerada como feminina e mais atrativa para mulheres, mesmo que estas não o percebam quando o procuram. Profissões como enfermagem, serviço social, nutrição, dentre outras consideradas femininas, são áreas ligadas ao cuidado, resultando em atividades que muito se assemelham com aquelas realizadas dentro de casa. E, essa relação entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico não remunerado, ambos realizados pelas mulheres, faz com que tais atividades, por sua semelhança, sejam desvalorizadas e mal remuneradas (BIROLI, 2018). Isso significa dizer que para as mulheres as escolhas ocorrem dentro do campo das escolhas possíveis.

Chies (2010, p. 523) afirma que “historicamente, as mulheres, assim como os homens, foram remetidas a campos de atuação específicos, considerados adequados ao seu sexo”. As mulheres tendem a ocupar profissões que tenham relação com o cuidado, ou seja, que tenham relação com o trabalho feito fora e dentro de casa, e nesse viés elas se situam como mais aptas a determinadas profissões, todavia sem atribuir uma causalidade entre sexo e profissão. Podemos verificar pelas falas das/os entrevistadas/os que estas só tiveram percepção que a Biblioteconomia era uma profissão com maioria feminina depois da entrada no curso.

[...] À época que eu entrei, logo de cara eu não tinha essa percepção não, [...] mas ao longo dos semestres sim. Se bem que ultimamente está tendo até um aumento de homens na área, mas a maioria realmente é de mulheres (Sandra/Profa.).

[...] Não. Apesar de eu só ter conhecido bibliotecárias eu só fui perceber que era uma profissão "dita" de mulheres na faculdade. [...]fui perceber que na sala tinham poucos homens e que o curso era estigmatizado mesmo, que tinha esse estereótipo só de mulheres (Fabiana/Profa.).

[...] Até então não. Só depois que entrei mesmo que vi que esse leque era mais feminino [...] porque até então quando eu decidi fazer eu analisei a grade curricular, as disciplinas, analisei em que trabalhava e é tanto que a única visão que eu tinha era que a gente só trabalhava em bibliotecas [...]Aí hoje eu sei, mas eu não aliei essa questão do estereótipo, depois que comecei a estudar foi que vi que tinha essa história de "mulher, cabelo de coque, de óculos" - aí eu era totalmente essa aluna [...] (Sueley/Profa.).

Analisando essas falas, confirma-se a falta de conhecimento pela área escolhida, até mesmo para aqueles/as que haviam pesquisado sobre o curso antes do ingresso e a observação posterior de que havia estereótipos na profissão escolhida para cursar. Pois, alguns estudos

demonstram que a Biblioteconomia é uma profissão feminina. A exemplo de alguns autores como Ferreira (2010), Muller e Martins (2019), Sousa (2014) e Souza (2013).

A entrada de homens na profissão, ainda que em menor número, foi sempre uma constante, como observado na pesquisa de Pires (2016), o que demonstra que em sua expressão social o curso oferecido não demonstre tão claramente sua predominância feminina.

[...] No início eu não tinha essa visão, essa percepção. [...] Eu só fui ter essa percepção quando eu entrei no curso, evidente que naquele momento nós tínhamos outras pessoas do sexo masculino fazendo também o curso, mas a maioria eram de mulheres. Por exemplo, de uma sala de 50 tinham 3 homens e o restante eram todas mulheres (João/Prof.).

Como visto nos dados da página 33 a entrada masculina se apresenta em maior número, e a grande evasão se dá ao final do curso.

Sousa (2014, p. 81) destaca que “embora a necessidade econômica e o campo de emprego tenham mudado nos últimos tempos, as escolhas profissionais são profundamente marcadas pelas representações do ser mulher ou ser homem”. Vale salientar que muitas vezes aceitar essas condições precárias de salário e condições de trabalho não é por opção ou independência, mas sim por necessidade.

Contudo, não há um consenso sobre a feminilidade da profissão. A ambiguidade da profissão de Biblioteconomia ser ou não portadora de atributos femininos pode ser vista quando analisamos a fala de um entrevistado, que ao ser perguntado se há uma divisão de atributos masculinos e femininos dentro da Biblioteconomia oscila ao narrar que “não arriscaria dizer que há uma separação”, mas pontua uma série de exemplos de atributos femininos que considera naturalizados.

[...] Tem algumas que **talvez** a mulher – até mesmo pela característica dela, muitas vezes cuidadosa, por ter um olhar diferenciado para algumas questões, **talvez** sim. Para a questão **talvez** de um atendimento ao público, **talvez** na parte técnica a mulher tenha um olhar mais cuidadoso para a análise da informação. Mas eu não arriscaria em dizer que existe essa separação não. Eu acho que existe a possibilidade em algumas questões como eu falei, no atendimento ao público a mulher tenha um olhar mais cuidadoso com aquele público que ela vai atender, se é criança... **Talvez** numa biblioteca escolar a mulher se dê melhor no atendimento, na contação de história, **talvez** por ela ser um pouco mais sensível, por ela ter a questão da maternidade ela possa **talvez** ter uma aproximação na parte de atendimento ao público (João/Prof., grifo nosso).

É possível que esse professor tenha essa visão da feminilidade naturalizada e quando perguntado sobre a Biblioteconomia fez essa relação, daí a quantidade de “talvez” presente em

sua narrativa. Podemos pensar também que uma das possíveis causas dessa ambiguidade esteja relacionada à história da Biblioteconomia, visto se tratar de uma profissão que inicialmente era ocupada por homens eruditos, sendo posteriormente substituída por mulheres, graças a sua tecnificação, decorrendo assim no que chamamos de feminização. Todavia, esta mudança na profissão não foi acompanhada, e se quisermos fazer um paralelo é necessário nos atermos à construção ideológica da feminilidade na educação, enfatizada ao longo das primeiras décadas de 1900. Pois, tal não ocorreu na Biblioteconomia, conforme já discutimos no capítulo anterior, onde destacamos que enquanto campo de estudos ela é recente.

Porém, para uma das entrevistadas o fato de a profissão ser majoritariamente feminina não é visto como um problema, uma vez que não se considera de uma feminilidade frágil, ao contrário. A positividade da feminilidade guerreira é destacada por essa professora como importante para o crescimento da área.

[...] Mas eu percebo que das bibliotecárias que eu conheço poucas são tímidas, elas são muito desbravadoras e desenvolvem trabalhos fundamentais, se as bibliotecas hoje estão como estão é graças ao papel das mulheres. Eu não sei... que se fosse com os homens se teria desbravado tanto [...] se fosse o inverso, se fosse uma área que tivesse mais homens eu não sei se teria avançado não. E os homens que eu conheço que avançam na Biblioteconomia eles têm um papel social muito grande, eles lutam contra essas ideologias de gênero, de racismo. Então, à época antiga eu não sei como seria se a gente tivesse esse lado mais masculino (Suely/Profa.).

Por outro lado, sua fala destaca o perfil de homens que contribuem e entram na profissão sendo críticos ao patriarcado e ao racismo, o que pode ocorrer, mas não é uma condição comum a todos os homens bibliotecários, ainda que eles existam.

Características como emotiva, dócil, sensível e frágil, atributos tidos como próprios das mulheres podem ser menos comuns entre professoras universitárias e do campo da Biblioteconomia. A universidade pode ser um espaço menos generificado para as professoras, mas ainda assim elas precisam, não raro, assumir atributos tidos como masculinos, tais como liderança e rigidez para se fazer ouvir, quando em contatos com cursos eminentemente masculinos.

Eu acho que é porque o meu estilo é muito impositivo e eu acho que tenho um estilo que realmente eu chego e me imponho, eu sempre digo: “é Sandra chegando na área!”. [...] Sou mulher, sou competente, meu trabalho é esse, eu rio que eu tenho um assessor que diz assim: “Ave maria, professora! Quando a senhora chega nas reuniões a reunião é outra!” E eu acho isso muito legal porque eu tenho muita reunião com muitos homens porque como eu trabalho muito com sistemas de informação, essencialmente os homens estão na computação, na análise de desenvolvimento de sistemas, sistemas de informação. Então esse pessoal que trabalha com a TI essencialmente é homem e eu chego de igual para igual, às vezes o meu assessor diz assim: “Nossa! A senhora

parece que é mais homem do que os homens tudinho!” e eu digo que sou mesmo! Porque você tem que chegar e você é mulher e **talvez até por isso você tem que ser mais mal-humorada pelo fato de você ser mulher e de você enfrentar tanta coisa e estar ali de igual para igual** (Sandra/Profa.).

Assim, para as mulheres acessarem profissões de prestígio ou cargos de poder, sejam eles em áreas femininas ou masculinas, elas precisam ter competências, habilidades e características tidas como masculinas. “Significa assumir características do dominante para ser aceito por ele” (FAULKNER, 2007 *apud* MORAES; CRUZ, 2018, p. 584) e isso fica evidenciado na resposta dessa professora. Particularmente, no confronto entre áreas, essa incorporação de atributos parece ser a sobrevivência para uma possível situação de hierarquia como submissão.

Nos depoimentos a seguir, observa-se a não divisão sexual do trabalho – para professoras e professores – dentro do curso de Biblioteconomia. Isso se dá, talvez, porque o local de atuação das/os decentes entrevistadas/os, isto é, a universidade pública, foi acessada por meio de concurso público e conforme as áreas de interesse das pessoas concursadas. Essa não divisão sexual do trabalho pode, ainda, ter relação com os silêncios e a pouca discussão sobre a temática de gênero nas disciplinas. Afinal, dentro do processo de consciência, é mais difícil você perceber um problema se você não o sofre.

A divisão sexual no ambiente de trabalho não incide da mesma forma, nem no mesmo grau, para todas as mulheres e profissões, neste caso, a combinação de condição de mulheres brancas e de professoras universitárias, diferentemente do que ocorre com mulheres negras e pobres (BIROLI, 2018). Sobre a pergunta ao conjunto de entrevistadas/os se havia divisão sexual de trabalho dentro do curso na UFAL, houve quase uma unanimidade.

[...] A gente trabalha por áreas. Então, eu sou da área de organização e tratamento da informação. Na minha área tem homem e tem mulher. [...] Então, você vai ver que na área de tecnologia tem homem e tem mulher. Então, não é por ser homem ou por ser mulher. Foi o concurso que a pessoa já prestou ou depois que entrou se adequou aquela área. Temos mulher em tecnologia e temos homem em tecnologia. [...] Se existe a divisão, já existe lá desde o concurso porque a área que você presta o concurso para entrar. No nosso caso específico, tem mulher na área de tecnologia (Fabiana/Profa.).

É mais isso que a gente vem tentando ao longo dos anos fazer que cada um permaneça no seu eixo que foi aprovado no concurso público (Suely/Profa.).

[...] Não. Isso aí vai muito de acordo com o interesse do professor, da formação dele, do campo de pesquisa que ele atua. Não tem essa diferença não, nós temos professores que dão aula na parte técnica em representação descritiva e temática, como também temos professoras. Então, não tem essa distinção não (João/Prof.).



No Curso de Biblioteconomia da UFAL a presença de homens e mulheres no corpo docente é equilibrada (50% de cada), conforme já citado neste capítulo e reiterado nas narrativas. E quanto a divisão por disciplinas, a mesma ocorre de acordo com a formação de cada um e a área escolhida em concurso. Problematicando este dado, levantamos a seguinte questão: em uma área em que mais de 80% de profissionais são mulheres, não era de se esperar que o corpo docente dos cursos também fosse de maioria feminina? Apesar da UFAL ter esse equilíbrio, segundo a fala da professora Fabiana essa não é uma realidade comum aos outros cursos “[...]porque o nosso curso agora está em pé de igualdade. Está 6 e 6. Então, está equilibrado. Mas o que se vê por aí não é isso não. Você vê mais homem e você vai fazer uma busca na literatura, homem publica muito mais. Aí volta tudo que já foi dito, nossa jornada dupla”.

Costa (2006, p. 458), em seu trabalho intitulado “Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência”, corrobora com essa fala quando afirma que os homens ainda ocupam os maiores postos nas ciências, e que esse distanciamento das mulheres nas ciências pode ser sistemático, uma vez que esbarra em muitos fatores como o direcionamento para as profissões femininas e as dificuldades em conciliar a carreira com a maternidade e a família. Ela acrescenta que “as mulheres são maioria até o pós-doutorado; no corpo docente a participação da mulher é equilibrada entre os doutores e os livre-docentes e são minoria entre os professores titulares” (COSTA, 2006, p. 458). Muitas mulheres esbarram nas dificuldades da dupla jornada e por isso precisam parar ou diminuir sua produção acadêmica, enquanto os homens se dedicam de forma integral a carreira.

A questão de a tecnologia ser aberta às mulheres no curso de Biblioteconomia pode contribuir para uma menor divisão sexual do trabalho mesmo fora do ambiente universitário, como cita uma das entrevistadas ao rememorar um livro lido sobre a temática:

Mas certa vez eu lendo um livro que estava na biblioteca relacionado ao nosso curso que falava sobre as áreas que a gente pode estar exercendo na nossa profissão e um dos exemplos tinha uma profissional mulher formada em Biblioteconomia que criou a primeira plataforma digital da Natura aqui no Brasil; e no mesmo livro, [...]tinha vários relatos de pessoas que são formadas em Biblioteconomia e que trabalham com tecnologia e que trabalham em áreas que a gente não espera que trabalhem e a maioria desses cargos eram liderados por mulheres como uma de Pernambuco, porque eu não me recordo, mas é um estudo relacionado à agricultura, alguma coisa assim, e que uma mulher formada em Biblioteconomia ajudou a criar uma tecnologia (Ana/Estudante).

A escolha por profissões tradicionalmente ou ambigualmente femininas não significa que não haverá resistência, preconceito, relações de poder e muitas outras discriminações e

segregações. Mas, apesar dos esforços contrários, ainda assim as mulheres seguem avançando e se destacando com muita luta, seja em cargos de gestão nas áreas femininas ou em atuações políticas comumente destinadas aos homens, mesmo minoritários.

[...] Assim, o sindicato dos bibliotecários é dirigido por uma mulher, a presidente e a fundadora [...] que é a bibliotecária lá do Graciliano Ramos, a coordenadora do curso é uma professora, o Biblicoop também é dirigido por mulher. Então, você vê que aqui em Alagoas há predominância... E eu também faço parte do Centro Acadêmico (CA) e eu sou a presidente. Inclusive o CA estava inativo, aí eu fui lá porque as pessoas são muito passivas. Mas foi um desafio muito grande. Mas, mais uma vez uma mulher e isso não é fácil porque eu também nunca pensei que eu ia chegar na faculdade e ia entrar no CA, mas foi por necessidade porque você vê os homens ou trabalham, ou não tem tempo ou não tem interesse. [...]a Secretária da Educação a SEMED é uma mulher também a Janaina, então tudo é mulher aqui em Alagoas quando eu vejo as entidades de representação e realmente é um assunto muito bom está falando sobre isso (Ana/Estudante).

A atuação política na categoria tem destaque no estado de Alagoas e é observada por uma aluna, que por sua vez é também dirigente estudantil. A politização e a presença das mulheres na política podem contribuir para essa quebra de fronteiras e da superação da ambiguidade de sexo da Biblioteconomia, diminuindo a feminilização ainda atribuída parcialmente à profissão.

De acordo com as respostas apresentadas nas entrevistas foi possível constatar um desconhecimento prévio em relação à escolha da profissão, isto é, sobre a área de atuação, algo que foi notado na maioria dos relatos das/os entrevistadas/os, inclusive no que se refere à informação apontada pelos estudos de que a profissão é feminina. Porém, percebeu-se na fala de algumas entrevistadas que o fato da profissão ser feminina não é considerado um problema. Entretanto, uma delas relatou que se considerava forte e assume características masculinas. Na fala de todas/os entrevistadas/os também foi possível verificar a universidade como um ambiente que não há divisão sexual do trabalho, o que não significa que os preconceitos, estereótipos e dificuldades não existam e precisem ser enfrentados diariamente. Sobre este assunto, pesquisas como a de Costa (2006) corroboram com a questão ao concluir que o preconceito existe, mesmo que não seja explícito.

Como constatado nos exemplos citados pela professora Fabiana, estes oferecem uma ideia de situações discriminatórias na universidade e o curso de Biblioteconomia não está isento dele.

O primeiro exemplo trata da questão da maternidade e das relações com os órgãos avaliadores, mas que são também personificados em colegas que cobram e incorporam em cobranças a culpabilizando a vítima.

Tem a questão da maternidade que está ligada ao gênero feminino. [...] E nesse período há uma discriminação sim contra a gente. E isso é uma violência, ser avaliado, sendo que a gente não está em condições de produção naquele momento. Como isso é institucional, está dentro de uma estrutura, acaba esbarrando também no convívio. Porque uma pessoa não produtiva é uma pessoa que não colabora com o grupo, aí você acaba tendo problemas de relacionamento dentro do seu espaço de trabalho, que é um problema de discriminação de gênero. E a ideia da produtividade, produtividade, você tem que produzir... você está afastada, está amamentando, mas ainda é cobrado que você compareça a alguma reunião ou que você dê conta de algum relatório ou que você apenas avalie um trabalho (Fabiana/Profa.).

O segundo exemplo trata das relações corriqueiras como professora, aluno e coordenador:

O aluno foi reclamar com o coordenador do curso. A gente está falando de uma mulher e dois homens. O aluno foi falar com o coordenador do curso, a época o colega respondeu que eu poderia estar em um mal dia. Eu fui duplamente desrespeitada: pelo aluno, até na condição de funcionária pública exercendo meu cargo e pelo colega por discriminação de gênero. Não foi mal dia nenhum. Eu ser firme, ter uma palavra firme, uma postura firme não quer dizer que eu estou de TPM, não quer dizer que eu estou em um mal dia ou que eu briguei com marido, que eu tive problemas em casa. Não. Isso é discriminação de gênero (Fabiana/Profa.).

A primeira situação que se expressa na questão mais ampla do patriarcado e da questão estrutural é o fato da maternidade ser vista como um caso da ordem do individual e privado. A segunda situação trata do poder masculino e da discriminação a partir da naturalização de uma necessidade feminina, a menstruação, que, do ponto de vista masculino, vira um problema social e psíquico para a mulher. A segunda situação, além de expressa no relato de Fabiana foi apontada na fala de Suely, que também compartilhou sobre uma situação de violência que ela considerou como assédio moral:

Eu já presenciei. Eu acho que na verdade é um assédio moral por ser mulher [...] ela teve outros casos também com aluno, com funcionário, mas assim o que me chamou mais atenção foi esse, porque eu fui a essa reunião com ela [...] mas pela fala dele eu já percebi claramente que ele estava falando daquela forma porque ela era mulher e porque ela tem um movimento de não silenciar (Suely/Profa.).

Por essas falas é possível perceber muitas situações de preconceitos que a maioria das mulheres sofrem diariamente nos mais diversos ambientes de trabalho no qual estão inseridas. É comum encontrar alguém falando que uma mulher está de mal humor e que isso deve ser

porque ela está na TPM ou passando por problemas em casa. Também é frequente mulheres passarem por situações constrangedoras quando estão grávidas, ou ouvirem colegas de trabalho falando que setores que só tem mulher é um problema, porque todas podem ficar grávidas no mesmo período. Então, essas falas acontecem e independem da postura que seja adotada no dia a dia pela mulher, seja forte ou frágil. Dialogando com este assunto, Costa (2006, p. 455) cita afirmação do Reitor da Universidade de Havard, Lawrence Summer declarando “sobre a incapacidade das mulheres serem boas pesquisadoras e que as diferenças biológicas explicariam o reduzido sucesso de mulheres nas ciências”. A partir disso, conclui-se que declarações como estas reforçam a existência de preconceitos e discriminação dentro da universidade.

### **3.2.2 O papel da/o bibliotecária/o escolar e as relações de gênero**

A biblioteca escolar apareceu nas narrativas como exemplo de uma área de trabalho da Biblioteconomia que é desvalorizada e possui baixa remuneração. Isso porque em muitos locais a biblioteca escolar é vista como depósito de livros e a/o bibliotecária/o com a função apenas de guardá-los. É importante frisar que, por não reconhecer as competências da/o bibliotecária/o, muitas escolas atribuem a outro profissional, sem a devida qualificação, a responsabilidade pela biblioteca. Isso partindo do pressuposto que se possua uma biblioteca, visto que muitas escolas sequer as têm. E aí nos deparamos diante de uma contradição que apesar de ser uma área tradicional da Biblioteconomia é também um espaço pouco ocupado, conforme citado na pesquisa de Russo (2010).

Diante desse contexto de descaso e abandono o que se pode inferir é que as/os profissionais lotadas/os em uma biblioteca, sejam elas/es bibliotecárias/os ou técnicas/os, serão muitas vezes desvalorizadas/os e terão baixa remuneração. Dessa forma, conselhos e representações de classe devem reivindicar o cumprimento da Lei n. 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. E quanto às questões salariais, é atribuição do sindicato juntamente com a categoria profissional propor um piso salarial ainda não conseguido e quando houver, fiscalizar o cumprimento dele. Conforme citado por Sousa (2014) a Biblioteconomia está fortemente marcada por hierarquia na divisão sexual do trabalho, em que a mulheres direcionadas para os setores tradicionais da Biblioteconomia são menos valorizadas e possuem baixos salários, sendo que a biblioteca escolar está inserida nesse contexto.

Mas há outras questões que envolvem a bibliotecária escolar (a maioria são mulheres), pois estas acabam assumindo a função de auxiliar as/os professoras/es na tarefa de educar e

contribuir no processo de ensino-aprendizagem, se esperando delas/es que sejam criativa(s), comunicativa(s) e acolhedora(s). Não se pode pensar em biblioteca e bibliotecária escolar sem mencionar a professora da educação básica que atuará com ela, isso porque o processo de feminização das duas profissões e sua conseqüente desvalorização são similares (mas não idênticos), sendo que essas profissionais têm papel fundamental na formação (crítica) de estudantes.

Porém, as bibliotecas são espaços esquecidos por gestoras/es e pela própria comunidades escolar, servindo na maioria dos casos como um depósito de livros, conforme já destacamos, transformadas em um ambiente nada agradável para frequentar, seja pela sua organização – que envolve organização, controle, disciplina e silêncio – ou pelos profissionais sem capacitação adequada, já que não raro destinam-se a esses espaços professoras readaptadas e sem formação adequada para a função. Esperava-se que essa realidade mudaria com a Lei n. 12.244/2010, fruto de muitas lutas e reivindicações por parte dos Conselhos de Biblioteconomia. Estes defendiam que todas as instituições de ensino do país, fossem públicas ou privadas, deveriam contar com uma biblioteca e com bibliotecária/o habilitada/o. Porém, o que se viu é que o prazo de dez anos para o cumprimento da lei expirou e muito ou quase nada foi concretizado. Assim, as instituições de ensino, em sua ampla maioria, continuam sem bibliotecas e, conseqüentemente, sem bibliotecária/o.

Vale lembrar que a biblioteca escolar é, em muitos casos, o único espaço onde os estudantes têm acesso a leitura e aos livros. Esse é mais um direito que está sendo tirado da população e que poderia contribuir para fomentar a leitura, a cultura e o desenvolvimento social. Tal descaso é denunciado por entrevistadas/o.

[...] a gente percebe que muitos alunos que chegam na Universidade eles nunca frequentaram uma biblioteca, nem biblioteca escolar, nem biblioteca pública. [...] Então, a gente tem uma lacuna muito grande para ser resolvida, que envolve essas questões sociais, educacionais e de cultura, muitas vezes (João/Prof.).

[...] a gente vive num país que é muito desleixado com a Educação. A gente vive num país que infelizmente a educação é vista como algo supérfluo porque faz parte da política, faz parte dessa rede de poder ter pessoas analfabetas, analfabetas funcionais, pessoas que não pensam, pessoas que não são críticas. [...] como você não tem valorização da educação, você não vai valorizar as profissões que fomentam a educação, como é o caso do profissional bibliotecário. [...] Bibliotecários formados aí se submetendo a um salário, concurso que abre e oferece um salário-mínimo equiparando a pessoas do ensino fundamental e do ensino médio (Sandra/Prof.).

[...] Então, no contexto social a bibliotecária ainda é vista como aquela senhora que está ali... [...] é a visão daquela pessoa que não serve para muita coisa e está lá encostado para ser bibliotecário, sobretudo no âmbito escolar isso é muito forte (Sandra/Prof.).

Pelas falas das/os entrevistados ficou claro que elas/es não associam essa desvalorização às questões de gênero, mas à falta de investimentos na Educação. Mas a educação é feminizada e parte de sua desvalorização vem daí. Vale ressaltar que são poucos os professores homens que são destinados às bibliotecas, a maioria das profissionais são mulheres, visto que, muitas direções escolares não demonstram preocupação com o papel de uma biblioteca escolar e nem tampouco da necessidade de um/a profissional bibliotecário/a. Como resultado, temos que esses espaços se tornam-se pouco atrativos para estudantes e professores.

### **3.2.3 Presença masculina na Biblioteconomia**

Autores como Pires (2016) e Sousa (2014) apresentaram dados em seus estudos que podem estar relacionados com o aumento gradual de homens na Biblioteconomia. Nesses estudos foram reveladas algumas questões: o funcionamento do curso no período noturno, a aproximação da Biblioteconomia com outras áreas como administração e informática e o aumento de concursos públicos. Analisando as respostas das/os entrevistadas/os, é possível observar que essas questões aparecem de forma recorrente, demonstrando uma relativa aproximação com as pesquisas da área. Sendo assim, analisaremos a seguir o quanto esse aumento de homens na área está impactando em termos de mudanças no curso e na profissão.

Sobre o aumento no número de vagas no curso noturno e os concursos públicos como chamarizes, destacamos a fala de duas professoras.

[...]Você vê Biblioteconomia, arquivologia por volta de um intervalo de tempo se você pegar de 2002 quando o Lula assumiu até 2010 abriu muito concurso. No governo Dilma continuou abrindo alguns e depois parou total, mas nesse intervalo de tempo abriu muito concurso e quando se abre os concursos abre vaga para um monte de coisa e aí o que é que aconteceu? Isso a minha visão, um monte de gente começou a ver Biblioteconomia (Sandra/Profa.).

[...] Eu acho que pode ser por diversos fatores. Mas um é o acesso à universidade pública. O acesso à universidade pública de uma forma geral fez com que cursos, principalmente os cursos noturnos fossem mais procurados. Então, como a universidade de uma forma geral abriu mais vagas a partir do Reuni a gente tem um aumento, quase a duplicação do número de vagas, então você tem um número de vagas aumentado, uma forma mais justa de entrar na universidade que passa ser o Enem (Fabiana/Profa.).

Como muitos jovens do ensino médio trabalham durante o dia, a ampliação do número de vagas em cursos noturnos nas IES públicas ampliou o acesso de modo generalizado e trouxe

homens também para a Biblioteconomia, que, aliado à informação de novas tecnologias e também mais concursos na área, tornou a profissão atrativa para homens.

[...] O curso de Biblioteconomia não está restrito somente às bibliotecas. É um curso que te dá uma visão para você trabalhar em espaços multirreferenciais de informação e isso possibilita com que o indivíduo consiga ver uma inserção maior para ter outras atividades não aquelas como tradicionalmente a gente percebia como era entendida a Biblioteconomia. Então, eu acho que isso facilita que encante todas as pessoas de todos os gêneros a fazer Biblioteconomia, aqueles que se identificam com essa questão da informação, com a questão da tecnologia, com a questão da acessibilidade porque a Biblioteconomia é tão vasta. Quando se fala da informação a gente tem que ver todas essas nuances que ela trabalha. Então, eu acho que isso vai dando novas possibilidades e as pessoas, independentemente de gênero, vão vendo possibilidades e oportunidades nesse mercado (João/Prof.).

E a Biblioteconomia também expandiu muito a sua atuação e começou a incorporar nos seus conteúdos curriculares disciplinas que fortalecem o entendimento de que os bibliotecários podem trabalhar para além das bibliotecas com bases de dados, sistemas de informação, gerenciamento eletrônico de documentos. [...] Então, essa possibilidade de se trabalhar em outras perspectivas que não só a perspectiva tradicional também chama muito a atenção do público masculino no meu entendimento. Os concursos e essa abertura, posso estar completamente enganada, mas eu acho que isso teve uma influência muito forte nos últimos tempos (Sandra/Profa.).

De certo modo, o salto qualitativo da Biblioteconomia dentro das Ciências da Informação, que ampliou a questão curricular tecnológica (não mais apenas técnica), permitiu romper parcialmente a barreira da feminização da profissão, ampliando para mulheres e também os homens interessados nesse campo.

Por outro lado, a entrada de pessoas mais velhas como os estudantes do sexo masculino tem sido forte no curso de Biblioteconomia da UFAL, que, aliado às possibilidades de trabalho de gerir informações de modo autônomo e às mudanças curriculares, funciona como divulgação junto ao público masculino.

[...] os homens geralmente não são tão novos e eles têm mais certeza do que querem, da profissão que querem. Eles vêm fazer Biblioteconomia por querer fazer Biblioteconomia. Aqui na UFAL muita gente entra porque é a nota que dá, a nota só dá para Biblioteconomia e algum outro. Aí os homens são diferentes, eles querem a Biblioteconomia, eles têm algo mais voltado assim e isso nesse sentido, é legal (Suely/Profa.).

[...] a maioria dos homens já são mais de idade e que também já tem um curso ou já trabalham em alguma relação na área como comunicação, educação. Aí vem para complementar na Biblioteconomia (Lúcia/Estudante).

[...] Então, eu acho que é em função de um trabalho bem feito desses profissionais que trabalham na área, deles se mostrarem mais e mostrar inclusive que não é uma profissão que não tem recursos. Não é uma profissão que você vai ganhar mal, que você sabe que na nossa profissão você é bacharel e o bacharel ele tem a possibilidade de ser autônomo. Então, ele pode trabalhar por conta própria e os homens gostam

muito disso. E talvez nos tempos passados essa informação não tenha chegado com tanta propriedade como chegou agora e ao saber disso os homens ficaram interessados e também com o uso dos meios tecnológicos, com as novas ferramentas os homens gostam muito disso[...] Então, os homens gostam muito disso, então eu acho que é nesse sentido de perceber inclusive, que a Biblioteconomia oportuniza diversas atividades que não só dentro do ambiente fechado de uma unidade de informação.[...] Porque quando eles vão trabalhar, colocar a mão na massa é isso que é exigido dele, mas ainda assim a gente colocou alguns conteúdos de algumas disciplinas e a gente viu também uma demanda que foi citada era trabalhar com marketing e empreendedorismo (Carla/Profa.).

Partindo do contexto que as bibliotecárias ainda se concentram no mercado tradicional, com ênfase nas bibliotecas universitárias, conforme citado por Sousa (2014), ressaltamos que as possibilidades de atuação na Biblioteconomia se ampliaram com a área da tecnologia, contribuindo para o aumento no ingresso masculino na Biblioteconomia.

Segundo duas entrevistadas, há um viés de gênero entre as estudantes, no que se considera atributos de homens e de mulheres, mostrando que a feminilidade da profissão ainda influencia as meninas estudantes no seu trajeto dentro do curso. Fica evidenciado a forte influência de gênero quando se distingue que para os homens a aptidão é de desenvolver atividades de cunho gerencial, tecnológicas e que exijam mais do intelecto e do pensar; ao passo que as mulheres são relegadas às funções técnicas e de atendimento, assemelhando-se com as atividades domésticas. Pois, como bem colocado por Souza (2013, p.101) “a capacidade de manusear a máquina, no caso, o computador, não está vinculada ao gênero, mas ao dinamismo de disponibilizar a informação, o que, é claro, independe do fato de ser homem ou de ser mulher”.

[...] Por isso que eu falo que é o seguinte: a evolução da área tem muito a ver com o desempenho do profissional. Então, eu penso que até então se as mulheres, porque eu já vi várias colegas que não gostam de mexer com computador falarem: “ah... não sei fazer isso!” “Ah... Já passei da idade de aprender!”. Eu tenho professor da nossa área que não conseguiu montar uma turma de Moodle ainda, aí como é que faz? Então quer dizer, os meninos eles são mais ágeis nesses aspectos e gostam dessa autonomia. [...] o que eu quis dizer com relação ao trabalho masculino e da nossa área, é uma questão não de divisão de tarefas, eu quis dizer que o homem está propício a desenvolver algumas tarefas na nossa área com mais habilidade, principalmente voltadas para as novas tecnologias. É o que eu venho percebendo, não estou dizendo que as mulheres não façam. Até no curso, por exemplo, eu vejo que os meninos eles gostam inclusive de fazer sempre mais voltado para essa área, enquanto as meninas geralmente não. Mas eu penso que assim, a gente oferece para todos. Quando aparece eletivas, por exemplo, ah! Webmetria, essa coisa toda, os meninos vão praticamente todos para ela. As meninas preferem ir para a restauração, entendeu? É isso que estou querendo dizer (Carla/Profa.).

[...] Muitas vezes tem predominância masculina nessa questão de informática, programação, mas eu acho que se as meninas se esforçarem para aprender isso... é



porque são aquelas áreas que tem o estereótipo de homens igual a matemática que só faz o curso homens (Ana/Estudante).

Mas a naturalização das diferenças de atributos entre homens e mulheres não ocorre apenas com estudantes. A mesma professora tão preocupada com o desinteresse das meninas de certo modo justifica tal desinteresse reforçando padrões de gênero diferentes para cada sexo.

[...] Eu acho. É a questão do homem ser mais ágil até no pensar, não que a mulher não pense não é isso, mas eu digo assim o homem ele tem... É uma questão biológica, não uma questão de menosprezar não é isso, é uma questão biológica. É uma questão de sentar-se e fazer aquilo ali direcionado. Então, eu penso que os homens têm esse potencial na nossa área e as mulheres têm o potencial de fazer um bom serviço de referência por exemplo, interagir, que não necessariamente o de referência tem que ser o presencial. [...] Então, eu acho sim que na nossa área assim como em outras áreas os homens têm mais habilidades para algumas atividades e as mulheres para outras, isso não quer dizer que possa haver uma inversão de papéis (Carla/Profa.).

Por isso, refletir sobre relações de gênero e currículo em um curso de graduação é mais do que inserir determinadas disciplinas na grade curricular, é debater dentro do curso, com todos os sujeitos que dele fazem parte, a teia de significados que orienta as práticas generificadas no cotidiano acadêmico. Portanto, mesmo que a grade curricular esteja oferecendo sem preconceito de gênero disciplinas a ambos os sexos, é necessário problematizar os estereótipos de gênero resultantes da influência da sociedade patriarcal, expresso por seus sujeitos em modos contraditórios. Sousa (2014) apresenta em sua pesquisa que o aumento de homens deixou a profissão mais competitiva e isso exige das suas profissionais constante aperfeiçoamento.

Pelos dados da presente pesquisa, observa-se que há contradições entre docentes e as estudantes entrevistadas sobre atributos de gênero relativos à profissão e que tal problematização é necessária. Os dados revelam, ainda, que não há divisão sexual em relação às disciplinas tecnológicas ou tradicionais da Biblioteconomia, ou seja, são oferecidas disciplinas para ambos os sexos que ajudariam as meninas a superarem determinadas barreiras. Além disso, há professoras e professores que exemplificam modelos de quebra de barreira tanto com relação à feminização quanto às feminilidades ou masculinidades de cada trabalho. Cabem aqui também questões a se pensar sobre como professoras/es críticas/os à desigualdade de gênero poderiam abordar tais questões junto às alunas e construir ações afirmativas que as estimulassem a romper com os estereótipos.

### 3.2.4 Leituras de gênero e feminismo das/os entrevistadas/os

O conceito de gênero não é apenas um conhecimento intelectual a respeito de relações entre homens e mulheres, ou sobre feminilidades e masculinidades na organização da sociedade, ou na consciência social de uma determinada época e lugar. Ele também compõe a visão de mundo de cada pessoa, seus afetos familiares, suas relações amorosas, sua sexualidade, tudo isso e mais, em um complexo de relações de poder que decorrem da presença do patriarcado em todos os níveis de nossa cultura. Por assim considerarmos, e por saber que tais questões já aparecem na educação também em forma de currículo oculto, ou seja, intencionalmente ou não, sempre educamos e somos educados dentro de uma determinada concepção de gênero, inserimos em nossas indagações junto às pessoas entrevistadas, elementos de suas leituras e seus conhecimentos prévios sobre o tema, que podem ou não aparecer nas mudanças curriculares produzidas nos PPCs. Como dentro do curso não havia quem se considerasse especialista no assunto, o conhecimento que localizamos entre docentes e estudantes foi resultado de suas buscas próprias e não por necessidades curriculares específicas. A questão da relevância ou não da temática aparece acoplada a estes conhecimentos, atrelada a essa busca de montar o quebra-cabeça das mudanças curriculares em andamento e a relação com os sujeitos que dela participam.

Encontramos experiências diferentes, com graus de conhecimento em um gradiente que se inicia de um lado com muito pouco a buscas de aprofundamento teórico e até a eventuais publicações no campo, que nos revelou a diversidade teórica em um grupo entrevistado de cinco professoras, um professor e duas estudantes. Se pensarmos que no grupo docente foram essas as pessoas que se disponibilizaram a serem entrevistadas sobre o tema, pode-se dizer que a pouca resistência até o relativo conhecimento encontrado em outras, pode nos revelar que o grupo pode ter participação numa possível inserção de gênero no curso.

Vamos conhecê-las. A professora Suely tem um contato por meio de conversas no curso e está em processo de reformulação em suas concepções. Ela pontua, em sua fala, que racismo tem ganhado mais espaço no país comparando-o à questão LGBTQIA+. E, demonstrando domínio sobre a sigla (os componentes do movimento), a professora afirma que dentro de gênero esse é seu conhecimento, mas que na sua visão ainda é muito pouco.

Eu não li. E cada vez a gente está mais forte no país falando principalmente do racismo, esse ano eu acho que o racismo preponderou muito mais que as outras questões LGBTQIA+.[...] Então a minha experiência quanto a gênero, quanto à raça é

na verdade por diálogo com amigos, com colegas de profissão, é o que me fez abrir e ver coisas que eu achava que eram naturais e não são tão naturais, na verdade são atos de preconceito. Aqui no Curso eu destaco profundamente as minhas conversas com a Professora [omitida], naturalmente a gente conversando e eu vou vendo que "poxa, eu não estou correta nisso"[...] Então eu sinto falta de leitura. [...] porque enquanto a gente não vive na pele é tudo muito distante, é como se não existisse. Então eu acho que é uma forma de aproximação da temática, já que eu não vivo na pele essa questão do gênero (Suely/Profa.).

No entanto, ao final de sua fala a professora demonstra empatia com esse segmento social que começa a construir, que podemos detectar na fala ao contrário “já que eu não vivo na pele...”. Essa frase também revela que ela ainda não tem uma compreensão de que gênero fala também de homens e mulheres, de masculinidades e feminilidades, assim como sexualidade de segmentos LGBTQIA+. A professora Beatriz, por sua vez, afirma ter lido alguns artigos que seriam provavelmente sobre sexualidade e os movimentos LGBTQIA+, pois associa diretamente a palavra gênero como expressão de sexualidade.

[...] Livro não. Li alguns artigos. Não tenho nenhum preconceito qualquer de gênero. Eu acho que o caráter da pessoa não está na sexualidade. E eduquei meus filhos da mesma forma, não aceito que ninguém trate mal ou coisa do tipo porque a pessoa é homossexual, trans... Até os alunos (Beatriz/Profa.).

Parte dessa construção também tem sido estimulada pela mídia conservadora, que tem feito essa construção de gênero como sinônimo de LGBTQIA+.

O único professor homem, João, demonstra saber que essa discussão tem ocorrido e que ela se refere também a homens e mulheres para além da sexualidade, mas sem citar algo em específico.

[...] Nos últimos dois, três anos tem se discutido muito essa questão na Biblioteconomia, a presença da mulher na Biblioteconomia, a questão de gênero... Vem se discutindo muito, trabalhando também essa questão Lgbtqi+ na Biblioteconomia e também muitos estudos, trabalhos, pesquisas de mestrado. De doutorado eu não tenho certeza, mas de mestrado sim. Então, está se discutindo muito isso, é um assunto que vem se trabalhando muito por várias pessoas e em todos os Estados a gente vê que sempre tem pesquisas, artigos e tudo mais [...] (João/Prof.).

A estudante Ana demonstra um aprofundamento de suas leituras e até reflete que não vê isso no curso. Foi a única pessoa entrevistada que mencionou a palavra feminismo, inclusive citando uma expoente do feminismo negro norte americano, que é a filósofa Ângela Davis.

[...] Eu estou lendo o *Segundo sexo* [de Simone de Beauvoir], eu já li também *As mulheres que correm com lobos*. E encomendei um da Ângela Davis porque eu estou

tentando estudar sobre isso e me aprofundar e entender mais a teoria e as vertentes do feminismo. [...] Eu concordo sim que seja discutido, embora eu nunca vi isso sendo discutido no curso como uma pauta mesmo, a discussão é mais como uma coisa que chega, que fazia link para isso, mas um tema mesmo da aula ter o racismo - eu nunca vi isso. Inclusive nem mesmo no meu ensino médio. Então nós não temos história da África, do povo afro-brasileiro, da cultura (Ana/Estudante).

Em situação que julgamos próxima, observamos que a professora Sandra, mesmo afirmando não ser pesquisadora da área, demonstra conhecimento do campo da Biblioteconomia com as relações de gênero, tendo publicado um capítulo de livro sobre o tema. Podemos analisar que a estudante Ana e a professora Sandra se destacam do grupo pela sua fundamentação teórica, o que demonstra um nível de comprometimento maior com a temática

[...] publiquei junto com outra professora um capítulo de livro que é um livro todo voltado para o empoderamento das mulheres na Biblioteconomia, é um e-book e eu te mando. Então assim, eu já li algumas coisas, não sou pesquisadora na área, mas elaborei um capítulo tratando um pouco da experiência de algumas mulheres a frente de projetos na área de Biblioteconomia (Sandra/Profa.).

Ao perguntarmos em outro momento da entrevista sobre a relevância de inserção desta temática no currículo do curso de Biblioteconomia da UFAL, João e Lúcia, que apesar de não ter leituras sobre o tema, fizeram ponderações favoráveis quando indagados sobre a relevância do mesmo. E em sua fala Sandra agregou gênero à questão racial, temática que já havia sido falada pela estudante Ana.

[...] Acho relevante porque como nós falamos no início da nossa conversa, cada vez mais vem se discutindo a participação da mulher na Biblioteconomia, do homem, a questão de lgbtqi+ na Biblioteconomia, então eu acho que a gente não pode dizer que isso não existe, está aí e a gente precisa trabalhar isso com a maior clareza e de forma mais natural possível (João/Prof.).

[...] Eu acho muito importante. Ou nas disciplinas ou fazer um projeto de extensão que levaria esse tema (Lúcia/Estudante).

[...] Penso que cada vez mais precisamos debater a temática [de gênero], e esclarecer os malefícios do racismo, entender como ele foi estruturado ao longo dos séculos e, sobretudo, combatê-lo no contexto acadêmico e social (Sandra/Profa.).

A estudante Ana expressou-se de maneira enfática e positiva à questão da relevância, em uma narrativa que deixou bem claro que os seus conhecimentos sobre a temática não são apenas teóricos, mas envolvem uma preocupação com a politização necessária de estudantes por meio do currículo.

[...] eu acho muito importante você querer trazer isso para a Biblioteconomia porque além de nós termos a predominância de mulheres é muito importante que a gente discuta isso muito porque quando se fala de gênero você vai falar da educação, do empoderamento da mulher[...] então assim, eu acho muito legal trazer isso para a temática não só de um projeto, mas no currículo do curso e que os homens entrem e desconstruam esses pensamentos machistas.[...] Deve sim existir uma disciplina que fale sobre gênero e que também não toque só na mulher, que foque também em outros temas lgbt...Eu acho que deixar para os professores discutirem quando quiserem a gente não vai sair do canto. Ter uma disciplina, até aqueles que não dão muito valor... porque a gente sabe que tem professor que só segue sua vida naquela rotina sem ter essa preocupação social nem nada, até eles vão ter que, de alguma forma, nem que seja por obrigação, abrir seus horizontes e a estudar para poder dar aula aos alunos. Acho muito importante porque a gente trabalha uma forma que através da educação e dessas discussões a gente encontra solução de combater o preconceito, a violência, essas opressões. Eu acho que é uma medida necessária. Super fundamental (Ana/Estudante).

A fala de Ana, de certo modo, expressa a força crescente que o movimento estudantil feminista tem demonstrado, tanto nas redes sociais quanto nas universidades. A pesquisa de Credi-Dio e Martinez (2018, p. 70) corrobora com essa questão quando afirma “hoje vivenciamos uma efervescência de movimentos e espaços de discussões feministas organizados por jovens, que assim como outros movimentos sociais[...]que têm emergido recentemente, são movimentos que geralmente se articulam na internet”. No geral, são movimentos que iniciam suas articulações e debates através das redes para depois ocuparem as ruas, mas influenciam as universidades provocando a criação de grupos dentro dela.

No livro *Formação e atuação política na Biblioteconomia* (2018), Almeida Júnior publicou um capítulo bastante provocador e que traz algumas inquietações a partir do seu título: O Bibliotecário é um profissional apolítico? No texto o autor traz, dentre muitas outras questões, a preocupação com a tecnologia de muitos cursos de Biblioteconomia, que é uma preocupação válida e necessária e claro, não pode deixar de constar nos currículos dos cursos, mas questiona que as ferramentas de trabalho (Classificação Decimal Universal/CDU, Classificação Decimal de Dewey/CDD, entre outras) do bibliotecário não são neutras, ao contrário, “As ferramentas com as quais trabalhamos são carregadas de ideologias pertencentes a essa elite dominante” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 279). Ao final do capítulo, o autor questiona quanto à atuação das/os bibliotecárias/os em ambientes aonde a tecnologia não chegou, que é uma realidade que não pode ser desconsiderada e está presente em muitos locais do Brasil, pois muitas vezes o acesso às tecnologias acontecem de forma bastante precária ou a biblioteca fica privada de recursos tecnológicos por falta de investimentos. E fica a preocupação sobre como atuarão em ambientes que não possuem tecnologia. O autor pontua que a/o bibliotecária/o pode ter um papel transformador nesses locais através de muitas ações que podem ser desenvolvidas, mas

para isso precisa ter formação. E, acrescentaríamos nós, conhecimento sobre a realidade, o que inclui as questões de gênero e suas implicações na busca do conhecimento, sobretudo nos estudos para as mulheres em municípios do interior do Brasil.

Sendo assim, as/os bibliotecárias/os precisam sim se preocupar com essas lacunas e se apropriar de temas e assuntos que tratem de questões mais complexas, principalmente com as de gênero, tendo em vista que o seu público é majoritariamente feminino. Para tanto, é imprescindível que professores/as tragam essas discussões para a sala de aula por meio das disciplinas que lecionam, sejam elas obrigatórias ou eletivas, técnicas ou não.

## 4 O CURRÍCULO EM TRANSFORMAÇÃO E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Para alguns autores que estamos utilizando como nossos referenciais na discussão de currículo, pode-se dizer que coexistem de três formas currículo. São elas: o “formal ou oficial”, que é aquele que deve ser transmitido e que aparece de forma clara e explícita nos programas e na documentação oficial da instituição; o “real”, que é aquilo que se faz na prática, ou seja, o que é trabalhado em sala de aula; e por último, o “oculto”, que é constituído por comportamentos e valores decorrentes das experiências de professoras/es, funcionárias/os e estudantes que influenciam de maneira implícita o processo de ensino e aprendizagem. Toda a comunidade escolar decorre de uma grande diversidade cultural e econômica, resultando em várias experiências que afetam e educam no cotidiano escolar sem que professores e funcionários se deem conta disso (PERRENOUD, 1996; GOMES, 2011).

Partindo desta premissa, consideramos que tanto a análise do PPC do curso quanto as entrevistas nos ajudaram a compor as diferentes expressões desse currículo no curso de graduação em Biblioteconomia da UFAL e que aqui apresentaremos, seguindo a linha de um currículo vivo, em transformação, que até mesmo no momento das entrevistas, professoras/es e estudantes entrevistadas ainda refletiam sobre esses fazeres curriculares presentes e futuros.

Para que se possa estabelecer uma análise comparativa das entrevistas com as matrizes curriculares de 2017 e a matriz de 2019 que passou a vigorar, apresentamos na seção 2.4 da dissertação a análise do que havia de gênero em 2007. Diante disso, o presente capítulo se propõe a discutir a matriz curricular de 2017 e o que continuou dela em 2019, pensando o currículo como um instrumento de disputas, de continuidades e rupturas. Afinal, o currículo de 2019 trouxe alguma novidade e o que elas significam para a discussão de gênero? Ao discutirmos esta questão apresentamos, ainda, pequenos quadros que nos ajudam a pensar a temática. Contudo, a totalidade das grades curriculares de 2017 e 2019 foram inseridas como Apêndices, nos Quadros 14 e 15.

### 4.1 CURRÍCULO DE 2017: ALGUNS APONTAMENTOS

No que concerne à organização dos eixos temáticos do currículo de 2017, estes estão organizados em seis eixos e compõem as grandes áreas de estudos do curso, são elas: Fundamentos Gerais, Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação,

Organização e tratamento da informação, Recursos e serviços de informação, Gestão de unidades e serviços de informação e Tecnologias da informação.

Analisando e comparando os currículos implementados nos anos de 2007 e 2017, pode-se observar que na área de Fundamentos Gerais as disciplinas obrigatórias são as mesmas e a carga horária também não difere. Quanto às eletivas, no currículo de 2017 houve o acréscimo da disciplina Libras – Língua Brasileira de Sinais. Na área Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, no ano de 2007 são 5 disciplinas obrigatórias, já no currículo de 2017 são 4, devido a disciplina Biblioteca e Sociedade Brasileira que passou a ser eletiva nesse currículo, assumindo a nomenclatura Biblioteca e Sociedade. Ressalte-se que a ementa desta disciplina aborda que “A biblioteca na atual sociedade brasileira”. Segundo o documento, “A situação da biblioteca em relação à indústria da produção dos registros do conhecimento. Política governamental e legislação. Papel das organizações públicas e não governamentais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017, p. 75), e não houve alteração quanto à carga horária das disciplinas obrigatórias.

A área Organização, Processamento e Tratamento da Informação engloba disciplinas de aplicação dos códigos, organização do conhecimento e normas. Quanto às disciplinas obrigatórias desse eixo, não houve alteração. Já nas disciplinas eletivas, o currículo de 2017 inclui a disciplina Seminários em Organização da Informação, com carga horária total de 60h. Além disso, houve a inclusão de duas disciplinas eletivas no currículo na área Recursos e Serviços de Informação. Destacamos, ainda, que não houve alterações na área de Gestão de Unidades de Informação e, comparando os dois currículos, notamos que no currículo de 2017 houve a inclusão de uma disciplina eletiva na área de Tecnologias da Informação. Frise-se, portanto, que além da oferta das disciplinas a matriz curricular do curso é composta pelos estágios supervisionados, Trabalho de Conclusão de Curso e atividades complementares que devem ser distribuídos pelo período mínimo de 4 anos e com carga horária de 2.900h (duas mil e novecentas horas).

O PPC de 2017 foi ajustado ao instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, de modo a atender as diretrizes aprovadas por órgãos de fiscalização e legislação de Biblioteconomia, órgãos estes que apresentavam propostas pedagógicas na modalidade de ensino a distância para o Curso de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017). Nesse novo currículo, o curso passa a ofertar 50 (cinquenta) vagas por ano com entrada de 25 (vinte e cinco) discentes por semestre cujo conteúdo tem como base as áreas curriculares propostas pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em uma



comparação entre currículo de 2007 e o novo currículo, ajustado em 2017, observamos que ambos estavam organizados em 06 (seis) eixos temáticos, não possuindo diferenças quanto à forma de organização. Contudo, havia uma diferença em 2017 na oferta de novas disciplinas e retirada de outras.

Portanto, ao analisá-lo, algumas disciplinas chamaram atenção por mencionar descritores de gênero, uma em sua bibliografia e a outra na ementa, por esse motivo serão problematizadas neste estudo. Sobre este assunto, a seguir destacamos o quadro 4, onde apresentamos a disciplina *Análise da Informação 2*, com sua ementa e bibliografia.

Quadro 4 – Ementa e bibliografia da disciplina *Análise da Informação 2*

Disciplina	<b>Análise da Informação 2</b>
Ementa	Discute o controle de vocabulário na recuperação da informação. Apresenta a contribuição da linguística na construção de tesouros. Aplica metodologia de construção e gestão automática de tesouro.
Bibliografia Obrigatória	BARROS, L. A. <b>Curso básico de terminologia</b> . São Paulo, SP: EDUSP, 2004. 285p. CURRÁS, E. <b>Ontologias, taxonomias e tesouros: em teoria de sistemas e sistemáticas</b> . Brasília, DF: Tesouros, 2010. 182p. DODEBEI, V. L. D. <b>Tesouro: linguagem de representação da memória documental</b> . Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119p.
Bibliografia Complementar	BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G; ARDAILLON, D. <b>Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres</b> . São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 1998. 302p. CINTRA, A. M. et al. <b>Para entender as linguagens documentárias</b> . 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 92p. CUNHA, I. M. R. F. <b>Do mito a análise documental</b> . São Paulo: EDUSP, 1990. 163p. DIAS, E. J. W.; NAVES, M. M. L. <b>Análise de assunto: teoria e prática</b> . Brasília: Thesaurus, 2007. 116p. NAUMIS PEÑA, C. <b>Los tesouros documentales y su aplicación em la información impresa, digital y multimedia</b> . México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Buenos Aires, AR: Alfagrama, 2007. 284p.

Fonte: Elaboração da autora a partir do PPC/UFAL de 2017 (2020)

Analisando o exposto no PPC do curso, a disciplina *Análise da Informação 2*, da área *Organização, processamento e tratamento da Informação*, traz em sua ementa aspectos teóricos e práticos quanto ao tratamento e organização da informação. É uma disciplina obrigatória, com carga horária de 60h e só é vista no 8ª semestre, último do curso. Possui em sua bibliografia complementar a indicação do livro *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*, sendo que no currículo de 2007 não havia essa indicação na mesma disciplina. É importante destacar que essa foi uma das poucas referências em todo o PPC e o fato de ser uma disciplina obrigatória

do curso pode ter contribuído para despertar o interesse pelo tema entre estudantes. Inclusive foi citado por uma professora o fato de ela ter orientado um trabalho de conclusão de curso sobre gênero, a partir do interesse da aluna por essa obra da referência.

Eu tive uma aluna que fez um tesouro sobre gênero na minha disciplina Análise da Informação 2 [...] daí ela fez um tesouro, na verdade um tesouro não. Um mini tesouro, um esboço do que seria um tesouro sobre gênero e ela está escrevendo o TCC dela também sobre gênero na Biblioteconomia (Carla/Profa.).

A transdisciplinaridade é um dos modos de inserção da categoria gênero no currículo, o que foi feito por meio da bibliografia obrigatória que apesar de recente, já apresenta resultados, o que reforça a importância da referência às questões de gênero na ementa do curso. Trabalhar gênero na perspectiva dessa e de outras disciplinas pode contribuir para o pensar crítico e para a produção de pesquisas na área, como vem ocorrendo na construção desse Tesouro e TCC citados na entrevista. Inclusive a Professora Carla tem uma fala enfática sobre a defesa da transdisciplinaridade:

Agora não tem uma discussão aberta dentro de nenhuma disciplina, mas eu acho que essa discussão pode ser trazida no contexto das demais disciplinas. [...] Eu acho assim, nada de segregar. Eu acho que tem que incluir, incluir no sentido de colocar em todas as disciplinas. Eu acho que não é pontuar, eu acho que tem que fazer um trabalho onde o tema e a discussão - ela se dê em todas [disciplinas]. Por exemplo, CDD/CDU tem lá específico para gênero a classificação? Vamos estudar? Vamos ver como criar mecanismos de fazer buscas, fazer esse direcionamento. Não criar uma disciplina eletiva para tratar do assunto na área da Biblioteconomia, eu não acho que isso seja o ideal (Carla/Profa.).

Disciplina *Leitura e Biblioteca* da área *Recursos e Serviços de Informação*, que traz em seus conteúdos uma referência a gênero.

Quadro 5 - Ementa e bibliografias da Disciplina Leitura e Biblioteca PPC 2017

Disciplina	Leitura e Biblioteca
Ementa	Leitura, natureza e funções. Formação do leitor: motivações interesse de leitura. Tipologias do leitor. Literatura infanto-juvenil. Discussões sobre gênero e panorama histórico. Literatura infanto-juvenil e pedagogia. Práticas de leitura na biblioteca. Pesquisa escolar e biblioteca.
Bibliografia Obrigatória	CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. <b>Biblioteca escolar</b> . Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 176p. PAIVA, A. et al. (Org.). <b>Leituras literárias</b> : discursos transitivos. Belo Horizonte: Ceale/FAE, Autêntica, 2008. 203p. ZILBERMAN, Z. <b>A literatura infantil na escola</b> . 11. ed. São Paulo: Global, 2003. 235p
Bibliografia Complementar	ALLIEND, F.; CONDEMARIN, M. <b>A leitura</b> : teoria, avaliação e desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2005. 215p. CAMPELLO, B. S. <b>A biblioteca escolar</b> : temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 62p. CAMPELLO, B. S. <b>Letramento informacional</b> : função educativa do Bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79p. KUHLETHAU, C. C. <b>Como orientar a pesquisa escolar</b> : estratégias para o processo de aprendizagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 252p. SILVA, E. T. <b>Leitura na escola e na biblioteca</b> . 8. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 115p.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2017 (2020)

É uma disciplina eletiva e possui carga horária de 60h. Em sua ementa há na descrição menção sobre gênero e panorama histórico. Porém, ao analisarmos as referências todas estão voltadas para gêneros textuais e tipologias textuais que são vários (contos, crônicas, romance, resenha etc.). No currículo de 2007 ela consta com ementa e carga horária também de 60h, porém não possui referências bibliográficas, sendo que no PPC há uma observação informando que as disciplinas eletivas sem bibliografia ainda não foram ofertadas. Mesmo não sendo uma disciplina obrigatória essa é uma disciplina que pode despertar muito interesse nas/os alunas/os de Biblioteconomia por tratar de temas como leitura, formação de leitores, biblioteca escolar. Sendo assim, mesmo não fazendo referência a gênero na sua ementa e bibliografia, reforçamos a importância da sua abordagem porque, além da discussão e estudo de uma temática pouco explorada na área, ainda pode contribuir na formação das/os alunas/os como futuras educadoras e socializadoras da temática em suas bibliotecas.

A relevância da temática ser trabalhada nessa disciplina de modo transdisciplinar apareceu na narrativa da estudante Ana:

Não, a única discussão que teve foi justamente na disciplina Biblioteca e sociedade e leitura uma coisa assim... [Leitura e Biblioteca] foi até ministrada pelo professor [omitido] e a gente analisou historicamente como que a leitura foi democratizada e

falou da imprensa, mas a gente falou justamente das mulheres que não podiam ler, só os homens [...]eu acho que essa foi a única [vez] e isso, claro, virou uma provocação na sala, todo mundo começou a discutir! Essa foi uma aula que eu vi uma discussão mais voltada desde que eu entrei no curso. Esse foi o único dia (Ana/Estudante).

Analisando o depoimento se confirma o quanto a transdisciplinaridade contribui para discussões, reflexões e o uso crítico da informação. Pois, como foi relatado pela entrevistada, a temática, quando trabalhada em sala de aula, se tornou uma provocação e gerou várias discussões, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico. Sendo a/o profissional bibliotecária/o uma mediadora da informação e que trabalha com os mais variados tipos de público, é necessário que desde a sua formação sejam desenvolvidas competências para que esses profissionais possam lidar com todas as situações que possam surgir. Nas outras narrativas é possível observar que embora não haja a discussão da temática nas disciplinas, as professoras entrevistadas demonstraram uma certa tendência em defender a transversalidade mais do que uma disciplina específica. Todavia, é sempre bom pontuar, como apareceu na narrativa, que foi a “única vez” que uma discussão de gênero presenciada pela estudante, o que torna a transversalidade, se não for sistemática, uma forma apenas eventual de se trabalhar o assunto.

#### 4.2 CURRÍCULO DE 2019: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Antes de trabalharmos as mudanças curriculares que apareceram no currículo aprovado em 2019, que iniciou sua implantação em 2020, cabe conhecer as motivações que as/os docentes apresentaram para tais mudanças no curso de Biblioteconomia/UFAL. O conteúdo das entrevistas versou sobre as relações de gênero e Biblioteconomia tratadas na seção anterior e quando se referiam à mudança curricular versaram sobre o novo currículo aprovado em 2019. Na constituição e planejamento desse currículo o corpo docente tem papel fundamental, sendo que aqui uma parte que consideramos representativa deste nos apresenta um pouco do histórico de sua aprovação e de suas reflexões sobre o significado dessas mudanças. Nossa análise visa cotejar entrevistas e PPC na busca de compreender e analisar o novo currículo em fase de implementação, ao qual tivemos acesso.

É importante dizer que parte das exigências de mudança no mesmo estiveram relacionadas ao MEC, pois conforme citado no Projeto, este “resulta da necessidade de acompanhamento das mudanças nos cenários local e nacional e, principalmente, da curricularização da extensão universitária” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 15). Nesse caminho, a única mudança observada em termos de organização curricular

entre os dois currículos foi a inclusão, no currículo de 2019, de atividades curriculares de extensão na parte fixa obrigatória, além da parte flexível obrigatória que já havia<sup>7</sup>.

Outro aspecto relevante é que a estrutura das áreas dos currículos do curso de Biblioteconomia da UFAL mantém como referência as áreas curriculares definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pelo Mercosul. É necessário destacar que a Biblioteconomia vem passando por várias mudanças, principalmente devido às novas tecnologias e às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia, que facilitaram a adequação dos cursos às novas demandas, permitindo alterações no perfil da profissional bibliotecária e das possibilidades de atuação que se ampliaram.

Segundo as Diretrizes, a formação dos alunos tem a preocupação de oferecer ao mercado de trabalho profissionais com competência para atuar em diferentes ambientes informacionais e em espaços não tradicionais além da biblioteca, o que exige das/os profissionais uma mudança constante de perfil em função da diversidade de habilidades e especialidades na atuação profissional. Além disso, ao ampliar os espaços de atuação as Diretrizes recomendam que “os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 33). Logo, esta recomendação das Diretrizes favorecem não só uma organização mais equilibrada entre a área técnica e a área humanística, como favorece (ainda que não garanta) a inserção de pautas como as questões de gênero ou da diversidade e Direitos Humanos em sentido mais amplo.

Além das exigências do MEC e outras instâncias, professoras/es são levados à atualização dos currículos por uma série de fatores, conforme ressaltado em uma das narrativas:

[...] Duas coisas motivaram as mudanças. Uma foi a necessidade de atualização mesmo, uma necessidade sentida pelos próprios docentes e a necessidade de se fazer um estudo, uma análise dessas disciplinas. Uma necessidade também que vem de uma demanda dos discentes, que os discentes também sempre batiam na tecla a gente tem coisas pesadas até pouco tempo e você [pesquisadora]vivenciou isso...Ter cinco disciplinas e ainda o TCC, então é muita coisa ao mesmo tempo. Então, a necessidade de reestruturar isso, os avanços que a área teve nos últimos anos e as questões

---

<sup>7</sup> Vale salientar também que no ano de 2019, ano do novo PPC do curso, foi implantado o Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação e conforme mencionado no PPC este dialoga com o Programa de Pós-graduação, o que justificaria as muitas disciplinas com relação de proximidade temática, o compartilhamento da infraestrutura física ou de pessoal, como também o compartilhamento dos projetos, eventos e produções técnico-científicas.

relacionadas ao atendimento das exigências do MEC, então isso foi o que motivou essas mudanças (Sandra/Profa.).

Demandas de estudantes, demandas de docentes. O atendimento a exigências do MEC termina por ser um fator base que leva a toda uma reformulação e ao aparecimento de necessidades coletivas que passam a ser postas em movimento.

Relembrando a mudança anterior, a professora Fabiana destaca que “A primeira mudança foi a semestralidade, porque era curso anual e passa a ser semestral porque aderiu ao Reuni. [...] E agora, essa segunda mudança foi uma modernização. Uma atualização do curso” (Fabiana/Profa.).

Dentro da ideia da atualização, que foi consensual entre docentes, parte substancial da argumentação esteve associada às demandas do mercado de trabalho:

[...] As mudanças elas estão muito alinhadas à questão do social, do mercado social e do mercado de trabalho que a gente vendo o quanto precisa a gente está atualizando o currículo para atender essas demandas. A gente faz sempre pesquisas com os alunos, para ver como que os alunos se sentem com relação às disciplinas, então a gente vai acompanhando as demandas tanto do mercado, dos estágios... e a gente vai alterando, a gente vê que existe a necessidade fazer algumas alterações (João/Prof.).

Mas a professora Beatriz pontuou a necessidade de maior clareza do currículo em relação ao mercado, mas também em relação aos temas contemporâneos que movimentos sociais têm protagonizado e repercutido nas questões de currículo, pontuando a “[...] Atualização das disciplinas com a necessidade de mercado. Disciplina, curso e mercado de trabalho. E a questão da região, agora mesmo entrou estudos sobre meio ambiente, cidadania e afrodescendentes” (Beatriz/Profa.).

Como já foi citado, há entre docentes há uma preocupação com a autonomia e as possibilidades de serviços ofertados por bibliotecárias/os a diferentes setores, além dos cargos concursados, particularmente de interesse dos homens ingressantes no curso. Como citado pela professora Carla, fica evidente que alguns conteúdos são inseridos nos currículos devido às leituras docentes da realidade sobre as necessidades e perfil dos homens na profissão.

[...] Aí você vê o homem, porque o homem está pensando justamente na questão de se promover e de promover a profissão e também trabalhar com essa questão empreendedora; é no sentido de ter outras oportunidades que não apenas trabalhar dentro de uma unidade de informação. Então nós construímos um currículo, nós não colocamos a disciplina empreendedora como obrigatória porque só eu dou a disciplina de empreendedorismo (Carla/Profa.).

Ser ou não um conteúdo obrigatório apresenta-se como não factível, já que apenas uma professora do curso detém o conhecimento da disciplina e talvez o interesse em ministrá-la. Na pesquisa de Sousa (2014) ficou demonstrado que a presença dos homens na profissão pode contribuir para a sua valorização. E o que se pode inferir, dado que o curso e a profissão é predominantemente feminina, é que o aumento da procura masculina já interfere na construção do currículo. Por outro lado, ter professores disponíveis e interessados em ministrar alguma temática também torna possível que alguma mudança se dê nesse sentido, já que mudanças curriculares se entrecruzam com interesses e disponibilidades docentes, que compõem o jogo maior das relações de poder dentro do espaço de um curso de graduação.

Apresentadas as motivações, passamos à descrição e análise do PPC de 2019. Cabe destacar, inicialmente, que houve mudança na quantidade de horas e com uma unidade curricular a mais: se no currículo anterior a carga horária das disciplinas totalizava 2.900h, no PPC de 2019 passou a ser de 2.400h. O quadro de horas ficou assim distribuído:

Quadro 6 – Quadro de Horas do PPC de 2017 e PPC de 2019

<b>QUADRO DE HORAS</b>		
	<b>PPC 2017</b>	<b>PPC 2019</b>
Disciplinas Obrigatórias	1.920h	1.512h
Disciplinas Eletivas	480h	162h
Estágios Supervisionados	240h	207h
Atividades Complementares	140h	150h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h	99h
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	—	270h
Total de Horas	2.900h	2.400h

Fonte: Elaboração da Autora a partir do PPC/ UFAL de 2017 e 2019 (2021)

Quanto aos eixos temáticos, observou-se a inclusão de mais um eixo, passando de seis para sete eixos em 2019. Nos eixos temáticos constam as grandes áreas de estudo com ementas, objetivos e componentes curriculares, sendo o eixo 0 a grande área – Fundamentos gerais; o eixo 1 – Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação; o eixo 2 – Organização da informação e do conhecimento; o eixo 3 – Fontes, recursos e serviços de informação; o eixo 4 – Gestão da informação e do conhecimento, o eixo 5 – Tecnologias de informação, comunicação e inovação e, por último, o eixo 6 que são os Estágios supervisionados e formação complementar. Essas mudanças na quantidade de horas trazem pontos positivos e negativos. O

ponto positivo se dá devido ao aumento da carga horária das atividades complementares que compõem a parte flexível do currículo que nesse sentido tem abertura para realizar várias atividades, inclusive com a temática gênero. Já o ponto negativo se dá em virtude da diminuição de carga horária das Disciplinas eletivas, diminuição bastante significativa e que impacta justamente em disciplinas que permitem a inserção de temas transversais e que podem até ser cursadas em outros cursos de graduação.

A inserção de Atividades Curriculares de Extensão nesse último currículo, com carga horária de 270h, é um aspecto considerado positivo. Inclusive foi citada como uma disciplina que tratará sobre as questões de gênero e étnico-raciais.

[...] agora a gente vai ter disciplinas que falam sobre essas questões de extensão que é para tratar principalmente essas questões étnico - raciais e questões de gênero. Eu acho que está um pouco embrionário, mas isso é algo que é uma normativa que vai ser seguida pelos professores (João/Prof.).

Por meio deste relato, o professor afirma que esta é uma questão que ainda está tomando forma, mas que será seguida pelos professores devido às questões normativas. Certamente, a extensão revela grande avanço devido à sua relevância social e por permitir a inserção de temas transversais de interesse social em sua prática.

Analisando o PPC de 2019, foi possível observar que no Eixo – 0 houve a inclusão da disciplina Língua Brasileiras de Sinais (LIBRAS) como obrigatória. No Eixo 1 a disciplina Elaboração de Trabalhos Acadêmicos passou a ser obrigatória e houve a inclusão de mais duas disciplinas como obrigatórias e que não constavam no currículo anterior. No Eixo 2, houve mudança na nomenclatura da área e na Ementa, antes Organização, Processamento e Tratamento da Informação e atualmente Organização da Informação e do Conhecimento. Nas disciplinas foram incluídas duas obrigatórias e a disciplina Análise da Informação 1 e 2 passou a ser Análise e Síntese da Informação. No Eixo 3 também houve mudança na nomenclatura da área, antes Recursos e Serviços de Informação e atualmente Fontes, Recursos e Serviços de Informação e conseqüentemente houve mudanças e inclusão de disciplinas obrigatórias. No Eixo 4 também houve mudança na nomenclatura da área, passando de Gestão de Unidades e Serviços de Informação para Gestão da Informação e do Conhecimento. Também houve mudanças nas disciplinas obrigatórias e eletivas. O Eixo 5 passou de Tecnologias da Informação para Tecnologias de Informação, Comunicação e Inovação e com isso também ocorreram mudanças nos componentes curriculares. Já o Eixo 6 – Estágios Supervisionados e Formação Complementar foi incluído no novo currículo.



Ao buscarmos analisar o PPC sob o prisma de gênero, procuramos por este descritor nos títulos das disciplinas, nas ementas e nas referências bibliográficas. Uma primeira questão que nos chamou a atenção foi uma mudança em relação à transversalidade de gênero que saiu da referência bibliográfica de uma disciplina. No currículo de 2019 as disciplinas Análise da Informação I e II foram convertidas em uma única disciplina - Análise e Síntese da Informação, o que acarretou mudanças na ementa e também na bibliografia obrigatória e complementar, sendo que a referência bibliográfica complementar, o livro *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*, deixou de constar e não foi substituída por outra. Aqui, houve a perda da transversalidade, apesar da fala de algumas entrevistadas destacarem que a transversalidade deveria ser mantida no currículo de 2019.

Porque se por um lado ela for uma disciplina obrigatória ou eletiva que seja toda voltada para essas questões, é bom... é interessante... é importante. Por outro lado, é como se fosse assim é só uma disciplina que eu estou cumprindo. Eu posso esquecer. E quando eu faço essa discussão de forma transversal em todas as outras disciplinas, na minha opinião, eu acabo fortalecendo ainda mais essa discussão (Sandra/Profa.).

Eu acho que seria a forma mais adequada. Até porque como a gente vive numa sociedade ainda muito preconceituosa, eu acho que quando se joga lá uma disciplina gênero tende a alguns não quererem e a não ir...E no momento que você faz essas relações eu acho que você atinge mais pessoas. Você chega naquele que é para chegar de um modo que ele nem percebe que está sendo envolvido. Eu acho melhor (Suely/Profa.).

A discussão da transdisciplinaridade versus disciplina específica demonstra sempre uma discussão polêmica e que revela os interesses de professores em suas temáticas e de como elas compõem a grade curricular. Dito de outro modo, parte-se de um princípio geral de que a transversalidade é boa, mas na definição do currículo prescrito a transversalidade pode não aparecer.

Então, ao não constar na bibliografia ou nas ementas termina por se deixar a cargo das/os professoras/es uma determinada discussão que se imagina realizada por alguém, mas que pode continuar silenciosa no curso.

Eu acho que [gênero] foi pouco discutido, mas eu não posso afirmar com certeza em qual disciplina. Porque a gente sempre traz, como a gente fala da questão de Biblioteconomia, acesso à informação. A gente sempre traz aquela questão: "Olha, precisa ter um olhar, principalmente aquelas disciplinas de representação descritiva e temática, competência e informação sempre tem que ter quem é esse público que você está atendendo, qual é atividade desse público", você enquanto profissional da informação você também é um profissional público, você tem que estar entendendo todas essas questões, você não pode ter um olhar de discriminação para esse ou para aquele (João/Prof.).

Apesar da pouca discussão acerca da temática no curso, frisa-se que não se pode discriminar no atendimento aos diferentes públicos com quem a/o bibliotecária/o lida no cotidiano profissional. Mas como esse estudante aprenderia a tratar com vários públicos se não discute no currículo a diferença e a desigualdade? São questões que nos fazem pensar.

Identificamos, ainda, que o PPC de 2019 possui apenas uma disciplina que aborda em sua ementa descritores relativos a gênero que é a disciplina obrigatória Estudos de Usuários da Informação que também passou a incorporar outras referências que antes não havia. A disciplina eletiva que também faz menção a gênero é Leitura e Biblioteca. Porém, conforme foi discutido no currículo anterior, essa referência a gênero é a partir de gêneros textuais.

Segue um quadro com a disciplina obrigatória, suas ementas e referências bibliográficas.

Quadro 7 – Ementa e bibliografias da disciplina Estudos de Usuários da Informação

Disciplina	Estudos de Usuários da Informação
Ementa	Conceitos e evolução dos estudos de usuários. Terminologias e tendências em estudos de usuários. Estudos de Usuários como instrumento de planejamento de serviços/ produtos de informação e gestão em unidades de informação. Tipologias de usuários e públicos, considerando <i>relações de gênero, étnico-raciais e geracionais</i> . Métodos e instrumentos de coleta e análise de dados em estudos de usuários. <b>Competência em Informação.</b>
Bibliografia Obrigatória	BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). <b>Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação.</b> Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p. CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. <b>Manual de estudo de usuários da informação.</b> São Paulo: Atlas, 2015. 448p. DIAS, M. M. K.; PIRES, D. <b>Usos e usuários da informação.</b> São Carlos: EDUFSCAR, 2004. 48p.
Bibliografia Complementar	FIGUEIREDO, N. M. <b>Avaliação de coleções e estudos de usuários.</b> Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 96p. FIGUEIREDO, N. M. <b>Estudos de uso e usuários da informação.</b> Brasília: IBICT, 1994. 154p. GARCIA CANCLINI, N. <b>Leitores, espectadores e internautas.</b> São Paulo: Iluminuras, 2008. 94p. GUINCHAT, C.; MENOU, M. J. <b>Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação.</b> 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1994. 540p. LIMA, A. B. A. <b>Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca.</b> Londrina, c1993. 94p.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2019 (2020)

Esta é uma disciplina obrigatória ofertada no 4º semestre, que possui carga horária total de 54h e tem como pré-requisito a disciplina Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Ela está presente na área *Gestão da Informação e do Conhecimento* que “visa estabelecer na formação do/a discente uma compreensão da dimensão dos estudos que envolvem o comportamento e as necessidades de informação de cada grupo social, ao mesmo tempo o desenvolvimento de produtos e serviços que garantam a sua inclusão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 116). Ou seja, o bibliotecário é um

profissional apto a trabalhar com os mais variados tipos de acervos e capaz de realizar um estudo aprofundado para conhecer seus usuários e satisfazer suas necessidades informacionais. Porém, pode se dizer que ainda há uma lacuna quanto a estudar os usuários, sobretudo quando consideramos as questões de gênero, étnico-raciais e geracionais. Espera-se, portanto, que com a inclusão dessas temáticas as lacunas sejam preenchidas, pois alguns estudos demonstram a dificuldade que muitas/os bibliotecárias/os encontram para trabalhar com essas questões em suas bibliotecas.

Conforme pesquisa de Martins, Meneses e Trevisol Neto (2016, p. 955), os bibliotecários afirmam “não ter formação para tratar a temática e por isso a relutância em elaborar atividades dentro da biblioteca relacionadas a gênero e sexualidade, e expuseram medo de não transmitir ou mediar corretamente às informações”. Aproximando-se da fala dos autores, um dos professores reafirma essa preocupação:

Olha só, inclusive tem uma disciplina nesse currículo novo...Em estudos de usuários da Informação que considera na sua ementa as relações de gênero, como também as questões étnico-raciais e as questões geracionais, então há a preocupação de estar se discutindo isso e principalmente nessa disciplina porque a ementa dela deixa isso muito claro (João/Prof.).

Fica evidenciado que apesar de constar na ementa não há qualquer obra relacionada ao campo temático de gênero na bibliografia obrigatória, nem na complementar, o que revela que pode ficar a cargo dos professores alocados para lecionar a disciplina a inserção ou não de obras específicas na bibliografia complementar. Analisando o PPC de 2019 infere-se que a inserção da temática gênero na ementa da disciplina Estudos de Usuários da Informação pode ter ocorrido na esteira das questões étnico-raciais.

No PPC também fica evidente que apesar da preocupação em discutir sobre gênero, o currículo do curso aponta os temas Educação Ambiental, Educação em Direitos humanos e Educação das Relações Étnico-raciais como imprescindíveis para a formação do Bibliotecário/a, não citando a temática gênero.

Nessa perspectiva, pautado em princípios educacionais que valorizam a diversidade sociocultural, orienta-se pela metodologia de formação integrada para estabelecer a composição de repertórios didáticos que contemplem atitudes teóricas e práticas de ensino em áreas interdisciplinares. Assim, temas e ações que priorizem reflexões e experiências com “Educação Ambiental”, “Educação em Direitos Humanos” e “Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e Indígena” são abordagens imprescindíveis à plena formação do(a) profissional Bibliotecário(a) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 46).

Apesar dos relatos defendendo a forma transversal, a nossa análise evidenciou um grupo de disciplinas que permitem esse diálogo e até mesmo a presença de gênero em algumas ementas e bibliografias, ainda assim podemos pensar que a questão de gênero ainda carece ser debatida no curso pesquisado. Como as/os profissionais têm se posicionado diante da temática? Como as/os profissionais se posicionam quando estão diante dessas questões no momento que estão executando atividades de organização e tratamento da informação? Segundo Almeida Junior (2018), as ferramentas utilizadas pelas/os bibliotecárias/os não são neutras e nem imparciais. Sendo assim, é imprescindível mesmo em disciplinas técnicas que haja uma abordagem crítica e se discuta vários temas, inclusive gênero. É inegável a importância em trazer a discussão nas disciplinas que tratam sobre organização, recuperação e tratamento da informação, principalmente devido ao distanciamento e aos silêncios que impactam na exclusão ou negligência da temática na área. A presidenta do Centro Acadêmico fez uma defesa veemente da possibilidade de uma disciplina obrigatória, pois considera que a transversalidade mais esconde do que mostra.

Deve sim existir uma disciplina que fale sobre gênero e que também não toque só na mulher, que foque também em outros temas LGBT. Eu acho que deixar para os professores discutirem quando quiserem a gente não vai sair do canto. Ter uma disciplina, até aqueles que não dão muito valor, porque a gente sabe que tem professor que só seguem sua vida naquela rotina sem ter essa preocupação social nem nada, até eles vão ter que, de alguma forma, nem que seja por obrigação, abrir seus horizontes e a estudar para poder dar aula aos alunos. Acho muito importante porque a gente trabalha uma forma que através da educação e dessas discussões a gente encontra solução de combater o preconceito, a violência, essas opressões. Eu acho que é uma medida necessária. Super fundamental (Ana/Estudante).

A entrevistada deixa evidente a necessidade de se ter uma disciplina específica sobre gênero, mas que poderia incluir a possibilidade de discussão sobre grupos oprimidos e marginalizados. Ela também pontua que a discussão pode não acontecer se ficar a cargo do interesse do/a professor/a e não for um conteúdo obrigatório.

A nosso ver, os diálogos sobre a temática têm ocorrido de maneira muito tímida e é preciso pensar que esses silêncios também se configuram como uma vitória do patriarcado, mesmo havendo uma certa abertura de docentes ou até mesmo o interesse de uma professora e da presidente do Centro Acadêmico. Por isso, reiteramos a necessidade de formação sobre gênero para docentes universitários para que as relações de gênero possam ser debatidas de modo aprofundado, particularmente no que concerne às relações entre Biblioteconomia e gênero.

### 4.3 A PRESENÇA DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DE 2019

A questão racial, ainda que não tenha feito parte de nossos objetivos, tanto apareceu no PPC de 2017 e 2019, como também foi possível constatar nas análises realizadas questões concernentes à temática, assunto também emergente e necessário para a formação de futuros profissionais bibliotecários/as, uma vez que gênero, etnia e raça, além de interseccionais, são marcadores sociais indissociáveis e por isso traremos aqui para debate, por considerá-la necessária à educação brasileira. Acentue-se que o PPC do curso de 2019 passou a incluir em algumas disciplinas a questão da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, incluindo uma listagem específica de obras para tratarem da questão étnico-racial que passaram a compor as diferentes disciplinas. Como vimos no decorrer deste estudo, sobre gênero, é forte entre professoras/es do curso a concepção de que temáticas de cunho social devam ser tratadas por todas as disciplinas de forma transdisciplinar e não criando uma disciplina específica.

Uma questão importante quando se pensa em mudança curricular são as motivações das mudanças, já que currículo envolve tanto interesses docentes por suas áreas de atuação e pesquisa como o modo de ver a profissão que o curso habilita e as relações com a sociedade em que está inserido.

Em 2020 a questão teve grande repercussão na sociedade nacional e internacional. A questão está incluída na nova proposta curricular do Curso de Biblioteconomia da UFAL onde se discute a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. [...] Foi incluída devido a relevância social da temática (Sandra/Profa.).

[...] Eu vejo que nós somos um país racista por mais que a gente ache que não [término da frase]. E eu acredito que muitas das pessoas elas estão desconstruindo os seus conceitos para construir um novo conceito. Então, nunca se falou tanto de racismo como agora, a gente nota que, por exemplo, nós que somo do Estado de Alagoas, nós temos pessoas predominantemente da raça negra e que estão em vários lugares trabalhando, exercendo suas profissões. Nós temos médicos, enfermeiras, engenheiros, professores... Então eu acho que é um conceito que a gente está desconstruindo, são racistas em desconstrução para construir uma nova ideia, uma nova mentalidade e novas posturas na sociedade e ver que todos são pessoas, são seres humanos e precisam ser tratados com igualdade com seus direitos e deveres frente a sociedade [...] (João/Prof.).

Nas narrativas há uma explicação da inclusão em função da relevância social da temática e o quanto essas questões vêm sendo discutidas na sociedade. A narrativa do professor João é bem enfática e direta, mostrando um entendimento muito preciso quanto à necessidade de

desconstrução de alguns conceitos e o quanto essa construção e desconstrução só será possível repensando os conteúdos do currículo de uma forma que seja possível acontecer múltiplos debates, seja em disciplinas técnicas ou nas de abordagem social. Essa é uma visão que tem sido adotada em algumas universidades, até porque a atuação da/o bibliotecária/o não pode ser pensada sem considerar as demandas da sociedade, invisibilizando pessoas que são vítimas de maiores preconceitos e que travam uma incansável luta por direito e por respeito.

No entanto, após leituras do PPC e análise das entrevistas em conjunto, foi possível refletir que o peso maior da mudança se deve à influência de fatores externos, conforme destacado na fala da/o docente:

Agora mesmo a gente colocou também as questões étnico-raciais, as questões geracionais, as questões de gênero. Então, tudo isso é importante que está acontecendo na sociedade que o curso e o aluno também acompanhem isso através da extensão, da pesquisa, do ensino porque ele está indo para o mercado que é múltiplo, que é diversificado. Então, ele tem que estar próximo de todas essas questões que estão aí...[...] A inclusão no currículo foi uma questão do Mec, mesmo, e da própria instituição (João/Prof.).

[...] agora ele contempla parcialmente as questões relacionadas a gênero, a raça e a inclusão de pessoas com deficiência. Então houve esse entendimento, mas digo a você que não foi um entendimento que partiu essencialmente dos professores, não. É um entendimento que vem da Pró-reitoria de graduação, que vem do MEC como um todo que exige que esses componentes curriculares sejam integrados aos cursos. Então, por um lado isso é muito bom, o fato de que o MEC se ater a isso e que com isso a gente teve que abrir e perceber esses públicos, entende? Então acho que teve esse avanço, com essa atualização recente essa temática passa a entrar em cena nas disciplinas (Sandra/Profa.).

Em seus estudos Cardoso e Pinto (2018) afirmam que o tecnicismo ainda é muito presente nos cursos de Biblioteconomia e que as questões sociais são trabalhadas com um conceito de cultura, informação, sociedade etc., enquanto raça, gênero, classe e outras questões presentes na sociedade são ignoradas. Pelas narrativas das/os entrevistadas/os, fica evidente que a inclusão da temática étnico-racial no currículo do Curso de Biblioteconomia da UFAL se deu devido a Lei Federal n. 10.639/2003 que torna obrigatório em todo país a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Cardoso e Pinto (2018) também afirmam que os cursos de Biblioteconomia estão cada vez mais diversos e que há uma tendência de uma Biblioteconomia, segundo suas palavras, mais “Preta”. Isso demonstra que trabalhar com alguns conceitos superficiais não será suficiente para dar conta da problemática racial no Brasil e que as/os docentes deverão se aperfeiçoar para aprofundar o debate. A professora Beatriz,

seguindo esse mesmo viés, reforça a questão sinalizando a necessidade de haver uma maior consciência política no curso. “Acho que o curso fica a dever essa questão da consciência política. O curso deve muito nisso, mas não é só lá. Na própria universidade”.

De qualquer forma, a inserção da questão de raça no curso da UFAL é de extrema importância frente não só à histórica luta das pessoas negras, mas ao acirramento do racismo que ocorre na sociedade brasileira nas décadas de 2010 e 2020. Segundo Gomes (2018), apenas três Universidades abordam a temática em disciplinas específicas nos cursos de Biblioteconomia: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Vale ressaltar que a criação de uma disciplina específica não anula a importância de que a temática também seja objeto de discussão nas outras disciplinas, pois isso potencializa a reflexão. Nesse sentido, a necessidade de discussão sobre as questões étnico-raciais se dá porque o racismo existe e repercute de várias formas e a ação da/o bibliotecária/o acaba sendo implicada por essa demanda.

Alguns exemplos podem ser trazidos para esse debate. A profissão demanda conhecimento e análise do mercado editorial e dentro dela cabe a análise crítica desse mercado, já que autoras/es negras/os não têm as mesmas oportunidades de publicação que pessoas brancas, e quando ocorre a publicação de suas obras estas não têm o mesmo destaque ou sequer constam na listagem de aquisição das bibliotecas (LIMA, 2018). No momento de aquisição de uma Biblioteca Virtual, por exemplo, questiona-se: há presença de obras de autores e autoras negras? Além da questão de aquisição de materiais nas bibliotecas, também podemos considerar que tais temáticas são, por vezes, ignoradas, como, por exemplo, na “Contação de histórias”, quando personagens negros/as não são considerados/as ou são estereotipados, apesar de já haver uma literatura com protagonismo negro em construção.

São muitas discussões que podem ser trazidas para as disciplinas, inclusive nas técnicas, porque em catalogações e indexações essas questões também podem ser omitidas e negligenciadas. Até que ponto a/o bibliotecária/o considera em seus processos técnicos os descritores de raça para que esses documentos sejam facilmente localizados? E com relação à violência contra a mulher negra, como a/o bibliotecária/o tem trabalhado a mediação da informação com relação a essas questões? A implantação da Lei também necessita de suporte para adequação das bibliotecas escolares e isso necessita ser debatido durante a formação dessa/e futura/o bibliotecária/o. Vale lembrar que esta/e profissional não teve uma formação antirracista na educação básica, porque só recentemente a legislação aprovada tem encontrado

eco em mudanças curriculares das escolas. Pensando assim, concluímos que professoras/es e estudantes do curso de Biblioteconomia ainda têm muito chão a trilhar.

Como foi dito, o debate precisa ser aprofundado por profissionais, docentes e discentes, porque é necessário socialmente que as/os profissionais bibliotecárias/os tenham consciência que podem colaborar na luta contra a exclusão, a desigualdade e a discriminação. São muitas inquietações, são muitas perguntas que devem ser feitas e consideradas quanto às atribuições da função de bibliotecário/o.

No curso de Biblioteconomia da UFAL foram sugeridas no PPC a inclusão em extensão e disciplinas, para as quais foram elencadas algumas bibliografias que dialogam com a temática.

Com relação à extensão, consideramos rica a inserção de que o PPC afirme que tal temática pode ser trabalhada de outras formas além das disciplinas, como por exemplo em Projetos de Extensão através do eixo Fontes, Recursos e Serviços de Informação.

De modo amplo, o eixo de estudo *Fontes, Recursos e Serviços de Informação*, a partir de suas ACE, disciplinas e projetos de extensão, reflete sobre os aspectos que envolvem os atos de censura na seleção de fontes para a formação do acervo e a promoção de produtos e serviços oferecidos aos(às) usuários(as) que visem ao combate ao racismo e às discriminações, assim a definição de critérios permitirá a formação de uma consciência política e histórica sobre a diversidade presente na sociedade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 115).

Sabe-se que a extensão, por permitir um contato direto com diferentes segmentos sociais, tem um impacto considerável junto às populações discriminadas, proporcionando um apoio político e social às lutas desses setores. A extensão ainda permite que estudantes tenham práticas sociais coladas às transformações sociais e vivenciem uma formação que terá repercussão em suas práticas futuras, de modo mais intenso do que uma aprendizagem em sala de aula. Todavia, o debate em sala de aula não deve, por isso, ser descartado. Um bom ensino universitário é aquele que consegue articular ensino, extensão e pesquisa e a inclusão da temática racial na extensão foi um ponto de avanço no PPC de 2019.

Vamos analisar agora a listagem de uma bibliografia apresentada no PPC que visa um direcionamento a ser seguido por várias disciplinas do curso, tanto as que incluem educação das relações étnico-raciais para serem trabalhadas em algumas disciplinas nas ementas quanto de modo geral, caso professoras/es assim o desejem. Segue o quadro da listagem sugerida no PPC.



Quadro 8 - Bibliografia sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

REFERÊNCIAS
ANDRADE, M. C. <b>Formação territorial e econômica do Brasil</b> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, c2006. 308p.
CARVALHO, C. P. <b>Formação histórica de Alagoas</b> . Maceió: Grafitec, 1982. 315p.
CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. <b>Manual de estudo de usuários da informação</b> . São Paulo: Atlas, 2015. 448p.
DIÉGUES JÚNIOR, M. <b>O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional</b> . 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006. 339p.
FREIRE, P. <b>Ação cultural para a liberdade e outros escritos</b> . 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 176p.
FREYRE, G. <b>Casa-grande &amp; senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal</b> . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727p.
GARCÍA CANCLINI, N. <b>Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade</b> . São Paulo: EDUSP, 1989. 385p.
MCGARRY, K. <b>O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória</b> . Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.
SODRÉ, N. W. <b>Formação histórica do Brasil</b> . 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 454p.

Fonte: PPC/UFAL (2019, p.119)

A ideia da transversalidade da questão étnico-racial ao ser aplicada nas diferentes disciplinas foi apresentada no quadro 8 acima. Vamos agora trazer as disciplinas em que estas referências foram incorporadas.

Quadro 9 – Disciplinas Obrigatórias e Bibliografias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Disciplinas	Referências
Estudos de Usuários da Informação	CUNHA, M.B.; AMARAL, S.A.; DANTAS, E.B. <b>Manual de estudo de usuários da informação</b> . São Paulo: Atlas, 2015. 448p. <b>*Bibliografia Básica</b>
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	ANDRADE, M. C. <b>Formação territorial e econômica do Brasil</b> . Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, c2006. 308p. <b>*Bibliografia Complementar</b>
	FREYRE, G. <b>Casa-grande &amp; Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal</b> . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727p. <b>*Bibliografia Complementar</b>
	SODRÉ, N.W. <b>Formação histórica do Brasil</b> . 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 454p. <b>*Bibliografia Básica</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2019 (2021)

A bibliografia apresentada para as duas disciplinas permanece com a mesma ideia questionada por Cardoso e Pinto (2018) de que os cursos de Biblioteconomia deixam de aprofundar outras questões, como por exemplo, bibliografias de autores africanos, temas sobre a história e cultura do povo africano e indígena. Trazer essas bibliografias em Estudos de Usuários, por exemplo, é fundamental e deve ser considerada pela/o bibliotecária/o para que seja possível, de fato, conhecer sua comunidade e suas necessidades informacionais.

**Quadro 10 – Disciplinas Eletivas e Bibliografias sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**

Disciplinas	Referências
História e Cultura de Alagoas	CARVALHO, C.P <b>Formação histórica de Alagoas</b> . Maceió: Grafitex, 1982, 315p. <b>*Bibliografia Básica</b>
	DIEGUES JÚNIOR, M. <b>O banguê nas Alagoas</b> : traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2006. 339p. <b>*Bibliografia Complementar</b>
Biblioteca e Ação Cultural	FREIRE, P. <b>Ação cultural para a liberdade e outros escritos</b> . 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 176p. <b>*Bibliografia Complementar</b>
	GARCÍA CANCLINI, N. <b>Culturas híbridas</b> : estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1989. 385p. <b>*Bibliografia Complementar</b>
Seminários de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação	MCGARRY, K. <b>O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória</b> . Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 1999. 206p. <b>*Bibliografia Básica</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base no PPC/UFAL de 2019 (2021)

Quanto às disciplinas eletivas, observa-se a mesma questão vista nas disciplinas obrigatórias, isto é, a falta de bibliografias que tratem sobre a cultura e história Africana e dos povos indígenas. Observou-se também que essas bibliografias, apesar de ter um viés cultural e social, também não aprofundam e nem problematizam a questão. Além do que, das cinco bibliografias apenas duas fazem parte da bibliografia básica, as demais são complementares, o que nos faz deduzir que as discussões poderão não acontecer ou que não serão tão efetivas. Nesse sentido, não permitem o aprofundamento e tampouco que a discussão seja feita em outras disciplinas, principalmente as de cunho técnico.

Em nossa análise, dentre as nove referências, apenas quatro passaram a fazer parte da bibliografia básica, o que sinaliza para o fato de que, apesar de urgente e necessária, pouco irá

se avançar quanto à discussão da temática. Valério e Silva (2018) apontam que há uma necessidade urgente de inclusão dessas temáticas nos cursos de Biblioteconomia e que essas questões passem a ser discutidas e inseridas no dia a dia das/os profissionais. Para tanto, estes autores afirmam que há duas formas dessa realidade ser mudada: primeiro é inserindo as discussões nos currículos dos cursos e, segundo que as/os profissionais em atuação procurem se aperfeiçoar sobre a temática.

Portanto, pode-se inferir a partir deste estudo que no curso de Biblioteconomia da UFAL essa inserção também ocorre de forma lenta, uma vez que as bibliografias indicadas têm abertura para tratar sobre a temática, cabendo às/aos professoras/es adentrar nessas questões e aprofundá-las, principalmente nas disciplinas cuja bibliografia é apenas complementar. Percebe-se, inclusive, que não há indicação de nenhuma obra de bibliotecárias/os negras/os e tampouco de obras que tratem especificamente sobre cultura africana, para que se possa entender, discutir e conhecer que os estudos sobre os negros vão muito além de temas como culinária e da música, conforme ainda é disseminado.

Nesse sentido, outra ausência que nos chamou a atenção, diz respeito a temática que trata das mulheres negras. Não se pode esquecer que o curso de Biblioteconomia possui um quantitativo maior de mulheres e é fortemente marcado pelas questões de gênero. Então, problematizar essas questões se faz necessário, como já dizia Davis (2018) ao tratar de modo conjunto gênero, raça e classe. Isso porque vivemos em uma sociedade na qual as mulheres são as maiores vítimas de preconceito e da violência, particularmente as mulheres negras e pobres: aquelas que não acessam os cursos superiores, ocupam em maior número profissões com as menores remunerações, e mais sofrem com a violência.

A educação sobre as questões raciais vem acontecendo de forma tímida, como já foi mencionado. Na área da Biblioteconomia apenas três Universidades criaram uma disciplina específica sobre as questões étnico-raciais, que não consideramos o suficiente visto que as questões raciais são complexas e estão imbricadas em diversos âmbitos. Cabe, portanto, ir além dessas abordagens para que a/o bibliotecária/o questione e reflita sobre suas práticas, contribuindo para combater o racismo ou identificando se também está disseminando-o. Por isso, reforçamos que a introdução e ampla discussão é muito importante e necessária, porque irá proporcionar mudanças no sentido de construir uma educação antirracista capaz de romper com a exclusão, discriminação, os silêncios e invisibilidade da população negra.

É importante também mencionar que a inclusão obrigatória da temática Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana é fruto de

muitas lutas pelos militantes dos movimentos negros. Mas, apesar dos ganhos, o caminho que se tem para percorrer na direção de uma educação antirracista ainda é muito longo, principalmente, como colocado por Gomes e Valério (2019, p. 176) que consideram “um dos grandes desafios da educação é reorientar nossas ações e ensinar o que jamais aprendemos, dado o grau de desconhecimento e exclusão de práticas não eurocêntricas na educação”. De fato, o estudo nos leva a considerar que a temática não só esteve ausente da formação dos docentes, técnicos e gestores, como também estes receberam uma educação permeada pelo mito da democracia racial.

#### 4.4 PENSANDO A TRANSDISCIPLINARIDADE NO CURRÍCULO DE BIBLIOTECONOMIA

A partir da reflexão sobre transdisciplinaridade fizemos uma análise do currículo de 2017 e 2019 problematizando possíveis inserções da temática de gênero em suas ementas ou referências bibliográficas, mesmo porque a transdisciplinaridade pode ser convertida em currículo prescrito e presente no PPC como pode resultar de práticas docentes que o incrementem, conforme os interesses docentes. Gentil e Sroczyński (2014, p. 49) consideram que “o currículo se constitui em relações sociais e culturais; o currículo real é mais amplo que documentos escritos, é construção social e opera no nível da prescrição e de processo e prática”. Sendo assim, a possibilidade da inclusão de bibliografia complementar é um dos caminhos de transdisciplinaridade aberto a cada semestre na disciplina que será ministrada, mesmo que ela não esteja inserida formalmente no PPC. Vamos fazer aqui algumas ponderações, antes das considerações finais sobre a pesquisa aqui apresentada.

No currículo de 2017, considerando as disciplinas da área *Fundamentos Gerais*, disciplinas como *Formação Social, Econômica e Política do Brasil, História e Cultura de Alagoas e Informação e Cidadania*, por considerar que tratam sobre a formação e conjuntura social, aspectos políticos, econômicos, movimentos regionais, produções culturais, informação, cidadania e sociedade, consideramos que poderiam ser disciplinas abertas para uma formação crítica e conhecimento político, abordando conexões com as questões de gênero e étnico-raciais propondo temáticas e bibliografias complementares. Vejamos suas informações:

Quadro 11 - Ementa das disciplinas Formação Social, Econômica e Política do Brasil, História e Cultura de Alagoas e Informação e Cidadania.

Disciplinas	Ementa
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	O feudalismo e o capitalismo mercantil na Europa e em Portugal. O desenvolvimento capitalista e o caso brasileiro. Etapas da formação social brasileira e o surgimento das teorias de modernização. Aspectos da conjuntura social, política e econômica do Brasil contemporâneo.
História e Cultura de Alagoas	Aspectos relevantes da história de Alagoas. Os movimentos regionais e locais: Cabanada, Sedição dos Lisos e Cabeludos, Revolta do Quebra-Quilos e Quilombo dos Palmares. A emancipação política de Alagoas. A dinâmica da produção cultural em Alagoas. As instituições de cultura. Fatores condicionantes da cultura alagoana.
Informação e Cidadania	Concepções de informação e cidadania. Relação entre informação e cidadania. Informação, cidadania e sociedade brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2017 (2020)

Embora as mulheres tenham conseguido, com muita luta, ter acesso à educação e ao mercado de trabalho, ainda assim existe muita dificuldade por conta de estereótipos que as limitam e desqualificam as mulheres, colocando-as em posição de desvantagem com relação aos homens. Essas desvantagens não são apenas no mercado de trabalho, quando elas continuam com menores salários e em cargos inferiores, mesmo tendo qualificação igual ou superior aos homens. Uma situação que ocorre também na política, onde as mulheres continuam sendo minoria, ou ainda na persistência em atribuir a elas a responsabilidade pelos cuidados com a casa e a família. Por outro lado, discussões sobre a organização sindical de bibliotecárias/os também poderiam se inserir nestas temáticas, inclusive para problematizar as diferenças de gênero que se dão conforme os locais de trabalho de bibliotecárias/os, sejam escolas de educação básica ou universidades. Logo, disciplinas com cunho mais político poderão contribuir para inserir esse debate de maneira articulada.

Como se vê, essas discussões se dão de diferentes formas para cada grupo de mulheres a depender da sua classe, raça e sexualidade. De modo mais amplo, pode-se discutir os direitos das mulheres e cidadania no Brasil Contemporâneo como também se pode buscar essa discussão em nossa história, no caso da disciplina *História e Cultura de Alagoas* que poderia falar das diferentes mulheres na história desse estado. Além disso, ao falar que a temática da escravidão está presente, pode haver uma contribuição para trazer o conhecimento aprofundado sobre a temática das mulheres negras em âmbito local. As mulheres negras sofrem ainda o preconceito e a opressão, pois a trajetória desse grupo é marcada pela violência e exploração sexual: “as mulheres negras sofrem uma dupla opressão: uma por ser negra e outra por ser mulher. As mulheres negras carregam questões que não atingem diretamente as mulheres brancas” (SILVA, 2020, p. 110). Em síntese, a disciplina como *História e Cultura de Alagoas*,

poderia fazer esse resgate, essa ponte com as mulheres negras presentes na História deste estado.

Já a disciplina eletiva *Biblioteca e Sociedade*, presente na área de estudo *Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação*, também possibilita o diálogo com as temáticas, pois conforme citado na ementa, envolve questões sobre a Biblioteca na atual sociedade Brasileira, sua relação com o Estado, dentre outras questões sobre o papel das organizações públicas e não governamentais. A possibilidade de diálogo dessa disciplina com a temática gênero se dá devido ao caráter social da biblioteca e o seu papel como disseminadora da informação, de incentivo à leitura e à cultura sem distinção de cor, classe e gênero. Outra articulação que se pode fazer é a necessidade de disseminação de informação para as mulheres por meio das bibliotecas escolares e comunidades do entorno, principalmente aquelas mais pobres que são afetadas diretamente por não terem acesso ao livro e à leitura. E aqui podemos pensar em vários grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade e o quanto uma biblioteca com a/o profissional bibliotecária/o pode ser capaz de identificar as necessidades dessas e de outras usuárias, contribuindo, assim, para modificar a realidade local. Outra disciplina presente nessa área e que pode trazer elementos históricos para a discussão sobre a feminização da Biblioteconomia é a disciplina *Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação*: nela podem ser trazidas informações que tratassem do surgimento da profissão até como se deu a entrada de mulheres no curso, como a profissão se tornou feminina e de que modo essa característica se transformou e ao mesmo tempo se mantém até os dias atuais.

E por fim, a área Recursos e Serviços de Informação, que além da disciplina *Leitura e Biblioteca* que já foi apresentada sua ementa e bibliografia através do Quadro 5, possui também disciplinas como *Biblioteca e Ação Cultural* e *Contação de Histórias*. São todas disciplinas eletivas, porém essenciais e com muitas possibilidades de diálogo com a temática gênero e raça.

Quadro 12 - Ementa das Disciplinas Biblioteca e Ação Cultural e Contação de Histórias

Disciplinas	Ementa
Biblioteca e Ação Cultural	Conceitos de cultura, ação, animação e fabricação cultural. Práticas de ação cultural em diferentes unidades de informação. Problemática da ação cultural no contexto contemporâneo.
Contação de histórias	Contação de histórias como forma de incentivo à leitura: usos e possibilidades em ambientes educacionais formais e não formais. A contação de história como recurso terapêutico.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2017 (2020)

Trabalhar Gênero na disciplina *Biblioteca e Ação Cultural* é um diálogo mais que possível, através das ações culturais a biblioteca pode estabelecer múltiplas reflexões, além de

promover a diversidade cultural. A/o bibliotecária/o precisa, além das habilidades para desenvolver as ações, ter conhecimento sobre cultura geral. Porém, a literatura mostra que apesar da/o bibliotecária/o ter capacidade para ser um/a agente cultural, ela/e ainda não está pronta para isso. “Cabe verificar o preparo do profissional para enfrentar o exercício da ação cultural. Estaria ele pronto para isto? Pode-se afirmar que enquanto preparo acadêmico ou formação profissional, ainda não” (SANTOS, 2015, p. 181).

Quanto à disciplina *Contaçã de histórias*, a prática em si já é totalmente estigmatizada como função de mulheres e por aí já demonstra sua relação com a temática, basta pensar na mãe contando histórias para o filho pequeno e na professora infantil contando histórias para as crianças. Porém, a *Contaçã de histórias* tem, através das suas narrativas, um efeito transformador, podendo, dentro de muitas possibilidades, desenvolver o interesse pela leitura, a criatividade e o respeito à diversidade. Inclusive no Brasil há uma grande produção de livros infantis com preocupações feministas e antirracistas que permitem esse cruzamento temático. Duas das entrevistadas ressaltaram a importância dessa disciplina para um contexto crítico.

Eu acho quem pôde trabalhar um pouco pode ter sido uma professora quando ministrava contaçã de histórias, aí pode ter sido... E aí eu não sei mais detalhadamente outros. Acho que a Disciplina Leitura e Biblioteca pode ter também trabalhado porque tem essa abertura. Das que eu lembro são essas (Suely/Profa.).

[...]Eu já olhei a grade de alguns estados e eu vejo que alguns outros, principalmente no Sul, são ligados muito ao tecnológico [...]. E eu acho que aqui em Alagoas a gente ainda está tentando trabalhar muito com o social porque em Biblioteca e Leitura, sociedade, leitura e biblioteca a gente vai discutir várias coisas sobre o déficit de leitura, faz as pessoas saírem mais conscientes do papel delas quanto profissionais e quanto bibliotecário [...] (Ana/Estudante).

Outra questão que se revela é que há flexibilidade dos cursos de Biblioteconomia em reformular seus currículos, quanto a essas questões Barros, Cunha e Café (2018, p. 294) ponderam que “os conteúdos curriculares para a formação de um profissional atento às especificidades da sua região não devem resultar em um perfil demasiado específico a ponto de impedir o fluxo dos profissionais entre diferentes regiões”. Em seu depoimento, a entrevistada Ana também observa que o curso de Biblioteconomia da UFAL ainda demonstra preocupação em trabalhar as questões sociais em detrimento de alguns cursos de outros Estados, isso revela um olhar atento quanto ao curso trabalhar de acordo com as exigências do mercado, mas também a preocupação de tornar a/o bibliotecária/o apta/o na mediação da leitura, capaz de contribuir com a formação pessoas leitoras críticas e com a construção do conhecimento de variados grupos, a fim de promover a inclusão social e cultural.

Após analisar a ementa do PPC, as disciplinas que foram consideradas no Currículo de 2017 como possíveis de serem trabalhadas com gênero eram *Formação Social, Econômica e Política do Brasil; História e Cultura de Alagoas; Informação e Cidadania; História da Cultura e dos Registros do Conhecimento; Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação; Biblioteca e Sociedade; Biblioteca e Ação Cultural e Contação de Histórias*, continuaram presentes no currículo de 2019 e sem a inclusão das questões de gênero. Todavia, devido a relevância e urgência em se discutir a temática, consideramos fundamental que as disciplinas voltadas para a organização, tratamento e recuperação da informação contemplem a temática em seus componentes curriculares. Então, reforçamos a argumentação de que tanto essas disciplinas citadas quanto as técnicas são passíveis de receber as questões de gênero de forma transdisciplinar.



## 5 CONCLUSÕES

Gênero na Biblioteconomia é uma temática pouco discutida, mesmo em uma profissão com alto número de mulheres e com baixo reconhecimento social. Foi pensando nisso que tecemos discussões sobre as interferências de gênero na sociedade e o quanto as diferenças entre homens e mulheres são frutos dessas questões de gênero, basta pensarmos que algumas profissões são demarcadas como de mulheres e por conta disso têm pouco reconhecimento. Mesmo em áreas valorizadas ou aquelas tidas como masculinas, quando a mulher consegue acessar essas profissões, ela acaba ocupando funções ou especialidades com menos prestígio.

Para entender como gênero implica na Biblioteconomia, trouxemos uma breve historicização do curso no Brasil, discorrendo sobre a criação do primeiro, pela Biblioteca Nacional, que tinha influência das escolas de Biblioteconomia da França e o segundo curso criado no Brasil pelo Mackenzie, em São Paulo, que sofria influências norte-americanas. A diferença entre as duas era que a vertente francesa tinha características humanísticas, enquanto que a norte-americana era tecnicista. Esse registro é importante porque no período que a biblioteca tinha o perfil humanístico o bibliotecário era considerado um intelectual, a profissão era predominantemente masculina e, logo, valorizada. Quando a biblioteca se torna mais técnica e passa a ser ligada às escolas e às universidades, conseqüentemente a profissão passa a atrair mais mulheres. Em pouco tempo, a Biblioteconomia passa a ser uma profissão predominantemente feminina e dominada pela técnica. Apenas em 2001, com o parecer das Diretrizes Curriculares, os cursos de Biblioteconomia passam a ter flexibilidade e a incluir conteúdos com uma perspectiva mais humanista.

No curso de Biblioteconomia da UFAL houve ajustes no PPC para atender essas mudanças que aconteceram em 2000. Em 2006, para atender exigências do MEC, o curso de Biblioteconomia e todos os demais da UFAL tiveram que alterar seus currículos, sendo assim, em 2007 tem-se um novo currículo no curso. Quando analisamos, verificamos que o foco do currículo continuou sendo as disciplinas específicas da área e que as disciplinas com viés social, apesar de serem ofertadas, não trazem discussões e nem reflexões de uma forma mais aprofundada, pois acabam trabalhando com conceitos de forma superficial. Quanto ao gênero, objeto de nosso estudo, nesse currículo de 2007 a temática foi mencionada na ementa de uma disciplina eletiva, mas esta não foi ofertada.

Gênero diz respeito às questões sociais marcadas por hierarquias e pelas relações de poder atribuídos ao sexo. No caso da Biblioteconomia e de outras profissões tidas como femininas, as

atividades estão sempre ligadas às características de cuidado, ordem, zelo, dentre outros atributos reconhecidos como femininos, ou seja, são uma extensão de atividades realizadas no âmbito doméstico. A mulher tem que conciliar atividades domésticas com a carreira ou estudos, o que faz com que ela não se dedique de forma integral e, muitas vezes, não consiga avançar nos estudos e na carreira. Enquanto isso, os homens conseguem se dedicar integralmente à carreira e aos estudos por não ter a obrigação de realizar atividades domésticas, que ficam a cargo das mulheres.

Ressaltamos aqui a presença significativa de mulheres nos cursos de Biblioteconomia em todo Brasil. Porém, a presença em cargos de poder é desproporcional e muitas vezes ocupados por homens. Dessa feita, podemos inferir que há ocorrência de segregação horizontal e vertical na profissão devido às questões de gênero, e ainda percebemos um abismo maior em relação a raça.

Por tudo isso, nossa pesquisa conseguiu alcançar seu objetivo principal que foi analisar se os estudos de gênero são contemplados no currículo do curso de biblioteconomia da UFAL. Também acreditamos que cumprimos nossos objetivos específicos e justificamos nossa hipótese.

A partir do objetivo específico “identificar se há referência sobre gênero no Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia”, analisamos os currículos de 2007, 2017 e o atual 2019, e identificamos que no PPC de 2007 a disciplina eletiva *Leitura e Biblioteca* havia em sua ementa a menção sobre gênero, mas sem referência bibliográfica, por esse motivo ela não foi ofertada. No currículo de 2017 essa mesma disciplina eletiva *Leitura e Biblioteca* fazia referência a gênero em sua ementa, porém como nesse currículo constava a bibliografia básica e complementar foi possível observar que estas eram todas voltadas para gênero e tipologias textuais. Sendo assim, identificou-se que no PPC de 2007 não houve referência sobre gênero e no PPC de 2017 apenas com a disciplina *Análise da Informação 2* que fazia referência com uma indicação através da sua bibliografia complementar. No currículo vigente de 2019, e implementado desde 2020, essa referência a gênero também ocorre em uma disciplina. Lembrando que nesse currículo caiu a disciplina *Análise da Informação 2* e passou a constar a referência a gênero na ementa da disciplina *Estudos de Usuários da Informação*. Munidos dessas informações, e analisando as falas das/os entrevistadas/os, concluímos que as discussões sobre gênero pouco ocorreram e que avança de forma extremamente lenta no curso, apesar de haver referência sobre gênero no currículo atual, cuja referência também já acontecia no currículo anterior de forma transversal.

Tomando por base as narrativas, observamos os marcadores de gênero presentes em vários momentos das narrativas. Quando, por exemplo, se fala dos atributos femininos para atuar na área, ou mesmo quando uma professora relata que adota uma postura mais impositiva e rígida para se fazer ouvir. Também conseguimos identificar pelas falas, que foram vivenciados ou presenciados episódios de discriminação dentro da universidade, apesar de constatarmos que não há divisão sexual do trabalho no curso de biblioteconomia da UFAL. Constatamos ainda, que a temática não é desconhecida para o conjunto de entrevistadas/os e inclusive percebemos em algumas narrativas a consciência sobre as influências de gênero na sociedade e o quanto essas questões oprimem e discriminam as mulheres, o que só reforçou a necessidade de se trabalhar a temática no curso. Ressalte-se que no decorrer das falas foram citadas leituras da obra *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, *Mulheres que correm com lobos*, de Clarissa Pinkola Estés e Ângela Davis.

No nosso segundo objetivo “averiguar se os discentes da Graduação e o conjunto de docentes consideram necessária a inserção da questão de gênero no currículo do curso” pelas narrativas, constatou-se que todas/os consideram a discussão relevante e, apesar de ter havido defesa veemente sobre a criação de uma disciplina específica por um professor, é muito forte a defesa da inserção da temática de forma transversal. A defesa da transdisciplinaridade apareceu de forma bastante enfática para ser trabalhada em todas as disciplinas, até mesmo as técnicas e foram dados alguns exemplos. Houve disciplina como *Análise da Informação 2* na qual havia indicação de gênero em sua bibliografia, com uma aluna se interessando pela temática, não só fazendo um tesouro sobre gênero, como um TCC sobre gênero na Biblioteconomia. A disciplina *Estudos de Usuários* (currículo de 2019) contempla em sua ementa as questões de gênero e raça e, a partir dessa referência, ressaltamos a importância dessas falas e reforçamos a necessidade em se trabalhar gênero em todas as disciplinas como sugerem as/os professoras/es.

Por isso, sugerimos que o currículo seja repensado e que, mesmo não havendo a criação de uma disciplina específica, mas que a temática apareça nas bibliografias e ementas das disciplinas. Porém, acreditamos que o problema da transdisciplinaridade como única via é que, mesmo incluída como transversal, a temática pode ou não ser trabalhada conforme o interesse da/o professor/a, correndo o risco de não aparecer. Mesmo o fato, como citado anteriormente, de gênero já aparecer na ementa e bibliografia de algumas disciplinas desde o PPC de 2017 não levou a um aprofundamento. Inclusive, após análise, observamos que além dessas disciplinas, nas quais há indicação sobre a temática, existem ainda outras disciplinas que permitem o diálogo e que poderiam incluir gênero de algum modo.

Reiteramos, assim, a necessidade de formação sobre gênero para as/os docentes universitários, para que essas questões não sejam silenciadas por falta de interesse ou conhecimento, e que possam, assim, ser debatidas de modo mais aprofundado.

Quanto à questão de raça, que não era objeto do nosso estudo, mas por considerá-la necessária e por ter aparecido nos PPCs trouxemos para debate. Sobre ela, constatamos que houve a inclusão de uma listagem específica de obras que tratam sobre a questão étnico-racial que passaram a compor a bibliografia de diferentes disciplinas. Porém, salientamos que não foi criada uma disciplina para tratar especificamente sobre a temática e que a questão assim como gênero, ocorre ainda de forma tímida. Também percebemos que não há indicação de bibliografias que tratem especificamente sobre a cultura africana e nem tampouco obras de bibliotecárias/os negras/os. Também não há qualquer referência a obras que tratem sobre a temática de mulheres negras, visto que esse grupo de mulheres são as mais vulneráveis e fortemente marcadas pelas questões de gênero, violência e discriminação. Assim, identificamos por meio das narrativas que, apesar de reconhecer a importância da temática, a inclusão aconteceu devido a Lei Federal n. 10.639/2003, que tornou obrigatório em todo país a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nosso último objetivo específico foi “investigar como os docentes dos cursos de graduação de Biblioteconomia da UFAL compreendem as relações de gênero na profissão”. Observamos, a partir das entrevistas, que há um conhecimento em graus diferentes sobre a temática. Percebe-se, inclusive, que a maioria das/os entrevistadas/os não associa os problemas da profissão às questões de gênero, em algumas narrativas observamos sendo reforçado padrões de gênero. Algo notado nas falas e na ênfase de que há atividades que são melhor desenvolvidas por homens, sobretudo quando citam algumas habilidades próprias para homens e para as mulheres, ou quando uma das respondentes afirma assumir atributos tidos como masculinos para se fazer ouvir. Acreditamos que isso decorre da falta de aprofundamento e reflexões sobre o tema. Há, nitidamente, a necessidade de desconstruir e construir conceitos que só será possível repensando os currículos e inserindo neles os múltiplos debates, isto é, construir um currículo numa perspectiva pós-crítica, no qual os sujeitos e suas especificidades são respeitados. Mas, como já vimos, esta é uma discussão complexa que está interligada com outras questões como raça, classe e sexualidade, e se apresenta de várias formas na biblioteconomia.

Em suma, essa pesquisa veio reforçar a importância e a necessária discussão da temática gênero sem descolar esse debate das questões de raça, classe e sexualidade, pois, são questões

que estão interligadas e repercutem de várias formas na sociedade e na ação da/o bibliotecária/o em todos os fluxos informacionais: seleção, organização, tratamento, recuperação, acesso, uso, mediação, apropriação e preservação da informação. Diante disso, o estudo vem ressaltar que há uma demanda de criação de uma disciplina sobre gênero, sem anular as discussões nas demais disciplinas, de modo que as reflexões sejam potencializadas. Acrescenta-se, ainda, a partir dos resultados apresentados, inquietações e incômodos que intensificam a emergência dos estudos de gênero e de bibliotecas escolares dialogando com a educação, relacionando-os com a contação de histórias que, apesar de ser considerada um atributo feminino, é um ótimo instrumento para abordar temáticas que contemplem as questões raciais e de gênero. Concluímos, dessa forma, reforçando a importância de que o debate seja aprofundado por docentes e discentes, mas também que as/os profissionais bibliotecárias/os que já atuam no mercado de trabalho adquiram aperfeiçoamento sobre essas temáticas, para que todos tenham consciência e se engajem buscando formas de combater a exclusão, a desigualdade e discriminação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012\\_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf). Acesso em: 22 mar. 2020.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Bibliotecário é um profissional apolítico? In: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. (Org.). **Formação e atuação política na biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 269-283.
- APPLE, Michael W. Currículo e poder. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 46-57, jul./dez. 1989.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. São Paulo: ArtMed, 2008.
- BARROS, Camila Monteiro de; CUNHA, Miriam Vieira da; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Estudo comparativos dos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. **Inf. Inf**, Londrina, v. 23, n. 1, p. 290-310, jan./abr. 2018.
- BARROS, José D’Assunção. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: revista eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BRASIL: incertezas e submissão?. In: NACIF, Paulo Gabriel Soledade; SILVA FILHO, Penildon. **A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p.231-249.
- BRASIL. Casa Civil. Lei n. 11.378, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jul. 2008.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da educação superior 2017: resumo técnico**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf). Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Do Parecer no tocante as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer, n. 492, de 3 de abril de 2001. Relator: Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo. **Diário Oficial da União**, seção 1e, Brasília, DF, p. 50, 09 jul. 2001.

CARDOSO, Francilene; PINTO, Michelle Silva. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In.: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 39-88.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHAMON, Magda. Trajetória da feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO, 6., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18(2), n. 352, p. 507-528, 2010.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda Somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 455-459, jul./dez. 2006.

CRED-DIO, Luísa Cerqueira; MARTINEZ, Fabiana Jordão. A nova militância feminista: a ocupação dos espaços virtuais na perspectiva do movimento estudantil feminista. **Emblemas. Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, p. 67-79, jul./dez. 2018.

CRUZ, Tânia Mara. A (des)igualdade entre mulheres e os impasses da formação feminista. **Poiésis**, Tubarão, v. 2, n. 2, p. 86 -107, jul./dez. 2009.

CRUZ, Tânia Mara. **Sexualidade e orientação sexual: cultura e transformação social: livro didático**. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educ, Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez. 2014.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, p. 1-24, 2019.

ESTATÍSTICAS de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 38). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 299-322, set./dez. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15(2), p. 189-201, maio/ago. 2003.

FORREST, Niara Paz Romero. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE. 1966-2014**. 2014. 77 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, DF, 2014.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992. 153 p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p.137-153, maio/ago. 2016.

GENTIL, Heloisa Salles; SROCZYNSKI, Claudete Inês. Currículo prescrito e currículo modelado: uma discussão sobre teoria e prática. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 49, n. 35, p. 49-74, maio/ago. 2014.

GIROUX, Henry A; MCLAREN, Peter. Formação do professor como uma contra esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 125-154.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov. 2016.

GOMES, Elisângela. O ensino de Biblioteconomia e as relações étnico-raciais. In: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p. 319-332.

GOMES, Elisângela; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Práticas Afropedagógicas no ensino de Biblioteconomia. In.: BARROSO, Danielle; GOMES, Elisângela; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 175-193.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, Dandara Bacã de Jesus. Identificação Racial em Unidades de Informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s**:



ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018, p. 375- 396.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Proj. História**, São Paulo, v. 11, p. 31-46, nov. 1994.

MARTINS, Guilherme; MENEZES, Estera Muszkat; TREVISOL NETO, Orestes. Bibliotecário escolar: socializando a temática do gênero e sexualidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 944-959, ago./nov. 2016.

MARTINS, Mariele. **A expansão da educação superior brasileira: diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero.** 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018.

MASETTO, M. T. Formação pedagógica do docente do ensino superior e paradigmas curriculares. In: VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 8., Águas de Lindoia. Anais [...]. Águas de Lindoia, set. 2005.

MELO, Arthur Alves Almeida Soares de. et al. Transição política, golpe jurídico ou midiático parlamentar? Algumas considerações acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Humanidades & Tecnologia em Revista (FINOM)**. [Uberlândia], v. 23, abr./jul. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MORAES, Adriana Zomer de; CRUZ, Tânia Mara. Estudantes de engenharia: entre o empoderamento e o binarismo de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 572-598, abr./jun. 2018.

MUELLER, Susana P. M. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 17, p. 71-81, jan./jul. 1988.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

MUELLER, Susana P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 14, p. 3-15, jan./jul. 1985.

MULIN, Rosely Bianconcini. **Cultura e Bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo**. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2011.

MÜLLER, Luciana Kramer Pereira; MARTINS, Carlos Wellington Soares. Uma profissão feminina, mas não feminista? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 92-111, 2019.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5664>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PADILHA NETO, José Domingos. **A gestão na composição curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil: a contribuição do diálogo interdisciplinar entre a ciência da informação e a ciência da administração**. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/TEM, 1985 a 2005**. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, MG, 2007.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, MG, 2016.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 6, set. 1998.

SANTOS, Almiraci Dantas dos; LIMA, Maria de Lourdes. Curso de Biblioteconomia da UFAL: uma trilha sobre sua memória histórica. **Ci. Inf. Ver.**, Maceió, v. 1, n. 1, p. 64-77, jan/abr. 2014.

SANTOS, Josiel Machado. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 105-128.

SILVA, Layde Klebia Rodrigues da. **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e ciência da informação.** 2020. 256 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O Gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os.** 2014. 270 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

SOUZA, Ágata Nelza Gomes de. Desenvolvimento e disseminação do ensino de Biblioteconomia no Brasil e em São Paulo: uma análise espaço-temporal. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. esp. 45 anos, p. 195-219, 2018.

SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. **A/O bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG): 2009-2012.** 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

STROMQUIST, Nelly P. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2007.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas [manuscrito].** 2016. 233 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

TOLEDO, Marcos; RAMOS, François. Reflexos do currículo oculto na construção da identidade e subjetividade do ser. **Revista Amor Mundí**, Santo Angelo, v. 2, n. 2, p. 15-21, fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023.** Maceió: UFAL, c2019. Disponível em: [pdi-ufal-2019-2023-completo.pdf](#). Acesso em: 20 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia.** Maceió, 2007. Disponível em: [PPC BIBLIOTECONOMIA \(wordpress.com\)](#). Acesso em: 20 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia.** Maceió, 2017. Disponível em: [2017 - Em Encerramento](#) — Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes ([ufal.br](#)). Acesso em: 20 fev.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia.** Maceió, 2019. Disponível em: [2019 - Em Implementação](#) — Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes ([ufal.br](#)). Acesso em: 20 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Regimento Interno.** Maceió, 2018. Disponível em: [Regimento Interno do PPGCI/UFAL](#) — Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Acesso em: 21 fev. 2021.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 321-332, abr./jun. 2019.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Informar para a igualdade racial: participação cidadã na produção, acesso e uso da informação étnico-racial. In.: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018, p. 179-196.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, 2020.

ZAHER, Celia R. et al. Da documentação à informática. In: SILVA, Benedicto. **Da documentação à informática**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. p. 49-64.

## APÊNDICE A - Levantamento Preliminar Bibliográfico (Artigos, Dissertação e Teses)

Quadro 13 – Levantamento Preliminar Bibliográfico (Artigos, Dissertações e Teses)

Item	Referência	Tipo de produção	Descritores
1	ALVES, D.; COSTA, F. S.; SILVA, L. F.; CORTES, G. R.; ALVES, E. C. Estudo de caso da disciplina gênero em ciência da informação na universidade federal da paraíba. <b>Convergência em Ciência da Informação</b> , v. 1, n. 2, p. 218-225, 2018.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
2	BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna S. do. A Questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. <b>Em Questão</b> , Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
3	DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em ciência da informação. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b> , v.3, n.2, 2013.	Artigo	Relações de Gênero e Biblioteconomia
4	ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. <b>Em Questão</b> , Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317 - 332, jul./dez. 2008.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
5	FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo de trabalho e as relações de gênero. <b>Transinformação</b> , Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, maio/ago. 2003.	Artigo	Relações de gênero e Biblioteconomia
6	FERREIRA, M.; BORGES, E. P.; BORGES, L. C. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da (o) bibliotecária (o). <b>Biblionline</b> , n. esp., 2010.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
7	LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage. Biblioteconomia: uma questão de gênero? <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , v. 13, n. esp. CBBB 2017.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
8	NEVES, T. M. O. A mulher e a comunicação científica: uma questão muito além do gênero. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b> , n. Especial.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
9	PENA, André de Souza. <b>A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil</b> : um estudo a partir da RAIS/TEM, 1985 a 2005. Belo Horizonte, MG: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2007. 168 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação).	Dissertação	Gênero e Biblioteconomia

10	PIRES, Hugo Avelar Cardoso. <b>Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade:</b> panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. Belo Horizonte, MG: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2016. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação).	Dissertação	Gênero e Biblioteconomia
11	PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DUMONT, Lígia Maria Moreira. <b>Biblioteconomia e as relações de gênero:</b> razões de ingresso e percepções de bibliotecários.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
12	PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. <b>Cadernos BAD</b> , n. 1, p. 157-171, jan./jun. 2016.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
13	RASCHE, F. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica de mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina. <b>Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina</b> , v. 3, n. 3, p. 77-95, 1998.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
14	SOUSA, Beatriz Alves de. <b>O Gênero na Biblioteconomia:</b> percepção de bibliotecárias/os. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 270 p. Tese (Doutorado).	Tese	Gênero e Biblioteconomia
15	SOUSA, Beatriz Alves; Perucchi, Valmira. <b>Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do ENANCIB:</b> análise nos anais do XIII ENANCIB.	Artigo	Gênero e Biblioteconomia
16	SOUZA, Maria Aparecida Rodrigues de. <b>A/O Bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG):</b> 2009-2012. Goiânia, GO: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013. 197 p. Dissertação (Mestrado).	Dissertação	Gênero e Biblioteconomia

Fonte: Elaboração da Autora (2020)

APÊNDICE B – Eixos temáticos, objetivos, disciplinas obrigatórias e eletivas – PPC 2017

Quadro 14 – Eixos temáticos, objetivos, disciplinas obrigatórias e eletivas - PPC 2017

Eixos	Objetivos	Disciplinas Obrigatórias
Eixo 0 – Fundamentos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Compreender a relevância de outras áreas de conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>•Oferecer fundamentos sociais e humanísticos à formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>•Potencializar o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos na formação do(a) Bibliotecário(a).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Formação Social, Econômica e Política do Brasil</li> <li>•Inglês Instrumental 1</li> <li>•Inglês Instrumental 2</li> <li>•Língua portuguesa</li> <li>•Espanhol Instrumental (eletiva)</li> <li>•Francês Instrumental(eletiva)</li> <li>•História da Arte(eletiva)</li> <li>•História e Cultura de Alagoas(eletiva)</li> <li>•Informação e cidadania(eletiva)</li> <li>•Introdução à lógica(eletiva)</li> <li>•Libras (eletiva)</li> <li>•Literatura brasileira(eletiva)</li> <li>•Literatura universal(eletiva)</li> <li>•Teoria da comunicação(eletiva)</li> </ul>
Eixo 1 – Fundamentos teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Situar os processos de produção, registro e comunicação da informação e do conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>•Introduzir aspectos teóricos e metodológicos na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>•Conhecer os principais espaços de atuação profissional do(a) Bibliotecário(a).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•História da Cultura e dos Registros do Conhecimento</li> <li>•História do Pensamento Científico</li> <li>•Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação</li> <li>•Métodos e Técnicas de Pesquisa</li> <li>•Biblioteca e sociedade(eletiva)</li> <li>•Comunicação científica e métricas da informação na web(eletiva)</li> <li>•Elaboração de trabalho científico(eletiva)</li> <li>•Seminário de integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação(eletiva)</li> <li>•Semiótica da Informação(eletiva)</li> </ul>
Eixo 2 – Organização, processamento e tratamento da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Apreender os aportes teóricos dos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>•Desenvolver competências práticas nos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>•Usar os instrumentos auxiliares nos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>•Elaborar produtos destinados à recuperação da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Análise da Informação 1</li> <li>•Análise da Informação 2</li> <li>•Representação Descritiva 1</li> <li>•Representação Descritiva 2</li> <li>•Representação Temática 1</li> <li>•Representação Temática2</li> <li>•Informação documental e histórica(eletiva)</li> <li>•Seminários de Organização da Informação(eletiva)</li> <li>•Técnicas de preservação e restauração de documentos(eletiva)</li> </ul>
Eixo 3 – Recursos e	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Conhecer os contextos diversos de produção, disseminação e uso de informação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fontes e Disseminação da Informação 1</li> </ul>

serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Planejar e elaborar políticas de formação e desenvolvimento de coleções;</li> <li>•Capacitar para o desenvolvimento de atividades de (re)seleção, aquisição, avaliação, e desbastamento de fontes de informação;</li> <li>•Elaborar programas e cursos de educação e treinamento de usuários(as);</li> <li>•Desenvolver competências na disseminação de recursos e serviços de informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fontes e Disseminação da Informação 2</li> <li>•Formação e Desenvolvimento de Coleções 1</li> <li>•Formação e Desenvolvimento de Coleções 2</li> <li>• Biblioteca e Ação Cultural(eletiva)</li> <li>•Contação de histórias(eletiva)</li> <li>•Editoração(eletiva)</li> <li>•Fontes documentais: uso e produção(eletiva)</li> <li>•Leitura e Biblioteca(eletiva)</li> </ul>
Eixo 4 – Gestão de unidades e serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Introduzir as teorias gerais da Administração na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>•Planejar e realizar estudos de usuários(as) e de necessidades de informação;</li> <li>•Estudar e elaborar programas, políticas e projetos nos diversos contextos da informação;</li> <li>•Desenvolver competências em coordenação e assessoramento em ambientes dinâmicos da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Administração de Unidades da Informação</li> <li>•Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1</li> <li>•Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 2</li> <li>•Planejamento e Gestão de Serviços da Informação</li> <li>•Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Empresarial</li> <li>•Políticas Regionais de Informação e Cultura</li> <li>•Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas</li> <li>•Economia da Informação(eletiva)</li> <li>•Marketing aplicado à Biblioteconomia(eletiva)</li> <li>•Seminários sobre empreendedorismo(eletiva)</li> </ul>
Eixo 5 – Tecnologias da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Estudar as transformações tecnológicas no contexto da informação;</li> <li>•Conhecer sistemas operacionais, aplicativos e interfaces no contexto das unidades de informação;</li> <li>•Instrumentalizar a formação no uso de tecnologias digitais, eletrônicas e virtuais;</li> <li>•Capacitar o(a) formando(a) para automação de produtos, serviços e unidades de informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Informática Aplicada à Biblioteconomia 1</li> <li>•Informática Aplicada à Biblioteconomia 2</li> <li>•Introdução à Informática</li> <li>•Tecnologias de Disseminação da Informação</li> <li>•Informação e processos tecnológicos(eletiva)</li> <li>•Sistemas de Informação e Internet(eletiva)</li> <li>•Tecnologias de informação em saúde(eletiva)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2017 (2020)



## APÊNDICE C – Eixos temáticos, objetivos e Componentes Curriculares – PPC 2019

Quadro 15 – Eixos temáticos, objetivos e Componentes Curriculares PPC 2019

Eixos	Objetivos	Componentes Curriculares
Eixo 0: Fundamentos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• compreender a relevância de outras áreas de conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>• oferecer fundamentos sociais e humanísticos à formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>• potencializar o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos na formação do(a) Bibliotecário(a).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: Formação Social, Econômica e Política do Brasil. Inglês Instrumental 1 e 2. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua portuguesa.</li> <li>• Eletivas: Espanhol Instrumental. Francês Instrumental. História da Arte. História e Cultura de Alagoas. Informação e Cidadania. Introdução à Lógica. Literatura Brasileira. Literatura Universal e Teorias da Informação e da Comunicação.</li> </ul>
Eixo 1: Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• situar os processos de produção, registro e comunicação da informação e do conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>• introduzir aspectos teóricos e metodológicos na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>• conhecer os principais espaços de atuação profissional do(a) Bibliotecário(a).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: ACE01 – Curso. Elaboração de Trabalhos acadêmicos. História da Cultura e dos Registros do Conhecimento. História do Pensamento Filosófico e Científico. Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação e Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas</li> <li>• Eletivas: Biblioteca e Sociedade. Seminários de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Semiótica da Informação.</li> </ul>
Eixo 2: Organização da Informação e do Conhecimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• apreender os aportes teóricos dos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>• desenvolver competências práticas nos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>• usar os instrumentos auxiliares nos processos de tratamento e organização da informação;</li> <li>• elaborar produtos destinados à recuperação da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: ACE02 Projeto 1 – Parte 1. Análise e Síntese da Informação. Elaboração de Vocabulários Controlados. Representação Descritiva da Informação 1 e 2. Representação Temática da Informação 1 e 2.</li> <li>• Eletivas: Informação Documental e Histórica. Seminários em Organização da Informação. Técnicas de Preservação e Restauração de Documentos.</li> </ul>
Eixo 3: Fontes, Recursos e Serviços de Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• conhecer os contextos diversos de produção, disseminação e uso de informação;</li> <li>• planejar e elaborar políticas de formação e desenvolvimento de coleções;</li> <li>• capacitar para o desenvolvimento de atividades de seleção, aquisição, avaliação, re seleção e desbastamento de fontes de informação;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: ACE03 Projeto 1 – Parte 2. Fontes e Recursos de Informação. Formação e Desenvolvimento de Coleções. Mediação da Informação e do Conhecimento.</li> <li>• Eletivas: Biblioteca e Ação Cultural. Contação de Histórias. Editoração. Fontes Documentais. Leitura e Biblioteca.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• elaborar programas e cursos de educação e treinamento de usuários(as);</li> <li>• desenvolver competências na disseminação de fontes, recursos e serviços de informação.</li> </ul>	
Eixo 4: Gestão da Informação e do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• introduzir as teorias gerais da Administração e da Gestão da Informação e do Conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);</li> <li>• planejar e realizar estudos de usuários(as) e de necessidades de informação;</li> <li>• estudar e elaborar programas, políticas e projetos nos diversos contextos da informação;</li> <li>• desenvolver competências em coordenação e assessoramento em ambientes dinâmicos da informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: ACE04 Projeto 2 – Parte 1. Administração de Unidades da Informação. Estudos de Usuários da Informação. Planejamento e Gestão de Serviços da Informação. Políticas de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Políticas Públicas de Informação e Cultura. Eletivas: Economia da Informação e da Inovação. <i>Marketing</i> Aplicado à Biblioteconomia. Seminários sobre Empreendedorismo. Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas.</li> </ul>
Eixo 5: Tecnologias de Informação, Comunicação e Inovação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estudar as transformações tecnológicas no contexto da informação;</li> <li>• conhecer sistemas operacionais, aplicativos e interfaces no contexto das unidades de informação;</li> <li>• instrumentalizar a formação no uso de tecnologias digitais, eletrônicas e virtuais;</li> <li>• capacitar o(a) formando(a) para automação de produtos, serviços e unidades de informação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: ACE05 Projeto 2 – Parte 2. Informática Aplicada à Biblioteconomia. Introdução à Informática. Métricas da Informação na Web. Tecnologias de Informação, Comunicação e Inovação.</li> <li>• Eletivas: Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos. Sistemas de Informação e Internet. Tecnologias de Informação em Saúde.</li> </ul>
Eixo 6: Estágios Supervisionados e Formação Complementar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• promover a flexibilização curricular por intermédio de diferentes atividades complementares;</li> <li>• promover a integração entre teoria e prática na realização de estágios supervisionados obrigatórios em diferentes unidades de informação;</li> <li>• capacitar para a realização de levantamentos, bibliográficos e documentários, e de pesquisa de campo;</li> <li>• desenvolver competência na escrita e na organização de trabalho técnico-científico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatórias: Atividades Complementares. Estágio Supervisionado 1. Estágio Supervisionado 2. Trabalho de Conclusão de Curso.</li> </ul>

FONTE: Elaborado pela autora a partir do PPC/UFAL de 2019 (2020)

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA – DISCENTES IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo
  - Feminino
  - Masculino
2. Faixa etária
  - Até 25 anos
  - De 25 a 35 anos
  - Acima de 35 anos
3. Trabalha?
  - sim    não Onde?\_\_\_\_\_.
4. Em relação a sua moradia, você:
  - a.  Mora com pais
  - b.  Mora sozinho (a)
  - c.  Mora com cônjuge/companheira(o)
  - d.  Mora com amigos
  - e. Outro. Especifique\_\_\_\_\_.
5. Qual a renda bruta mensal familiar (total de rendimentos, incluindo os seus)?
  - a.  Entre 1 e 3 salários mínimos
  - b.  Entre 3 e 5 salários mínimos
  - c.  Entre 5 e 7 salários mínimos
  - d.  Mais de 7 salários mínimos
6. Você conhecia o curso de Biblioteconomia antes de optar por cursá-lo? Qual fator levou a escolha do curso?
7. A literatura mostra que houve um aumento de homens ingressando na Biblioteconomia. Isso ocorre na sua universidade? Comente sobre essa questão.
8. Na Biblioteconomia há atividades atualmente que são feitas por homens e mulheres de modo diferenciado? Em caso afirmativo, dê exemplos. Ainda em caso afirmativo, você acha que tem atividades que são melhor desenvolvidas pelos homens e por quê?
9. Já ouviu falar das pesquisas sobre relações entre homens e mulheres - gênero, feminismo? Conhece essas expressões? Comente ou dê exemplo.
10. Você já participou de algum evento que tratava da temática gênero? Participou de algum projeto de pesquisa ou extensão sobre gênero? Comente.
11. Fale um pouco sobre a estrutura curricular do curso de Biblioteconomia. Há algum tipo de discussão sobre a temática de gênero nas disciplinas? Tem disciplinas específicas sobre essa temática? Ou aparece de modo transdisciplinar em algumas?
12. A sua participação se dá em termos de Colegiado de curso e/ou Centro Acadêmico? Explique. Durante sua participação contribuiu na elaboração do Projeto de Curso? Como é a relação entre professores e alunos durante essas atividades? [cordialidade, falta de respeito, aceitação, autoritarismo....] Você se sente motivado a participar das reuniões do curso?
13. A partir de sua experiência anterior (ou a partir da reflexão dessa entrevista) você considera que a temática gênero deve ser conteúdo específico ou poderia ser discutida de maneira transdisciplinar junto às demais disciplinas do curso?
14. Tem alguma coisa que você gostaria de falar que não foi perguntado?

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES (EFETIVOS)

### IDENTIFICAÇÃO ou Apresentação do docente

1. Faixa etária
  - ( ) Até 35 anos
  - ( ) De 35 a 45 anos
  - ( ) Acima de 45 anos
  
2. Formação Acadêmica
  - ( ) Especialização
  - ( ) Mestrado
  - ( ) Doutorado
  - ( ) Pós-Doutorado
  
3. Há quanto tempo concluiu o curso de Biblioteconomia? Quanto tempo exerce o cargo de Professora no Curso de Biblioteconomia?

### SOBRE A PROFISSÃO

4. Por que você escolheu essa profissão? Você considerava essa profissão de mulheres?
5. Considerando que a literatura afirma haver uma predominância feminina na Biblioteconomia como você vê o reconhecimento social de ser uma bibliotecária na universidade e em outros espaços? Como você avalia as questões salariais da profissão? Você considera os salários baixos? Em caso afirmativo, explique o que na sua visão leva a isso?
6. Já ouviu falar das pesquisas sobre relações entre homens e mulheres - gênero, feminismo? Conhece essas expressões? Comente ou dê exemplo.
7. A literatura mostra que houve um aumento de homens ingressando na Biblioteconomia. Por que você pensa que isso tem ocorrido?
8. Na Biblioteconomia há atividades atualmente que são feitas por homens e mulheres de modo diferenciado? Em caso afirmativo, dê exemplos. Ainda em caso afirmativo, você pensa que tem atividades que são melhor desenvolvidas pelos homens e por quê?
9. O que você pensa sobre a divisão de trabalho entre homens e mulheres fora de casa e dentro de casa.
10. Já presenciou ou sofreu alguma discriminação de gênero em sua profissão dentro ou fora da universidade? Em caso afirmativo, dê exemplos.

### SOBRE GÊNERO E CURRÍCULO

11. Analise brevemente o currículo do curso de Biblioteconomia. Quais temas/disciplinas que você trabalha no curso?
12. Quantas vezes você vivenciou mudanças curriculares no curso de Biblioteconomia? O que motivou cada mudança? Que interesses você manifesta quando há mudanças curriculares?
13. Os alunos participam das reuniões de colegiado ou por meio do Centro Acadêmico no que tange às mudanças curriculares ou necessidades novas da profissão? Como você pensa essa participação dos alunos?
14. Há diferenças na distribuição de disciplinas técnicas/tecnológicas entre os professores homens e as professoras mulheres no curso?
15. Há algum tipo de discussão sobre a temática de gênero nas disciplinas? Tem disciplinas específicas sobre essa temática? Ou aparece de modo transdisciplinar em algumas? Se há, quem ministra tem algum tipo de formação na área de gênero?
16. Há ações que vinculem ensino, pesquisa e extensão (evento, palestra etc.) no curso sobre a temática gênero?
17. Acredita ser relevante a discussão sobre gênero no currículo do curso? Sobre a temática gênero você considera que deve ser conteúdo específico ou poderia ser discutida de maneira transdisciplinar junto às demais disciplinas do curso? Haveria, na correlação de forças atual a possibilidade de inclusão dessa temática?
18. Tem alguma coisa que você gostaria de falar que não foi perguntado?

## APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### **Participação do estudo**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada A questão de gênero no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, coordenada pela Profa. Dra. Tânia Mara Cruz, sendo que a entrevista será realizada pela pesquisadora Luiza Glaciete Freire Gonçalves. O objetivo deste estudo é analisar a possível inserção da questão de gênero no currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Caso você aceite participar, você terá que responder algumas questões por meio de uma entrevista, de modo virtual, conforme as possibilidades do momento e sua disponibilidade, o que deve dispendir cerca de 60 minutos. Além disso, a entrevista será gravada, mas apenas para análise sem divulgação pública.

#### **Riscos e Benefícios**

Com sua participação nesta pesquisa, serão tomadas todas as medidas para evitar e/ou minimizar quaisquer riscos, mesmo que mínimos, e para tal adotaremos as seguintes medidas: a entrevista será virtual e na plataforma indicada por você; será dada total liberdade durante a entrevista para que se posicione e/ou se desloque como preferir no ambiente e na companhia de familiares e/ou amigos se assim o preferir para evitar qualquer tipo de constrangimento entre pesquisador e entrevistado(a); será estabelecido contato prévio, agendada a entrevista e somente iniciada a gravação quando e se autorizada por você. As perguntas terão linguagem clara, simples acessível e não será empregado vocabulário distante do seu universo. Respeitar-se-á o seu tempo e a sua expressividade, assim como seu vocabulário, sempre com ética e respeito. As vestimentas dos pesquisadores serão simples, discretas, e esperamos com nossa abordagem junto a você não lhe causar nenhum embaraço ou constrangimento. Além disso, serão respeitados os traços culturais, religiosos, tradicionais da sua comunidade local para não gerar nenhum comprometimento a você.

Esta pesquisa tem como benefício contribuir na reflexão sobre as relações de gênero no currículo do curso de Biblioteconomia.

#### **Sigilo, Anonimato e Privacidade**

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Estamos esclarecendo-o de que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de alguma forma identificá-lo, será mantido em sigilo.

Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

## **Autonomia**

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

## **Devolutiva dos resultados**

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de agosto de 2021. Além disso, as transcrições da entrevista geradas na pesquisa serão enviadas antes de qualquer utilização para análise e sua prévia autorização. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

## **Ressarcimento e Indenização**

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

## **Consentimento de Participação**

Eu \_\_\_\_\_ concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada A questão de gênero no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pesquisador (a) responsável (orientador (a)): Dra. Prof<sup>a</sup> Tânia Mara Cruz (GEDIG/PPGE/UNISUL)

E-mail para contato: tania.cruz@unisul.br

Telefone para contato: 48-996296564

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável:

Pesquisadora-aluna que realizará a entrevista:

Nome: Luiza Glaciete Freire Gonçalves

E-mail para contato: luizaglaciete@gmail.com

Telefone para contato: 82-998352187

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a):

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 entre segunda e sexta-feira das 13h às 17h e 30min ou pelo e-mail [cep.contato@unisul.br](mailto:cep.contato@unisul.br).